



CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA AMÉRICA DO SUL

**O BRASIL NO VÉRTICE DO PODER TRIANGULAR DA AMÉRICA DO SUL:
A LIDERANÇA REGIONAL E A COOPERAÇÃO COM VENEZUELA E
ARGENTINA (2000-2007)**

ALINE NERI MAGALHÃES

ORIENTADOR: PROFº DRº ANTONIO CARLOS PEIXOTO

RIO DE JANEIRO

MAIO 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MAGALHÃES, Aline Neri.

O Brasil no vértice do poder triangular da América do Sul: A liderança regional e a Cooperação com a Venezuela e a Argentina (2000-2007) – Rio de Janeiro, 2009.

150 f.

Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Ciência Política)- CEBELA-Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2009.

Bibliografia: f.164

1- Integração Regional 2- Equilíbrio de poder subregional 3- Política sul-americana

ALINE NERI MAGALHÃES

**O BRASIL NO VÉRTICE DO PODER TRIANGULAR DA AMÉRICA DO SUL:
A LIDERANÇA REGIONAL E A COOPERAÇÃO COM VENEZUELA E
ARGENTINA (2000-2007)**

Dissertação de Mestrado em Relações
Internacionais para América do Sul apresentada
como requisito para a obtenção do título de mestre
em Ciência Política pelo CEBELA.

Aprovada em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

ANTONIO CARLOS PEIXOTO
PROFESSOR ORIENTADOR (CEBELA/UERJ)

MÁXIMO AUGUSTO MASSON (CEBELA/ UFRJ)

NILSON ALVES DE MORAES (CEBELA/UNIRIO)

AGRADECIMENTOS

A FAPERJ (FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO DE JANEIRO) pelo fomento dado a esta pesquisa, viabilizando-a.

Ao Prof Drº Antonio Carlos Peixoto, pela preciosa orientação desta dissertação.

Ao Profº Máximo Masson pelo incentivo e confiança dados a esta pesquisa.

A Profª Glória Moraes e Nilson Moraes pelas sugestões apresentadas a esta pesquisa durante o processo de qualificação.

Ao Corpo docente do CEBELA e de seus funcionários, pelo incansável apoio dado a todos os seus alunos.

A minha amiga ‘Historiadora-Comissária de Bordo’, Fernanda Fonseca Monteiro pelo incentivo dado a esta pesquisa, para que fosse possível voar longe, atrás dos acervos bibliográficos de Buenos Aires e Brasília.

*“Los Hermanos sean unidos,
Porque esa es la ley primera;
Tengan unión verdadera
en cualquier tiempo que sea,
porque si entre ellos pelean
los devoran los de ajuera”*

Martín Fierro

RESUMO

Em tempos recentes, visto que são grandes os desafios sul-americanos que interferem inclusive na estabilidade política e no processo democrático dos mesmos, o Brasil, por sua expressão política e econômica, tem exercido uma posição de relevo e de liderança regional, diante do novo momento da integração sul-americana.

Em 2005, quando a Venezuela protocolou sua adesão como estado-membro do MERCOSUL, houve mudança no eixo de poder Brasília-Buenos Aires, ampliado para Brasília- Buenos Aires- Caracas. Este triângulo sub-regional delineou uma nova estrutura de poder no interior do MERCOSUL e criou novas possibilidades de inserção da região no cenário internacional. Estas são as proposições principais de análise deste estudo.

ABSTRACT

In recent times, since the South American challenges are great that also intervene with the stability politics and the democratic process of the same ones, Brazil, for its expression economic politics and, have exerted a position of relief and regional leadership, ahead of the new moment of the South American integration.

In 2005, when its accession protocol to Venezuela as a state member of MERCOSUR, there was a change in the axis of power Brasilia-Buenos Aires, extended to Brasilia-Buenos Aires-Caracas.

This subregional triangle delineated a new structure of being able in the interior of the MERCOSUL and created new possibilities of insertion of the region in the international scene. These are the main proposals of analysis of this study.

SUMÁRIO

	PÁG
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	09
LISTA DE SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1.....	34.

BRASIL

A liderança do Brasil na América do Sul: O vértice do poder triangular..	34
A hegemonia de potência do Brasil recursos naturais e poder regional...	57
A Política Externa Brasileira A cooperação com Argentina e Venezuela	.66
CAPÍTULO 2	94

ARGENTINA

A Argentina e a Base do Triangulo Regional.....	94
Aliança estratégica entre Brasil e Argentina.....	106
A crise de 2001 e a aproximação da Argentina com a Venezuela.....	116
Política externa Argentina:Avanços e retrocessos no Mercosul.....	122
CAPÍTULO 3.....	130

VENEZUELA

A Venezuela e a conformação do triangulo do poder regional.....	130
A recente inserção internacional da Venezuela: O ingresso no MERCOSUL e o poder do petróleo na América do Sul.....	140
Aproximação recente das políticas externas brasileira e venezuelana.....	146
Brasil e Venezuela e a disputa pelo desenvolvimento regional.....	154
131CONCLUSÃO.....	159
BIBLIOGRAFIA.....	164

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura1: América Latina e Caribe: Crescimento do Produto Interno Bruto.2005-06.....	P.28
Figura2: Países do MERCOSUL.....	P33
Figura 2.1: Estatísticas Históricas do Brasil.....	P.52
Figura3: População do MERCOSUL.....	P.58
Figura4: Exportação Brasil-MERCOSUL/2006.....	P.61
Figura5: Importação Brasil-MERCOSUL/2006.....	P.62
Figura6: Organograma do MERCOSUL.....	P.72
Figura 7: Exportações Brasil-Argentina-2007.....	P.77
Figura 8: Importações Brasil-Argentina2007.....	P.77
Figura 9: Maiores Estados exportadores para a Argentina.....	P.78
Figura 10: América Latina e EUA : reservas de Petróleo.....	P.89
Figura 11 Importações Brasil-Venezuela 2007.....	P.90
Figura 12: Direção das importações da Venezuela-2006.....	P.90
Figura 13: Exportações Brasil-Venezuela.....	P.91
Figura 14: Direção das exportações da Venezuela-2006.....	P.93
Figura 15: Importações Argentina-Mundo .jan-set.2006.....	P.116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População no MERCOSUL.Ano 2006	P.53
Tabela2: Área dos Países do MERCOSUL.....	P54
Tabela 3: PIB (Paridade com o Poder de Compra) nos países do MERCOSUL.....	P.54
Tabela 4: Importações Brasil-Venezuela.....	P.89
Tabela 5 Valor das importações efetuadas pela Venezuela	P.91
Tabela 6: Exportações Brasil-Venezuela.....	P.92
Tabela 7: Balança Comercial Brasil-Venezuela.....	P.92
Tabela8 Valor das Exportações efetuadas pela Venezuela.....	P.93
Tabela 9: Intercâmbio Comercial Brasil-MERCOSUL.....	P.114
Tabela 10: Intercâmbio Comercial Brasil –MERCOSUL (Importações).....	P.114
Tabela 11: Balança Comercial Brasil-MERCOSUL, 2004-2006.....	P.114
Tabela 12: Balança Comercial Brasil-MERCOSUL, 2006.....	P.115

LISTA DE SIGLAS

ALADI- Associação Latino-americana de Integração
ALALC- Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALBA- Alianza Bolivariana de las Americas
ALC- Área de Livre Comércio
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA- Área de Livre Comércio Sul-Americana
BID- Bando Interamericano de Desenvolvimento
BIRD- Banco Mundial
CAN- Comunidade Andina
CASA- Comunidade Sul-americana de Nações
CEPAL- Comissão Econômica Para América Latina
FMI – Fundo Monetário Internacional
MCCA- Mercado Comum Centro Americano
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
NAFTA- North American Free Trade Agreement (Nafta)
OEA- Organização dos Estados Americanos
OMC- Organização Mundial do Comércio
ONG's- Organizações Não-governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
TEC- Tarifa Externa Comum
TLC- Tratado de Livre Comércio
TM-60-Tratado de Montevideu (1960)
TM-80- Tratado de Montevideu (1980)
ZLC- Zona de Livre Comércio

INTRODUÇÃO

Após o MERCOSUL ter se recuperado da crise de 1999 (com a desvalorização do real)¹ e do colapso da economia argentina em 2001, a prioridade de Brasília passou a ser a reconstrução do bloco e sua ampliação para o restante dos países sul-americanos.

Com a entrada da Venezuela ainda como país associado ao MERCOSUL (2005), pode-se afirmar que uma nova configuração de poder vem se delineando na região sul-americana², sobretudo com a integração política de três grandes Estados: Brasil, Argentina e Venezuela.

A formação deste triângulo sub-regional criou uma nova estrutura de poder no interior do bloco sul-americano, sendo esta nova conjugação do poder, o objeto principal de análise deste estudo.

No vértice principal deste triângulo de poder posiciona-se o Brasil, *monster country*³, com maior extensão territorial, maior PIB e melhor lugar no ranking de desenvolvimento industrial sul-americano. Nas bases deste triângulo, assumindo papéis secundários e complementares, Argentina e Venezuela compõem a tríplice do poder subregional, que ora disputam uma liderança de potência com o Brasil, ora cooperam entre si e com o bloco.

¹ A economia brasileira se viu atingida pela crise asiática de 1997, pela moratória russa de 1998 e pelo ataque especulativo de 1999, o que levou à desvalorização do real e a perda significativa de 2/3 das reservas internacionais, em poucos meses. Sobre a desvalorização do real ver: MONIZ BANDEIRA.2007:108

² Recentemente, a entrada da Venezuela como estado-membro do MERCOSUL (com previsão de tornar-se membro-pleno até 2010, modificou o eixo Brasília-Buenos Aires, ampliando-o para Brasília-Buenos Aires-Caracas.

³ O conceito adotado para o Brasil, neste trabalho, é o de *Monster Country*, usado por George Kennan para designar países de grande extensão e que tem em conta, na análise política do Brasil, e de outros países de grande dimensão continental, além dos dados geográficos e demográficos, dados econômicos e políticos interpretados a partir da magnitude dos problemas e desafios com que se deparam tais potências. Ver: KENNAN, George F, em sua obra *around the cragged Hill*, onde analisa os países de grande dimensões como a China, a Rússia, o Brasil e a Índia e o impacto de suas dimensões territoriais em suas experiências políticas recentes.

O desmembramento da análise dos países do bloco, excluindo o Paraguai e o Uruguai justifica-se pelo crescimento recente das relações políticas e comerciais mantidas entre o Brasil, Argentina e a Venezuela. Pesou também para a escolha deste recorte analítico, a importância econômica exercida pelos três maiores países do MERCOSUL em relação aos países mais pobres, assim como também sua relevância atual no cenário internacional, em virtude, sobretudo do deslocamento à esquerda⁴ que marcaram as eleições recentes destes países e do novo fôlego que ganhou o bloco, após a rejeição das pretensões da ALCA⁵.

A iniciativa venezuelana de tornar-se membro pleno do MERCOSUL, em 2005, pode ser considerada um dos fatores que permitiu que o bloco recuperasse o “fôlego” para a retomada do seu crescimento. Com a entrada da Venezuela, cresceram os projetos em busca da convergência das políticas externas dos estados-membros do bloco (com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico da região); e viabilizou-se a continuidade da integração para os anos seguintes.⁶ Entretanto, somente depois de concluída todas as fases de integração previstas pelo Protocolo de adesão da Venezuela

⁴ A partir de 1998 houve uma esquerdização dos governos sul-americanos. Em destaque: os governos de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002-2010), Néstor Carlos Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011) na Argentina e Hugo Chávez Frías (desde 1999) na Venezuela que estariam polarizando a nova face atribuída ao bloco.

⁵ A ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas) estava ligada diretamente às pretensões norte-americanas de implementar na região sul-americana uma área de livre comércio. Os governos sul-americanos conseguiram desgastar as negociações com os Estados Unidos, fortalecendo o MERCOSUL. Em 2002, Lula lançou a proposta de se criar uma Comunidade Sul Americana das Nações, com objetivo principal de favorecer a integração regional.

⁶ A Venezuela em 14/10/2005 solicitou formalmente a adesão ao MERCOSUL. O acordo marco para adesão foi assinado em 08/12/2005 e em 04/07/2006 foi assinado o protocolo de adesão para ser aprovado pelos Congressos Nacionais dos 05 países. Os CNs da Venezuela, Argentina e Uruguai já aprovaram a adesão e o encaminhamento ao CN do Brasil ocorreu em 26/02/2007.

(2005), ou seja, apenas, a partir da sua entrada em vigência, a Venezuela adquirirá definitivamente a condição de Estado-parte, podendo participar plenamente, com todos os direitos e deveres do MERCOSUL. Sendo assim, por razões metodológicas, a Venezuela neste estudo é compreendida como parte importante da ampliação do processo integracionista, e será analisada a partir dos benefícios e/ou riscos advindos desta recente associação, que por continuar em andamento, se deterão aos limites temporais desta pesquisa.

A integração regional do continente não é um ideal recente. Em 1811, quando Simon Bolívar idealizou, a partir da Venezuela, integrar o continente latino-americano, seus ideais partiam da experiência da colonização hispânica. Naquela época, era preciso libertar as nações oprimidas por suas metrópoles, construindo repúblicas livres, capazes de auto gerenciar-se através de um governo representativo. Em 1991, quando o esforço sul-americano de integrar-se através da Criação do Mercado Comum do Sul, fundado com o Tratado de Assunção, tomou forma – após os fracassos das experiências anteriores - com a ALALC, o MCCA, o Pacto Andino e a ALADI, o objetivo era consagrar uma América integrada, que seguindo os ideais do libertário Bolívar, levasse essa parte do continente a alcançar o desenvolvimento tão desejado e esperado.⁷ No plano externo, a integração era vista como forma da região defender-se, sobretudo nos anos 1960, de um meio internacional pouco favorável. De comum nessas iniciativas, ou

⁷ O esforço da integração do continente americano, em especial de criação de um mercado comum, a partir da criação de áreas de livre-comércio ganhou maior força no Cenário Internacional, após a constituição do Mercado Comum Europeu em 1993 e a instituição do North American Free Trade Agreement (Nafta), que criou uma área de livre comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. Esses eram exemplos de que a tendência à regionalização acontecia em nível mundial. Desde 1960, houve a tentativa de criar uma Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Nessa época, acreditou-se que a Alalc e o seu projeto de integração seria positivo para o modelo de substituição de importações. Ainda em 1960 criou-se o MCCA(Mercado Comum Centro Americano)e o Pacto Andino (1967), como modelos integracionistas que se centravam nas relações comerciais entre os países latino-americanos. Em 1980 foi criada a ALADI (Associação latino-americana de Integração) que mantinha a idéia de criação de uma área de livre-comércio, mas acreditava que este só seria efetivado, a partir do avanço em seus acordos preferenciais.

modelos integracionistas anteriores, é o fato de que eles se centravam especialmente nas relações comerciais entre os países, visando apenas à criação de uma Área de Livre Comércio (ALC).

Essa primeira fase foi descrita pelo Embaixador Rubens A. Barbosa, como a “fase romântica” da Integração, que só teria sido superada nos anos 1990, quando após a assinatura de acordos bilaterais e de cooperação entre Brasil e Argentina, apontou-se para uma “fase pragmática” da integração, que resultaria em 1991, no próprio Tratado de Assunção, com a inclusão do Paraguai e Uruguai.⁸

Na década de 1990, a integração esteve marcada pela construção de uma união aduaneira. Todos os países membros do Mercado Comum do Sul encontravam-se submetidos às orientações neoliberais, buscando inclusive a criação de moedas conversíveis. A prioridade dos acordos realizados centrava-se apenas nas relações entre os Estados que alcançassem uma união aduaneira. Desta forma, é possível afirmar que não houve um comprometimento dos estados, nesta fase “pragmática” da integração, em realizar uma associação dos seus terrenos políticos, sociais e culturais.

Partindo da constatação de que com o adiamento da ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas), ou seja, do plano de integração hemisférica (macroregional) - criado e liderado pelos Estados Unidos-⁶o MERCOSUL tenha adquirido uma espécie de “sobrevida” ou “fôlego maior” para suas estratégias de

⁸ O embaixador Rubens A. Barbosa e representante do Brasil junto a Aladi, descreveu duas fases da integração. A “fase romântica” que teria sido iniciada nos anos 60 e perdurado até meados dos anos 80, que estaria marcada pelos objetivos econômicos dos Estados envolvidos onde a integração estava marcada pelas ações e políticas de criação de um mercado comum a partir de um “voluntarismo generalizado” que não levava em conta as realidades internas de cada um dos países. Nessa época também houve a assinatura do TM-60 e o TM-80(Tratados de Montevideu) que não teriam mais do que proporcionado uma incipiente abertura dos mercados. A “fase pragmática” que viria à seguir, estaria marcada pela proximidade dos países Brasil-Argentina e o avanço, após o processo de redemocratização

⁶ A ALCA criada em 1994 pode ser considerada parte do projeto norte-americano de Blaine, desde 1893 de propor um “Panamericanismo”.

integração, sem dúvida, a recente incorporação da Venezuela como país membro, marca também a configuração de um novo perfil a ser assumido pelo bloco, nos próximos anos, que ultrapassa a fase da “união aduaneira” e passa a ser entendida como um espaço que transcende as realizações econômicas, políticas e diplomáticas acumuladas no período dos seus 10 primeiros anos.

A integração entre os países sul-americanos assumiu um novo significado e relevância no cenário internacional do século XXI, quando passam a ser discutidos temas que levam em conta interesses mais complexos da região, sobretudo nos seus aspectos de desenvolvimento social interno. Tal visão supera a idéia de organização de um simples agregado comercial para negociar com a União Européia ou o NAFTA.

Torna-se central neste estudo, sobretudo para a compreensão desta nova “face” para o MERCOSUL, a análise dos condicionantes da política interna e externa dos Estados-membros envolvidos no bloco, em especial, do comportamento dos três grandes Estados sul-americanos: Brasil, Argentina e Venezuela na conjugação do “triângulo de poder” existente dentro do subcontinente.

No que se refere à posição brasileira é possível afirmar que o Brasil é o país que exerce a liderança regional do bloco sul-americano, em especial por três razões: 1) O Brasil tem maiores recursos de poder em relação aos seus vizinhos; o Brasil tem a política externa mais pró-ativa e conciliadora da região em termos estratégicos, e 3) A projeção externa do bloco está assentada no peso que o Brasil exerce como ator-chave, na conformação do arranjo hemisférico de segurança.

A integração também pode ser vista como um meio destes países obterem vantagens da globalização através do bloco⁹, já que juntos eles têm chances reais de

⁹ Com o fim da bipolaridade e o advento da globalização as relações econômicas internacionais contemporâneas ficaram marcadas pela formação de blocos regionais e pelo conseqüente aumento da

competir no comércio internacional, em condições de igualdade com as grandes potências- tanto no fornecimento de várias *commodities*, como no abastecimento mundial na área de petróleo, gás e biocombustíveis (caso venha a se consolidar a integração energética dos países do sul).¹⁰

Petróleo e gás são recursos de poder que permitem a diferenciação na representação externa da região. Para o autor argentino Federico Bernal¹¹: *“um país sem soberania sobre seus recursos essenciais e estratégicos se converte em uma colônia porque não pode tomar decisões autônomas e soberanas, e está sujeito à vontade das empresas ou dos países a quem entregaram o controle e o desenvolvimento deste recurso.”*(BENAL, Federico.2005:16). A visão do autor argentino está diretamente associada tanto à idéia de dependência externa dos países periféricos, visão clássica do pensamento latino-americano em relação aos países centrais¹², como está diretamente ligada à justificativa dos processos recentes de nacionalização do gás na América do Sul na Bolívia e no Equador que reivindicaram pelo direito de apropriar-se das divisas geradas por esse recurso estratégico de poder¹³

interdependência entre as nações.

¹⁰ A preocupação com o abastecimento energético dos países do cone-sul tornou-se prioridade política. A Venezuela patrocina um plano ambicioso de interconexão energética conhecido como *gasoduto do sul*, do qual participam Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai além da Bolívia. A viabilidade da integração energética ainda é bastante discutível, visto que a região enfrenta ainda conflitos diplomáticos e discrepâncias comerciais que retardam o processo. Sobre esse assunto ler o artigo: [América do Sul: O difícil caminho da Integração energética](#), publicado no site da Universia Knowlwdge .Disponível em: <http://www.wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1204&language=portuguese> publicado em 26/07/2006.

¹¹ BENAL, Federico. *Petroleo, Estado Soberania hacia La empresa multiestatal latinoamericana de hidrocarburos*. Bueno Aires: Editora Biblos, 2005.

¹² Pensamento cepalino desenvolvido no pós-II guerra, durante o processo de industrialização dos países latino-americanos (via ISI), marcados pelo subdesenvolvimento. Para saber mais,ler: Celso Furtado, Raúl Prébisch que foram os principais expoentes da temática sobre o subdesenvolvimento.

¹³ Em 1º de maio de 2006 o presidente da Bolívia Evo Morales decretou a nacionalização do setor de gás e petróleo do país. Sua ação incluiu a ocupação militar das refinarias, inclusive as

Entretanto, esta posição de dependência dos países do sul em relação ao petróleo pode ser superada em função do reconhecimento do poder de potência regional da América do Sul, marcada sobretudo pelo aumento do preço do petróleo em 2003 ¹⁴e pela proposta chavista de construção do gasoduto do sul, que deseja ser capaz de integrar energeticamente o MERCOSUL.

Segundo os dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), a região latino-americana possui a terceira maior reserva de petróleo do mundo. Obviamente, esta posição está condicionada pela posição ocupada pela Venezuela, país-membro da OPEP, que possui o equivalente a 70% das reservas do continente e que é o maior exportador de petróleo da América Latina e de gás natural para o resto do ¹⁵mundo. No caso da América do Sul, que é a região privilegiada deste estudo, uma política comum para a área de petróleo e gás pode servir como importante meio para o desenvolvimento comum de integração energética na região. O nó integrador, como mencionado anteriormente, deve partir da aliança estratégica, ou seja, do estreitamento da cooperação bilateral BRASIL-VENEZUELA, estendendo-se em direção à Argentina e seguindo em direção aos países associados do MERCOSUL. Neste sentido, torna-se importante compreender o papel desempenhado por cada uma das três grandes potências do bloco.

da PETROBRAS, o que criou atrito com a diplomacia brasileira. A partir do decreto de nº 28.701 de nacionalização as empresas foram obrigadas a assinar contratos reconhecendo o novo controle estatal sob os campos, sob risco de serem obrigadas a deixar o país. A Bolívia, considerada o país andino mais pobre do continente possui a segunda maior reserva de gás da América do Sul, ficando atrás apenas da Venezuela. Com o decreto as empresas operadoras foram obrigadas a entregar toda a sua produção à YPFB(estatal petrolífera da Bolívia).

¹⁴ Com o aumento do preço do petróleo em 2003, o poder de potência na América do Sul deste recurso de poder vem possibilitando uma maior autonomia regional sobre suas fontes energéticas.

¹⁵ No contexto latino-americano pesam a importância sobretudo das empresas petrolíferas estatais do México (PEMEX), Venezuela (PDVSA) e Brasil (PETROBRAS).

A posição de liderança assumida pelo Brasil, em termos de recursos de poder na América do Sul, está diretamente ligada a sua condição natural. O Brasil é o quinto país do mundo em extensão com uma superfície de 8.511.965000Km², que faz limite com todos os países da América do Sul, com exceção do Equador e do Chile. Com uma população estimada em aproximadamente 190 milhões de habitantes, o equivalente a cerca de 50% da América do Sul é relevante a preponderância do país na região, sobretudo do ponto de vista estratégico.¹⁶ O Brasil tem um peso internacional, que embora pequeno em relação às maiores potências, não pode ser ignorado num mundo em que os fatores econômicos são condicionantes cada vez mais importantes da política internacional.(MAIOR,Luiz A.P. 2003:23).

Economicamente, o Brasil possui um parque industrial diversificado, o maior da América Latina e um dos mais diversificados do mundo. O Brasil ocupa uma posição destacada nos setores químico e têxtil, é grande produtor e exportador de celulose, além de possuir reservas minerais de ferro, níquel, cobre, urânio, estanho, magnésio, etc. O Brasil tem a maior rede fluvial do mundo e isso o coloca entre os maiores produtores de energia elétrica.¹⁷ No Brasil, a energia gerada por usinas hidrelétricas é a mais utilizada em virtude da disponibilidade de recursos hídricos que possui.

Em 2006, o Brasil alcançou a auto-suficiência sustentável na produção de petróleo, quando a Petrobrás passou a produzir dois milhões de barris diários de óleo no país. Em 25 de dezembro de 2006, a Petrobrás alcançou a produção de 2.000.000.238 barris. Deste montante, 1.750.000 barris foram produzidos nos campos marítimos, sobretudo, na Bacia de Campos e do Espírito Santo- através de 49 plataformas, ligadas a

¹⁶ GUIMARÃES. Samuel Pinheiro.O mundo multipolar e a Integração Sul-americana. In: Revista Comunicação&Política. V.25, nº3 p-169-189. Setembro-dezembro,2007.

¹⁷ As usinas hidrelétricas fornecem quase toda a energia elétrica do Brasil.O Brasil tem grande quantidade de rios com volume e queda d'água. Essa forma de energia é também, a mais econômica.

679 poços produtores.¹⁸ Essa posição colocou o país no grupo de países que tiram de seus poços mais de dois milhões de barris por dia, cuja produção ultrapassa a demanda de seus derivados.¹⁹

Sobre o potencial geopolítico sul-americano, Darc Costa destacou que é nesta região onde estão inseridos os maiores recursos estratégicos do mundo. (COSTA,Darc. 2007). É no sul do continente onde estão grandes reservas de água doce e biodiversidade da terra, enormes riquezas em recursos minerais e energéticos- petróleo e gás-pesca, agricultura e pecuária. Só o Brasil possui a maior cobertura florestal tropical do mundo (63,7% da Amazônia está no território brasileiro) e tem a maior biodiversidade do planeta. Só a Amazônia possui 1/3 das florestas tropicais do mundo e a maior bacia de água doce.²⁰

Segundo o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães²¹, a América Latina, ao contrário do que muitos imaginam, “*é de fato a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos.*” Porém, dentro da América Latina, **a América do Sul** é a região que apresenta maior significação geopolítica, na estratégia dos Estados Unidos, devido ao seu enorme potencial econômico e político.(GUIMARÃES,Samuel 2002:19)

¹⁸ Dados retirados do artigo:”Mais do que auto-suficiente”. IN: Revista Petrobras 133 Ano 14, janeiro de 2008 p-10-15.

¹⁹ No ano de 2006, a produção de petróleo e gás somados geraram no Brasil o equivalente a 2.337.371 barris. A meta prevista pela Petrobrás é de investir US\$1,5 bilhão por ano na atividade em águas e terras brasileiras até 2012, quando se espera atingir a produção equivalente a 3,06 milhões de barris diários. A produção terrestre responde a 13% do petróleo produzido no país pela companhia, que mantém a média de 250 mil barris por dia. A Bacia de Campos responde por mais de 80% do óleo produzido no país.O desafio para os próximos anos da Companhia petroleira está em produzir em profundidades de sete mil metros- cinco mil abaixo do fundo do mar, no pré-sal.

²⁰ Dados sobre biodiversidade retirados do site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1929&Itemid=520

²¹ GUIMARÃES. Samuel Pinheiro. 500 anos de periferia: Contraponto, 2002.

Tendo em vista a importância que o regionalismo adquiriu no reordenamento do poder mundial e as mudanças qualitativas do conceito de segurança internacional no pós-guerra fria, os países com recursos de poder para liderança regional passaram a ter novo destaque.(OLIVEIRA, Jorge.2000)²²

O Brasil por razões históricas e por suas próprias condições continentais na América do Sul exerce juntamente com a Argentina, o papel de líder do jogo político sub-regional, revezando no exercício de poder, uma hegemonia de potência com os demais países,²³ assunto a ser abordado no capítulo 1 deste estudo. A potencialidade regional deve ser compreendida a partir da geopolítica de cada país, já que os níveis de inserção internacional dos países sul-americanos têm em conta elementos específicos de cada um deles, como: a localização geográfica do respectivo país no mundo, a experiência histórica vivida, o código da língua e da cultura deste país, assim como os dados de estratificação presentes em cada país.²⁴ Neste estudo, são investigados apenas os dados geopolíticos e econômicos do Brasil, Argentina e da Venezuela, visto que em termos de crescimento regional, são os países mais fortes do bloco sul-americano e que juntos têm recuperado o “fôlego”, para maior aprofundamento e avanço do MERCOSUL, alcançando também uma maior projeção externa.

Sobre a Argentina, destacam-se os dados do MRA:

²² OLIVEIRA, Amancio Jorge e ANUKI, Janaina. Brasil, Mercosul e a Segurança regional. IN: Revista Brasileira Política Internacional (ONLINE), 2000. V.43,nº2.p-108-129. ISSN 00347329.

²³ Quando o poder de um estado não é exercido através da força, a capacidade do estado é definida pelos recursos de poder que possui. O poder de potência tal como definiu Raymond Aron, surge em contraposição ao poder real ou poder da força.

²⁴ LAFER. Celso. A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira :passado, presente e futuro.São Paulo: Perspectiva,2001.

A Argentina está situada no extremo sul do continente americano e tem uma superfície de 3.761.274 Km². Limita-se com o Brasil, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, sendo formada por 23 províncias (estados) e pela Capital Federal (Buenos Aires). Por sua posição geográfica e extensão a Argentina possui uma grande variedade climática Por sua extensão territorial, a Argentina ocupa o segundo lugar de maior país da América do Sul, com uma população estimada em 37 milhões de habitantes, ficando em termos populacionais atrás apenas do Brasil, México e Colômbia²⁵.

A Argentina é um grande comprador dos produtos brasileiros e fornecedor de cereais, máquinas, couros, maçãs, pêras, produtos químicos, pescados, fibras de algodão, veículos automobilísticos, etc. (AVOGADRO,1997:30) . Os produtos brasileiros mais importantes importados pela Argentina são: os automóveis, eletrodomésticos (produtos de linha branca), pneus, papel, carnes de ave, produtos para fotografia, cinema, café, frutas tropicais, cacau(...).

Desde a assinatura do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto, as relações econômicas bilaterais entre as duas potências, cresceram volumosamente. Embora existam ainda listas de exceção e de “produtos sensíveis” nas duas economias, a tendência é que cada vez mais sejam eliminadas as barreiras protecionistas que subsistem, para que se possa ampliar a liberalização comercial entre os países, até a completa formação de um Mercado Comum do Sul.

Sobre a relação entre os dois países principais do MERCOSUL e a política externa que vem sido desenvolvida pela Argentina, o capítulo 2, deste estudo

²⁵ Dados do Ministerio de Relaciones Exteriores argentino. Disponível em: www.mrecic.gov.ar

contemplará as questões mais recentes destas relações, incluindo o crescimento do fluxo de investimentos brasileiros no país vizinho.²⁶

Em termos de política externa, a Argentina assim como o Brasil, mantém relações comerciais e diplomáticas com quase todas as nações do mundo, participando de várias organizações internacionais. É um país com grande disponibilidade de produtos naturais: terra fértil, petróleo, gás natural, minas, recursos hídricos e ictiológicos, e florestas. Contudo, para Enrique Guillermo Avogadro, o fator mais importante de competitividade que conta o país são os recursos humanos, cujo desenvolvimento tem sido assegurado pela prioridade dada à educação. (AVOGADRO, 1997:100)

Da relação bilateral com a Argentina é possível ressaltar que até 1970 as relações entre os dois países ocorreram de forma esporádica, já que durante muitos anos permaneceu a idéia de rivalidade herdada ainda das supostas pretensões imperiais do Brasil no Vice Reino do Prata²⁷. A relação bilateral instável entre os dois países só foi superada após a iniciativa de integração, em 1986, após a assinatura de acordos bilaterais de cooperação durante os governos de José Sarney e Raúl Alfonsín, momento da transição democrática dos dois países.

Foi justamente o esforço para a construção da estabilidade estrutural bilateral, o fio condutor do relacionamento entre as duas potências. Para o diplomata Alessandro Warley Candeas, a relação bilateral entre os dois países possui uma dinâmica própria que resulta do “desequilíbrio de poder relativo entre Brasil e Argentina.”²⁸ Manter uma relação de equilíbrio de poder entre duas ou mais potências, por excelência, é referir-se

²⁶ Já é grande a presença de empresas brasileiras na Argentina como a Petrobrás, Brahma, Banco Itaú, Multibras, Uol, Marcopolo...

²⁷ No ano 1970 houve uma controvérsia entre as duas potências à respeito do aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná (Crise Itaipu-Corpus).

a uma situação de constante competição existente entre diversos Estados nacionais, considerados mais ou menos iguais em poder.

Em termos de política externa, a inserção internacional brasileira assumiu historicamente, um plano diferenciado de países como a Argentina e a Venezuela, ao caracterizar-se pelo exercício de uma relativa autonomia em sua diplomacia, ainda nos anos 1950 com a Operação Panamericana e continuada durante o governo Jânio Quadros (1961), com a Política Externa Independente.²⁹

Durante o século XX, pode-se afirmar que a política externa brasileira experimentou dois modelos de ação: o da relação especial com a potência dominante (EUA) e o da busca de uma autonomia com relação à estrutura de poder internacional.

Na década de 1990, o Brasil promoveu a integração regional via MERCOSUL, e, nos últimos anos, o Brasil tem assumido novas responsabilidades em situações de risco institucional na região, como também tem aprofundado a interação econômica com seus países vizinhos e com outros países em desenvolvimento.³⁰

Em 2002, com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva ao poder, no governo brasileiro, o Brasil teria dado os seus passos mais audazes em termos de política externa.(HIRST,Monica.2006:132).O Brasil ampliou suas responsabilidades internacionais ao estabelecer novas relações com as potências globais³¹, quer seja com a

²⁸ CANDEAS,Alessandro. Relações Brasil-Argentina. Uma análise dos Avanços e Recuos. Artigo consultado no site do Centro Argentino de Estudio Internacionales (CARI) do Programa de Integración Regional. Disponível em: www.cari.org.ar

²⁹ Ambas as ações de política externa brasileiras buscaram garantir maior autonomia do Brasil frente aos Estados Unidos, através de uma política nacional-desenvolvimentista conhecida por “barganha nacionalista” a ser melhor explicada no capítulo 1.

³⁰ HIRST, Monica. Los Desafios de la Política Sudamericana de Brasil IN: REVISTA Nueva Sociedad . 205. 2006

³¹ Deve-se ressaltar também que o Brasil participa de outros grupos importantes de países e possui uma significativa representação externa, através do BRICS, o G-04, o G-8 +5, o G-20, demonstrando que sua

criação do G-20 ou mesmo pela ampliação do seu interesse regional na América do Sul. Durante o governo Lula, investiu-se também na candidatura brasileira a um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que demonstra a gradativa inserção da participação brasileira no cenário político internacional.

O Brasil mantém relações comerciais e diplomáticas com praticamente todas as nações do mundo, integrando várias organizações internacionais³². Os EUA seguem sendo um parceiro fundamental do Brasil no grupo dos países que lideram as prioridades da política externa brasileira juntamente com a China, Europa, Japão, Argentina e atualmente, a Venezuela.

A projeção externa do bloco também está assentada no peso que o Brasil exerce como ator-chave na conformação do arranjo hemisférico de segurança. Para Jorge Oliveira e Janaína Onuki :” *O Brasil tem atuado no sentido de contrabalançar a hegemonia norte-americana, reforçando a correlação entre o status de potência regional e o cálculo de opções internacionais.*”(OLIVEIRA, Jorge.2000)³³ Neste sentido, na análise da conformação do poder hemisférico, objeto deste estudo, é incontestável a liderança brasileira no MERCOSUL e é significativa a liderança que o Brasil exerce na América do Sul, já que a conformação de um arranjo continental de segurança na região, depende sobretudo, do Brasil.

vida política externa tem estado diretamente associada a uma prática e defesa do **multilateralismo**.

³² As Organizações internacionais que o Brasil integra são: ONU,OMC, Mercosul, OEA,CPLC, ALADI,OTCA,UNASUL,CI-A,UL

³³ OLIVEIRA, Amâncio Jorge de and ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2000, v. 43, n. 2, pp. 108-129. ISSN 0034-7329.

Para Paulo Fagundes Vizentini, o Brasil está preparado para se tornar uma célula ativa no processo de transformação política e econômica da região, podendo se tornar um país protagonista na região. Na perspectiva do autor, é preciso ainda que se busque para a região um novo paradigma de sociedade, que seja capaz de integrar a globalização com uma agenda social ambiental e democrática, e sob este aspecto, o Brasil, também está apto a iniciar esse processo.

A América do Sul passou a desempenhar na política externa brasileira recente, um papel fundamental, visto que os anos posteriores a Guerra Fria trouxeram grande instabilidade pelo agravamento do desemprego, exclusão e também pelo fracasso das políticas neoliberais. (VIZENTINI,2004).³⁴ Como resultado das políticas recomendadas pelo Consenso de Washington³⁵, a situação econômica e social em toda a América do Sul tornou-se ainda mais difícil e sombria do que a década perdida.³⁶

Nas palavras do ministro das Relações Exteriores Brasileiro, Celso Amorim: *“Chegamos a um ponto em que não dá mais pra pensar no MERCOSUL como complemento de outras políticas.”* E sem dúvida, a entrada da Venezuela trouxe verdadeiramente a “feição da América do Sul” para o bloco. (AMORIM,Celso: 2007.10)

³⁴ VIZENTINI,PAULO Fagundes.O Descompasso entre as Nações. Rio de Janeiro: Record:2004.

³⁵ Consenso de Washington promoveu a desregulamentação econômica, a abertura do mercado e a planificação da economia com o objetivo de conter os altos níveis de inflação nos países emergentes. Entretanto, a adoção das políticas neoliberais propostas pelos Estados Unidos e Grã Bretanha resultaram no aumento da dependência dos países de economia mais frágeis em relação ao FMI. Por outro lado, a redefinição do papel do Estado na economia (minimização do Estado), causou, ao contrário do que os defensores de tais políticas alardeavam, recessão econômica, ingresso do capital externo, desemprego, aumento do trabalho informal, conflitos sociais, crise de modelos políticos tradicionais, flexibilização dos direitos trabalhistas, precariedade e, o mesmo desmonte dos sistemas de seguridade social, de saúde e de educação. Ver: CREMONESE, Dejalma.A origem e a implementação do neoliberalismo no mundo e no Brasil. Monografia. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/origem-neoliberalismo-brasil/origem-neoliberalismo-brasil.shtml>

³⁶ MONIZ BANDEIRA .Luiz Alberto. Aspectos da crise nos países da América do Sul IN: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional- RJ 06 e 07 de julho de 2006- Brasília:FUNAG,2007.

O protagonismo brasileiro na América do Sul coloca o país imediatamente no centro principal do debate das questões regionais, juntamente com a segunda maior potência, que é a Argentina.

Desta forma, serão citados ao longo deste estudo, acordos econômicos, assinaturas de tratados, participação em rodadas de comércio (no âmbito da OMC) e quaisquer eventuais meios diplomáticos ativos, como forma de representar a ampliação da participação externa brasileira em sua defesa explícita ao multilateralismo.

Com a ampliação do bloco, as principais questões regionais passam a depender cada vez mais da capacidade de resolução de controvérsias entre os “dois grandes” do bloco (Brasil e Argentina) e da redefinição de suas relações bilaterais.

Especialistas de ambos os países defendem a ampliação da proximidade e o aprofundamento de uma “aliança estratégica” entre Brasil-Argentina, visto que, a cooperação bilateral impulsiona a inserção externa desses países e fortalece o MERCOSUL, expandindo-o para além de uma união aduaneira.³⁷ Partindo desta cooperação, que virou condição fundamental para o fortalecimento do MERCOSUL, superaria-se definitivamente tanto a fase inicial da integração, como também a rivalidade histórica presente entre as duas potências, nos séculos passados.

Embora não sejam os maiores mercados para os produtos brasileiros, todos os países da América do Sul são grandes, naturais e importantes parceiros comerciais do Brasil. Para Alexandre Barros, “continuar a comerciar com eles é bom para todos.”³⁸

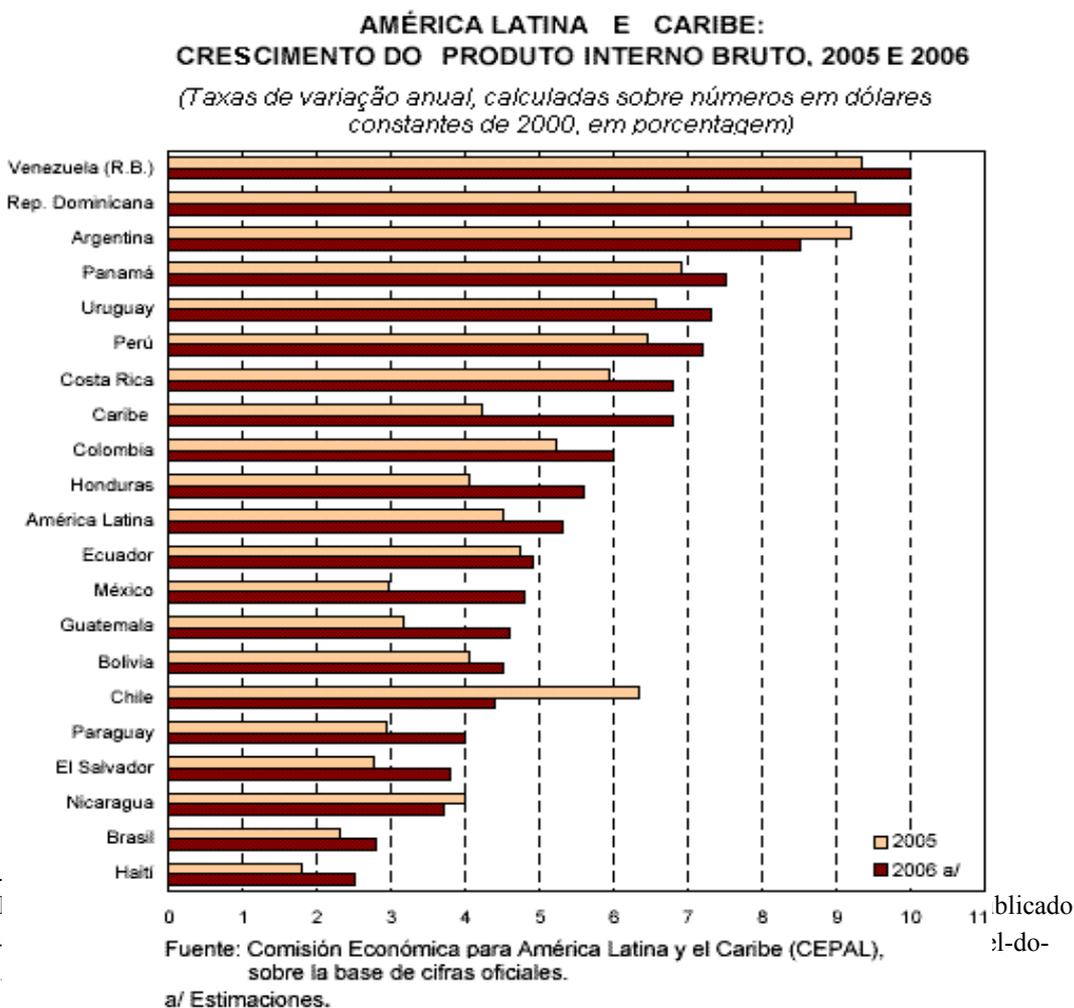
³⁷ A união aduaneira é uma etapa de integração econômica em que os acordos não estão limitados aos movimentos de bens, serviços e fatores de produção, mas que buscam harmonizar as políticas econômicas para que os agentes possam operar sob condições semelhantes nos países que constituem o bloco econômico. Ver: CARVALHO, Maria Auxiliadora de. & SILVA, César Roberto Leite. Economia Internacional. São Paulo: Editora Saraiva, 4ª edição, 2007. P.313(glossário)

³⁸ BARROS, Alexandre. Brasil e seus vizinhos – Parceiro o gatón? – Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, 03/05/2008.

Para o Chanceler Celso Amorim, fortalecer o MERCOSUL implica fortalecer a presença brasileira internacionalmente, ainda que na prática, o comércio intraregional não tenha crescido sua participação, apesar de aumentar em ganhos absolutos. (GAZETA MERCANTIL:2008)³⁹

O quadro econômico e político, assim como os referenciais ideológicos na América do Sul, mudaram consideravelmente, nos últimos anos. Para Paulo Nogueira Batista, "o fracasso às vezes estrepitoso, da maioria dos países que seguiram fielmente as receitas econômicas do chamado Consenso de Washington, abalou convicções arraigadas e produziu revoltas políticas, não raro dramáticas"⁴⁰

Figural



³⁹ MEI em 04 Brasil

⁴⁰ JUNIOR, Paulo Nogueira Batista. Brasil-Argentina e América do Sul IN: Estudos Avançados, 19: 2005

É este cenário mais “efervescente” da América do Sul, em que se destaca o governo bolivariano do venezuelano Hugo Chávez Frías e a inserção internacional deste país, a que dedica-se o último capítulo deste trabalho que centrar-se-á em duas questões fundamentais: as que tangem economicamente as relações da Venezuela com os dois maiores países do MERCOSUL (após a sua entrada no bloco), e na análise do processo de “*esquerdização*”, deste país em defesa do chamado “*socialismo do século XXI*” e de uma revolução nos países da América do Sul (projeto este, que vive em contradições com o próprio MERCOSUL).

A República Bolivariana da Venezuela, pelos dados fornecidos pelo Ministério del Poder Popular de Venezuela⁴¹, está situada ao norte do Equador, na Costa Setentrional da América do Sul. O território continental e insular da República Bolivariana da Venezuela tem uma extensão aproximada de 916.490km². A Venezuela está localizada na parte norte da América do Sul e limita-se ao norte com o Mar do Caribe, a leste pelo Oceano Atlântico e pela Guiana, ao sul pelo Brasil e a oeste pela Colômbia.

O território venezuelano possui ainda uma grande diversidade natural, derivada das variadas formas de relevo e de vegetação. O país possui planícies tropicais, planaltos e inclui parte da Cordilheira dos Andes. A região de maior extensão é a

⁴¹ Consultar dados geográficos sobre a Venezuela no site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: www.mre.gov.ve

planície de Guayana, onde estão os recursos minerais abundantes como ouro, diamante, ferro, bauxita e o petróleo.⁴²

A economia venezuelana desde o final de 2003 vem crescendo rapidamente e sustentavelmente. A Venezuela é caracterizada pela sua dependência das exportações de petróleo. A riqueza gerada pelo petróleo é o que permite que o país mantenha uma lista ampla e diversificada de importações. Os principais produtos importados pela Venezuela são os produtos primários e as manufaturas. O setor agropecuário é visto como um dos setores mais importantes da economia, contribuindo com quase 5% do PIB. As exportações agrícolas equivalem a 3% do total. Embora o setor agrícola seja bastante diverso, a Venezuela é um país importador de alimentos. Cerca de 70% dos alimentos consumidos pela Venezuela são importados. Os principais produtos agrícolas importados são: o milho, o arroz e o sorgo.⁴³ No que se refere aos recursos do país, são eles: o ferro, o sal, o ouro, o carvão, a bauxita, os diamantes, o petróleo e outros.

A partir do século XX, a indústria do petróleo se tornou o principal setor da economia venezuelana. O setor corresponde a 80% das exportações do país e aproximadamente 25% do PIB. O setor terciário é o mais dinâmico da economia venezuelana, em outras palavras, o transporte, as telecomunicações e o comércio representam cerca de 28% do PIB (dados de 2005).

Reconhecidas as propriedades específicas de cada país-membro do bloco sul-americano nesta pesquisa, o desafio está em analisar o diálogo estabelecido entre as três potências regionais, seus momentos recentes de cooperação e suas possibilidades de divergência e conflito.

⁴² Consultar o “Guia do Exportador.” Para acompanhar a listagem de produtos e os dados fornecidos pela SECEX. Disponíveis em: <http://www.global21.com.br/guiadoexportador/venezuela.asp>

⁴³ Idem. op.cit.

O processo integrativo readquire com a entrada da Venezuela, uma condição privilegiada na agenda política de vários países, sobretudo na política externa brasileira do século XXI, visto que a região escolheu integrar-se para reagir às assimetrias do binômio norte-sul, ou seja, dos países centrais desenvolvidos *versus* os países periféricos subdesenvolvidos.

As relações exteriores dos três países nem sempre estiveram voltadas para um interesse comum, embora, por inúmeras circunstâncias tivessem realidades próximas. Na virada do século XXI, a relação e o entendimento entre Brasil, Argentina e Venezuela tornam-se fundamentais para a nova face e reestruturação do MERCOSUL.

Este estudo encaminha-se na busca de propor um debate sobre a nova direção tomada pelas políticas externas argentina, brasileira e venezuelana entre 2000-2007, no sentido de aprofundar e resgatar o diálogo entre as potências, que redimensione tanto a inserção internacional do bloco, como explique a conformação triangular presente na expressão do exercício do poder sub-regional.

Com interesses nacionais distintos, Brasil, Argentina e Venezuela apresentaram ao longo da história, em suas relações inter-estados, elementos de convergência e divergência que determinaram ora uma aproximação de suas chancelarias, ora o afastamento de suas políticas externas.⁴⁴ Quando em 1991, foi criado o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)⁴⁵, através do Tratado de Assunção, os países

⁴⁴ Apenas na década de 1950, com a emergência da questão imperativa do *desenvolvimento* que as políticas externas brasileira, argentina e venezuelana passaram a ter pautas em comum. A partir da década de 1980, em virtude da crescente dívida externa, os países latino-americanos foram obrigados a implementar uma série de medidas para sanear suas economias, de acordo com reajustes fiscais e políticas neoliberais. Nos anos 1990, o Consenso de Washington se fez sentir em toda região latino-americana e sul-americana: A aplicabilidade das políticas neoliberais trouxe consigo, consequências destrutivas para a economia dos referidos Estados. Mas, foram nas políticas públicas e sociais em que mais se evidenciou retrocesso, principalmente nas questões do emprego, saúde, moradia e educação. O empobrecimento deu-se entre os países ex-socialistas (Rússia, principalmente) e países de economia emergente como os países latino-americanos.

⁴⁵ Os países signatários do Tratado foram, inicialmente, quatro países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, constituintes de um grupo de estados subdesenvolvidos, localizados numa das regiões

do sul cooperavam e reagiam à um mundo fragmentado e organizado em blocos (NAFTA,UE,ASEAN...). A América do Sul não encontrou outra saída que não a integração.

A existência de grandes assimetrias presentes dentro do bloco do MERCOSUL ainda permanecem como principal elemento dificultador do aprofundamento das relações entre os seus Estados-membros. Tais diferenças não se manifestam apenas no plano territorial, populacional e econômico, mas, sobretudo, incidem no perfil social dos estados-membros, diferenciando-os quantitativamente e qualitativamente.

As diferenças das estruturas geoeconômicas entre os estados- membros apontam cada vez mais para uma necessidade maior de cooperação entre os países, com vistas à superação das desigualdades e o aprofundamento do desenvolvimento regional.

O MERCOSUL tem crescido e se ampliado, superando inclusive a crise ocorrida entre os anos de 1997-2002 , quando, segundo os dados da CEPAL, a região não teria atingido nível suficiente para acompanhar o crescimento populacional. Somado a este período, tem-se a conjuntura dos efeitos gerados pela crise asiática de 1997, a crise mexicana de 1994 e a crise econômica argentina de 2001.⁴⁶

O fracasso das políticas neoliberais resultaram respectivamente no processo de *Impeachment (Brasil)*, no *Caracazo (Venezuela)* e no *Panelazo (Argentina)* que serão abordados nesta pesquisa, nos capítulos específicos de cada país.

Em 2005, a Venezuela protocolou sua adesão ao bloco. Em 2006, confirmou sua participação. Atualmente, a Venezuela disputa com o Brasil a liderança por um modelo

periféricas da economia mundial, verticalizados pela oposição norte-sul, e pela hegemonia mundial norte-americana.

⁴⁶ Entre 1997 a 2002 a economia da região cresceu 1% em média anualmente, para um crescimento demográfico médio de 1,5%. OLIC, Nelson Bacic& CANEPA, Beatriz.Geopolítica da América Latina.SP: Moderna, 2004,p.34.,

de desenvolvimento a ser assumido pela região, a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas).

Entretanto, parece não haver dúvidas que o papel de líder regional deverá ser exercido pelo Brasil e este é imprescindível. Parafraseando Celso Lafer :

” (...) a América do Sul para o Brasil não é uma opção, mas a " circunstância" do nosso " eu" diplomático.” Trabalhar para união e amizade entre os países da América do Sul, passou a ser uma 'força profunda' da política externa brasileira, desde os tempos do Barão do Rio Branco, quando preconizava-se uma política externa de união e amizade com os países sul-americanos. (LAFER,Celso.2001:52)

Com este estudo, espera-se contribuir para o aprofundamento da perspectiva de que o Brasil, como líder regional tem a árdua tarefa de superar o impasse do MERCOSUL ; aprofundar as relações bilaterais no continente sul-americano e projetar a região com vistas ao seu próprio desenvolvimento. Mantém-se a necessidade de transformar as fronteiras brasileiras de separação em modernas fronteiras de cooperação. (LAFER, Celso, 2001:54).

Figura.2: Países do MERCOSUL



CAPÍTULO 1

1-A LIDERANÇA DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL: O VÉRTICE DO PODER TRIANGULAR

O Panorama brasileiro a partir de 1990

A América do Sul é prioridade na política externa brasileira⁴⁷. Em tempos atuais de globalização e de exercício da hegemonia norte-americana, o continente sul-americano tem como desafio integrar-se e consolidar sua identidade regional, buscando um espaço maior de autonomia no cenário internacional.

O Brasil exerce uma posição de relevo na América do Sul e através de uma política externa pró-ativa e genuína, concretizada através da sua participação em distintos grupos: o G-3 (Brasil, África do Sul e Índia), o G-20⁴⁸ e o G-4 (Brasil,

⁴⁷ A América do Sul encontra-se no centro da política externa brasileira e o seu núcleo central é o Mercosul. A política externa brasileira para ser eficaz deverá estar ancorada na política regional sul-americana e conseqüentemente na aliança estratégica com a Argentina. O Brasil, a partir de suas características geopolíticas, ou seja, seu território, sua localização geográfica, sua população, suas fronteiras, sua economia na estrutura do sistema mundial tem na América do Sul, uma prioridade para a política externa brasileira.

⁴⁸ O Brasil comandou a criação do Grupo do G-20 em 20 de agosto de 2003. São países que integram o G-20; na África: África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia, Zimbábue. Na Ásia: China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão, Tailândia. Na Europa: Turquia, República Tcheca, Hungria. Na América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Os países emergentes que compõem o G-20 respondem por 60% da população mundial. 70% da população rural do

Alemanha, Japão e Índia), o país tem reforçado a defesa do multilateralismo, além de ter aumentado o diálogo entre os países ricos, ou “do norte” e os países em desenvolvimento.⁴⁹

Segundo Vizontini, a barganha nacionalista e a política externa Independente constituíram a primeira etapa da multilateralização das relações internacionais do Brasil e de uma política externa voltada para o desenvolvimento econômico.⁵⁰

O modelo de desenvolvimento brasileiro “*hacia dentro*”⁵¹ esteve marcado pela adoção de um projeto nacional. A tônica da ‘independência econômica’ caracterizada desde a ideologia varguista, de *nacional-desenvolvimentismo* tinha possibilidades limitadas de autonomia devido ao contexto internacional da Guerra-Fria. (VIZENTINI, Paulo:2004:78). Ao solicitar recursos externos, com vistas à aceleração do desenvolvimento interno brasileiro e à redução dos efeitos das desigualdades sociais, o nacional-desenvolvimentismo apresentava convergência entre os interesses nacionais e os interesses do bloco Ocidental. (FONSECA, Pedro.1989:402).

De um lado, a burguesia industrial representada por Getúlio Vargas via mais complementariedade que antagonismo entre os interesses nacionais e o capital mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais.

49

DINIZ, Ângela Maria Carrato. Identidade, Desenvolvimento e Integração: Desafios para o Brasil e a América do Sul. IN: O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL: DESAFIOS NO SÉCULO XXI. Brasília: FUNAG-IPRI, 2006.(Coleção América do Sul).

⁵⁰ Vizontini considera que a política externa voltada para o desenvolvimento econômico teve suas raízes na concepção esboçada por Getúlio Vargas entre 1930-1945 após a crise de 1929 e a crise da economia cafeeira. Entretanto, foi no segundo governo Vargas que a política externa brasileira voltou-se para a barganha nacionalista, quando através do apoio político-estratégico a Washington, negociava-se a ajuda recebida para o nosso desenvolvimento econômico.

⁵¹ Modelo de desenvolvimento “*hacia dentro*” foi o modelo desenvolvido pela CEPAL e por seus economistas, privilegiando o mercado interno, a substituição de importações e a redução dos vínculos com o exterior.

estrangeiro. Entretanto, as contradições do processo evidenciavam que o objetivo principal dos nacionalistas era o de barganhar com os Estados Unidos, os recursos necessários para obter o desenvolvimento industrial brasileiro. (VIZENTINI.Paulo,2004:79). O período Vargas, sobretudo no seu segundo governo (1951-54), pode ser considerado, em termos de assimilação da economia pela política, efetivamente, como o primeiro governo nacionalista brasileiro. Durante esses anos, estimulou-se o desenvolvimento das primeiras indústrias de base, via substituição de importações. Vale lembrar que a criação da CSN , em 1941, consolidou a aproximação de Vargas ao governo norte-americano, resultando no rompimento do autoritarismo do Estado Novo e na obtenção de investimentos americanos no processo interno e nacional da industrialização brasileira.

A contribuição do investimento estrangeiro foi decisivo para o crescimento brasileiro. Ainda que com um conteúdo fortemente nacionalista e estatizante da industrialização brasileira, via substituição de importações, curiosamente, as empresas multinacionais dinamizaram a industrialização brasileira, em um fenômeno que foi descrito por Fernando Henrique Cardoso, como a “internacionalização do mercado interno”.

O pós-guerra determinou a consolidação do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) como eixo da economia nacional modernizadora.⁵² Até meados da década de 1950, prevaleceram distintas formas e modalidades de incorporação de recursos externos que fomentavam o desenvolvimento de uma indústria essencialmente nacional. Tais recursos eram de origem financeira, humana, material e principalmente tecnológica.

⁵² PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira(1889-2002).RJ: Jorge Zahar, 2004.

Em termos de política externa, o período entre 1954 e 1958 marcou um retrocesso em relação à autonomia brasileira e à barganha ativa face aos EUA, contrariando as linhas básicas da diplomacia dos anos 1950 e início dos anos 1960. Em 1958, devido às dificuldades de atração de investimentos e à desaceleração do crescimento econômico, o governo de Juscelino Kubitschek voltou a adotar a barganha nacionalista frente aos EUA, quando lançou a OPERAÇÃO PANAMERICANA, uma iniciativa multilateral, que apontava para a emergência de uma nova fase da política externa brasileira, que alcançaria seu apogeu com a Política Externa Independente, durante o governo de Jânio Quadros.(VIZENTINI, Paulo. 2004: 89)

A Política Externa Independente (PEI) pode ser vista como uma forma de continuar e aprofundar a barganha nacionalista iniciada por Vargas e JK, na medida em que apoiou o desenvolvimento industrial. Entretanto, as principais linhas da nova Política Externa Independente estiveram resumidas nos três “Ds”, de acordo com o embaixador Araújo Castro: *desenvolvimento, desarmamento e descolonização*.⁵³ O Itamaraty defendia por uma diplomacia mais ativa e após décadas de dependência básica dos Estados Unidos como principal mercado para as matérias-primas brasileiras, o governo de Jânio buscou restabelecer as relações diplomáticas e comerciais com novos mercados, em especial com os países do bloco socialista e do terceiro mundo. (WROBEL, Paulo S. 1993:196)

Somente nos anos 70 foi possível assinalar um processo gradual de internacionalização da economia brasileira com a instalação de filiais de empresas estrangeiras. O Brasil vivia seu período de “milagre econômico” marcado por altos níveis de crescimento, com baixas taxas de inflação. O ajuste econômico do governo Castelo Branco esteve associado ao ingresso de capitais externos, o que permitiu o

⁵³ Ver: WROBEL, Paulo, Aspectos da Política Externa Independente: A questão do desarmamento e o caso de Cuba. IN:Revista Estudos Históricos.Rio de Janeiro: Editora FGV, Volume6,nº12,1993.p191-209/

Brasil retomar seu crescimento econômico. Quando Delfim Neto assumiu o controle da economia brasileira, ocupando o Ministério da Fazenda, o modelo de desenvolvimento adotado permaneceu centrado no tripé : empresas estatais, empresas privadas nacionais e multinacionais, às custas de taxas crescentes de endividamento externo e de grande concentração de renda.⁷

Durante o governo de Ernesto Geisel, com início em 1974, optou-se pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que mais uma vez, possuía um cunho nacionalista. O plano, conhecido por “Brasil Grande” teve por meta a realização de grandes obras de infra-estrutura: a hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis e a Rodovia Transamazônica, que juntas exigiam grandes investimentos e por essa razão, geraram um rápido aumento da dívida e da inflação. Para Octavio Ianni, os surtos de nacionalismos e realizações propriamente nacionais ocorreram durante o período marcado pelo “populismo”; ou seja, da existência, no Brasil, de um projeto nacional, que era fruto das realizações do capitalismo nacional.

Com o colapso do regime de taxa de câmbio semifixa de Bretton Woods, entre 1971-1973, com a expansão dos investimentos em títulos públicos internacionais, com a concessão de empréstimos bancários e com o fenômeno da internacionalização dos mercados de capitais, determinava-se o surgimento de uma economia mundial integrada e interdependente. O modelo substitutivo de importações só entrou em colapso nos anos 1980, com a crise da dívida externa⁵⁴ e com o advento da Terceira Revolução Industrial (revolução tecnológica e científica) ou *globalização*.

⁷ ROCHA, Dora & MOTTA, Marly da Silva. & FREIRE, Américo. História em Curso. RJ: CPDOC, FGV, 2004.

⁵⁴ A inflação havia sido mantida sob controle durante os anos 1970, mas se acelerou após o choque petrolífero ocorrido entre os anos de 1978-79. A inflação ultrapassou os 100% anuais em 1979 e ultrapassou os 200% após 1984, alcançando picos de 2000% em 1990 e 1994. Ver: ABREU PAIVA, Marcelo de. Comércio Exterior: interesses do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. P.06

Somando-se à crise, rapidamente o país foi atingido pelos efeitos da globalização e da tendência neoliberal que se espalhou pelo mundo e que tratou de reduzir o papel do Estado nas atividades econômicas.

Em fins da década de 1980, decretava-se a falência do Estado de bem-estar social e do modelo de substituição das importações (ISI) proposto pela CEPAL, como principal via de desenvolvimento econômico latino-americano.⁵⁵

Vale ressaltar que os processos históricos do desenvolvimento/subdesenvolvimento latino-americano e recentemente sul-americano, são diferenciados e não devem ser tratados metodologicamente, por uma forma **única**. Embora, traços comuns existam, estes apenas evidenciam que ao longo da história, o sistema centro-periferia no qual estiveram inseridos, foram determinantes para a modernização tardia, para o estabelecimento de uma desigualdade regional e para a verticalização entre os países do norte e os do sul.⁵⁶

Nas últimas décadas do século XX, pode-se afirmar que a reconstrução democrática brasileira coincidiu com um período de instabilidade econômica ocasionado pelo esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista iniciado nos anos 1930.

Na década de 1990, o governo de Fernando Collor de Mello⁵⁷ representou para o Brasil o primeiro projeto neoliberal adotado pelo país, que teve por base as

⁵⁵ Os principais disseminadores da política neoliberal foram os governos de Ronald Reagan(1980-1988) e o de George Bush (1988-92) nos Estados Unidos e os de Margareth Thatcher (1979-1990) e de John Major (1990-1997) , na Inglaterra.

⁵⁶ Sobre a temática do subdesenvolvimento latino-americano, ver: BIELSCHOVSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Cepal. Volume 2.RJ: Record, 2000.

⁵⁷ A eleição de Fernando Collor de Mello do PRN em 1989 foi a primeira eleição direta do período posterior à ditadura militar.

privatizações, a desregulamentação e a abertura ao capital estrangeiro. Defendia-se pela via neoliberal que o ajuste das contas do Estado era condição essencial para a retomada do desenvolvimento econômico. Sendo assim, houve cortes dos gastos públicos e a privatização de empresas estatais como formas de facilitar a circulação do capital e abrir definitivamente o país, para o mercado internacional.

Para Nilson Alves de Moraes⁵⁸, o cenário refletido pela expansão do modelo de desenvolvimento capitalista, sobretudo nos anos 90, produziu novos temas, além de uma agenda multilateral que passou a impor uma condição de dominação planetária.

O conjunto de políticas adotadas no processo de integração regional resultavam de três momentos estratégicos do cenário internacional: As regras ditadas pela Organização Mundial de Comércio (OMC)⁵⁹, o projeto de formação de uma área de livre Comércio das Américas (ALCA) e as iniciativas de âmbito sub-regional como a Comunidade Andina (CAN) e o MERCOSUL.

No caso latino-americano, a particularidade do neoliberalismo esteve centrada no combate à inflação. Na análise de EMIR SADER: *“As receitas neoliberais propugnadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BID) consideravam os gastos estatais – fonte do déficit público como a principal causa da inflação, vista como impedimento à retomada de crescimento e à modernização tecnológica. A meta central dos governos deveria ser, assim, a diminuição dos gastos*

⁵⁸ MORAES, Nilson Alves de. América do Sul e Integração: Temas, Problemas e Opções. Notas de aula. (Texto debatido durante o encontro do dia 24 de abril de 2007 no CEBELA).

⁵⁹ A OMC (Organização Mundial do Comércio) é a organização permanente que substituiu o GATT, em 1995, como instituição reguladora do protecionismo. Tem como objetivos gerenciar acordos multilaterais de comércio relacionados a bens, serviços e direitos de propriedade intelectual, administrar o entendimento sobre resolução de controvérsias, servir de fórum para as negociações; supervisionar as políticas comerciais nacionais e cooperar com outras organizações internacionais. Disponível em: Ver: CARVALHO, Maria Auxiliadora de.&SILVA, César Roberto Leite.Economia Internacional. São Paulo:Editora Saraiva,4ª edição, 2007. P.309(glossário)

do Estado. Entre as medidas recomendadas para baixar o gasto estatal estão a privatização de empresas e a contenção nos gastos com funcionalismo e com serviços sociais do Estado (Educação, Saúde, habitação, Saneamento Básico. ”⁶⁰

Ainda nos anos 1990, a política interna brasileira esteve marcada pelo retorno democrático e pelas eleições diretas para presidente da República em que se elegeu Fernando Collor de Mello. Collor lançou-se através de uma coligação partidária pouco expressiva, o PRN (Partido da Renovação Nacional) e sob o título de ‘caçador de marajás, recebido enquanto foi governador de Alagoas (1986), por supostamente haver combatido aqueles que enriqueceram ilegalmente (marajás). Em março de 1990, implementou o **Plano Collor**. Entre outras medidas, estabeleceu o confisco de 18 meses de recursos depositados em cadernetas de poupança e contas bancárias, e optou pelo congelamento dos preços. Somado a este cenário político impopular, denúncias de corrupção envolvendo o governo estavam diariamente no noticiário. Jovens carapintadas e partidos políticos de oposição, foram às ruas pedindo pela queda do presidente e pela ética na política. Após vários comícios, negociações e abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) votou-se o *impeachment* do presidente, que renunciou antes de sua cassação.

No que diz respeito à política externa brasileira, nestes tempos, o governo tratava de promover a integração econômica com os países vizinhos, através do MERCOSUL. Primeiro, buscou-se o aprofundamento das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina e logo depois, foram incorporados os sócios menores: Paraguai e Uruguai⁶¹- em 1991, o então Presidente da República Fernando Collor de Mello assinou

⁶⁰ SADER.Emir.QUE BRASIL É ESTE? Dilemas nacionais no século XXI. SÃO PAULO: editora Atual, 1999.p.22

⁶¹ Deve-se ressaltar que o esforço integracionista sul-americano da década de 1980 esteve representado pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração, criada pelo Tratado de Montevideu para substituir a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio.) A ALADI foi formada pela

o **TRATADO DE ASSUNÇÃO**⁶², formalizando a criação do Mercado Comum do Sul⁶³.

As circunstâncias da formação do MERCOSUL não foram “naturais”, pois resultaram de um cenário mundial marcado pela formação de blocos regionais e de um sistema econômico hostil para a região, sobretudo pela conformação de um mercado internacional irrestritamente aberto.

Parafraseando o prof^o Orlando de Barros sobre o momento da criação do MERCOSUL: “ *A emergência, a desorientação, a insegurança e o medo, mais que a esperança e a confiança na capacidade das economias do cone-sul, parecem ter determinado com mais peso o surgimento do bloco* ”.⁶⁴ Neste momento, a integração foi vista além de uma necessidade, como forma de estimular a restauração da democracia e de se buscar uma solução comum para a crise da dívida externa que passava a América Latina (FLORES, Maria Galvão, 2005:15)

Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Sem dúvida a criação da ALADI contribuiu para incentivar o comércio intra-regional, sobretudo com a criação de mecanismos: a PAR (Preferência Alfandegária Regional, em vigor em 1984) e pelos acordos de complementação econômica assinado pelos países.

⁶² O TRATADO DE ASSUNÇÃO foi instituído em 26/03/1991. A parte comercial do Tratado foi regulamentada por meio de um Acordo de Complementação Econômica (ACE nº18), no âmbito da ALADI, da qual todos os Estados partes são membros. Foram eliminadas as barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio entre os países membros e adotou-se a TEC(Tarifa Externa Comum) e a coordenação das políticas macroeconômicas setoriais.

⁶³ A Criação de um Mercado Comum refere-se a etapa de Integração econômica em que há liberdade de deslocamento de produtos e de fatores de produção (capital e mão-de-obra), e uniformidade de políticas comerciais em relação aos países membros do bloco. O MERCOSUL, bloco econômico criado em 1991, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai tem por objetivo integrar e desenvolver economicamente os países-membros. O Tratado de Assunção criado em 1991 entrou em vigor em 1º de Janeiro de 1995. Ver: CARVALHO, Maria Auxiliadora de.&SILVA, César Roberto Leite.Economia Internacional. São Paulo:Editora Saraiva,4ª edição, 2007. P.308(glossário)

⁶⁴ Prefácio escrito pelo professor da UERJ Orlando de Barros, da obra: FLORES GALVÃO, Maria Candido. O Mercosul nos discursos do Governo Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2005

O Presidente Itamar Franco, sucessor de Collor, após o processo de impeachment assinou o **PROTOCOLO DE OURO PRETO**⁶⁵ e lançou em 1993, a proposta de criação de uma Área de Livre comércio para a América do Sul (ALCSA) que na ocasião, havia sido anunciada como “Iniciativa Amazônica”.⁶⁶

O esforço de integração entre os países sul-americanos de fato aumentou com as tentativas estadunidenses de criação de uma área de livre comércio das Américas, representado pela própria assinatura do NAFTA (Tratado de livre comércio da América do Norte)⁶⁷. A partir de então, houve um esforço maior do Itamaraty em reforçar a identidade sul-americana, com objetivos de reagir aos propósitos dos EUA e assim promover uma maior integração política entre os países sul-americanos, resgatando inclusive a idéia do ex-presidente Itamar Franco, sobre a formação da ALCSA.

Através da criação de Áreas de Livre Comércio (ALCA e ALCSA), previa-se a negociação de amplos acordos de liberalização comercial entre os países do MERCOSUL e os demais países do continente. Entretanto, a ALCA não despertou maior interesse, visto que tanto reduziria o impacto do acesso preferencial ao mercado

⁶⁵ O PROTOCOLO DE OURO PRETO, adicional ao Tratado de Assunção reafirmou os princípios do tratado originário, nomina em seu art.41, as diversas fontes jurídicas do Mercosul, citando por ordem: I- O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais complementares;II os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; III- As Decisões do Conselho do Mercado Comum e, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção. Retirado da obra: BORJA: Sérgio. Teoria Geral dos Tratados- Mercosul A Luta pela União Latino-Americana. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.P.77

⁶⁶ A ALCSA seria na visão de Paulo Roberto de Almeida uma possibilidade intermediária para a região sul-americana a partir dos esforços de uma consolidação de uma zona de livre comércio na América do Sul. VER o artigo: **O Futuro do Mercosul: Os desafios da agenda interna e da liberalização hemisférica**. IN: MEDEIROS, Marcelo de Almeida/LIMA, Marcos Costa. O Mercosul no Limiar do Século XXI. São Paulo: Cortez:Bs As(Argentina):CLACSO,2000.

⁶⁷ O NAFTA, é um bloco comercial estabelecido entre Estados Unidos, Canadá e México que estabeleceu uma zona de livre comércio na região desde 1994.

brasileiro-por parte dos países sul-americanos, como também introduziria um difícil processo de relações triangulares.

Paulo Roberto de Almeida defende a criação de uma Área de Livre Comércio Sul Americana:” *A Alcsa representa uma opção de médio escopo, servindo para reforçar o esquema liberalizador no âmbito geográfico da América do Sul. Seu pleno desenvolvimento significa uma estratégia de grande importância na conformação de um projeto econômico próprio para a região, independentemente da vontade política do principal parceiro hemisférico.*”(ALMEIDA,Paulo Roberto:2000:19).

No período compreendido entre os anos de 1994 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a política interna brasileira esteve marcada pelo programa de estabilização da economia, através do lançamento do Plano Real. O programa previa a equiparação da moeda brasileira com o dólar, a elevação da taxa de juros e a redução do déficit público através de uma política de privatizações de empresas estatais. Os primeiros anos do governo FHC estiveram marcados pela estabilidade monetária e pela queda da inflação. Embora a economia estivesse num ritmo recessivo, já que se via controlada por uma excessiva taxa de juros, houve um crescimento da renda *per capita*. Entretanto, o Plano Real mostrou-se insuficiente para resolver os problemas das desigualdades sociais no interior do país. O governo estabeleceu uma série de reformas buscando reduzir o papel do Estado, o que resultou na privatização de setores considerados estratégicos: as telecomunicações, a eletricidade e a siderurgia. O país também abriu sua economia para entrada de empresas européias, asiáticas e norte-americanas.

No que se refere à política externa brasileira de FHC, em relação à região sul-americana ela esteve marcada por duas iniciativas: a proposta de elaborar uma agenda

regional com a reunião de todos os chefes de Estado da América do Sul (a primeira, ocorrida em 2000); e a busca da consolidação do papel do Brasil como país - mediador em situações de crises inter e intra-estatais na região. Iniciava-se a partir de então, uma política externa preponderante para o país nos principais assuntos da região.

As reuniões com chefes de Estado sul-americanos passaram a incluir também na agenda, temas importantes para a região como: a defesa da democracia; a infra-estrutura regional, a luta contra o narcotráfico e o intercâmbio de informações sobre ciência e tecnologia.

Desde o momento da formação do MERCOSUL estimava-se e ainda estima-se que a união aduaneira evoluísse no sentido de promover uma verdadeira integração, incluindo um maior intercâmbio cultural entre as regiões e consolidando uma identidade regional mercosulenha.

O Brasil durante esse processo passou a exercer de certo modo, um papel fundamental no processo regional, ampliando inclusive as relações mantidas com os países da Comunidade Andina⁶⁸.

O Brasil não apenas aprofundou as relações no interior do MERCOSUL, mas reforçou a possibilidade de se constituir uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), valorizando o comércio do bloco. A aproximação e incorporação da Venezuela como país-membro do Mercosul, desde sua protocolação em 2005 tem

⁶⁸ A Comunidade Andina foi criada em 1969, com a assinatura do Acordo de Cartagena, que ficou conhecido como "Pacto Andino". Trata-se de uma organização sub-regional, integrada por cinco países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

corroborado a esse processo e a tendência do bloco para os próximos anos é continuar se ampliando.⁶⁹

A tradicional atuação *low-profile*, caracterizada essencialmente pelo diálogo, cooperação, negociação e pouca agressividade da política externa brasileira vem garantindo aos países vizinhos, tanto uma segurança a respeito de uma não pretensão de “sub-imperialismo” brasileiro, idéia comum no passado, como tem gerado oportunidades para uma nova inserção internacional da América do Sul, no século XXI em destaque, a própria liderança brasileira.

Em 2002, com o primeiro governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Brasil deu seus passos mais audaciosos no que se refere à política sul-americana e mesmo à política internacional. Segundo Monica Hirst⁷⁰, neste período, o Brasil mostrou-se disposto a ampliar suas responsabilidades regionais, assumindo um forte protagonismo nas negociações comerciais globais. O governo Lula promoveu a **Comunidade Sul-Americana de Nações**⁷¹, fortalecendo os laços econômicos, privados

⁶⁹ A Venezuela protocolou em 2005 sua adesão e em 2006 foi aceita como membro pleno do MERCOSUL. O CN brasileiro aprovou a entrada da Venezuela em 26/02/2007. Ao final de 2008, esperava-se concluir todo o processo de adesão ao bloco com a implementação da TEC (TARIFA EXTERNA COMUM) e com a adoção da NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL). Contudo, contados a partir do ano de sua adesão, acordou-se que a Venezuela adotaria o acervo normativo do MERCOSUL, o mais tardar em quatro anos, após a adesão ao bloco.

⁷⁰ HIRST, Monica. Los Desafíos de la Política Sudamericana de Brasil. Nueva Sociedad.205,2006.

⁷¹ A Comunidade Sul-Americana de Nações- A Comunidade Sul-americana de Nações foi estabelecida em Cusco, no Peru, no dia 8 de dezembro de 2004, por ocasião da III Reunião de Presidentes da América do Sul. O objetivo da criação da Comunidade foi concorrer para a conformação de um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura. Os princípios e a orientação política básica da Comunidade estão estabelecidos na [Declaração de Cusco](#) e na [Declaração de Ayacucho](#).

A I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações foi realizada em Brasília, no dia 30 de setembro de 2005. Na Reunião, foi aprovado um conjunto de decisões, entre elas a [Declaração Presidencial e Agenda Prioritária](#) e o [Programa de Ação](#), que conferiram à Comunidade uma estrutura organizacional básica e estabeleceram as áreas de atuação prioritária para o processo de integração sul-americano. A segunda reunião da Cúpula da Comunidade ocorreu na Bolívia, em 2006. Disponível em: <http://casa.mre.gov.br/>

e públicos com os países vizinhos e estendendo suas relações exteriores com a China, Rússia e Índia.

O governo do atual presidente reeleito, Luis Inácio Lula da Silva⁷² (2006-2010), tem através da política externa brasileira, conferido ao país um maior protagonismo externo, que ultrapassa a esfera das negociações comerciais. Neste sentido, a análise preponderante do Brasil na história recente da América do Sul, nesta pesquisa, contribui para o entendimento da posição que o mesmo ocupa como líder regional.

A liderança regional é compreendida neste texto, a partir da análise da posição ocupada pelo Brasil como maior potência industrial da América do Sul. O Brasil passou historicamente, de um modelo agrário-exportador em que a venda de produtos primários (*commodities*) no mercado internacional se constituía na principal fonte de recursos da economia, para um projeto de desenvolvimento de caráter industrializante, com forte proteção do Estado – essa lógica durou até o período mais recente, quando passou a imperar a lógica do mercado e o Brasil teve que reorientar sua política econômica.

A reorientação brasileira rumo a políticas mais liberais foi o resultado da reavaliação do protecionismo que era adotado antes pelo país e que se tornara insustentável para manter a participação brasileira nas negociações do GATT⁷³.

⁷² O governo de Luis Inácio Lula da Silva teve em seu primeiro governo (2002-2006) o embaixador Celso Amorim a frente do Ministério das Relações Exteriores.

⁷³ **GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE (GATT- ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO)**- Documento assinado por 23 países em 1947, com o objetivo de reduzir as barreiras comerciais entre eles, aumentar sua interdependência e, com isso, diminuir os riscos de um novo conflito mundial; com o tempo, muitos países aderiram ao Acordo que, até a criação da OMC, era a instância de negociação sobre questões comerciais. Verbetes retirado da obra: CARVALHO, Maria Auxiliadora de.&SILVA, César Roberto Leite.Economia Internacional. São Paulo:Editora Saraiva,4ª edição, 2007.P.306(glossário)

Essa reorientação brasileira esteve mais evidente durante a reunião intermediária da Rodada Uruguai,⁷⁴, quando o governo brasileiro mostrou-se mais flexível na discussão de novos temas e mais comprometido com a liberalização agrícola, em virtude do seu interesse maior como *demandeur*.⁷⁵ (PAIVA ABREU,2007:4)

Vale ressaltar, que neste momento, não havia alternativas para o Brasil, pois, economicamente, o país havia perdido credibilidade entre a década de 1980 e o início dos anos 1990.

A questão principal deste processo é perceber que ao longo dos anos, seguindo estratégias econômicas diferentes, a política econômica brasileira seguiu sempre o mesmo objetivo: o desenvolvimento.⁷⁶

No campo político, na análise de Leticia Pinheiro sobre o século XX, a política externa brasileira foi marcada pela busca de recursos de poder que dessem ao país uma maior autonomia e visibilidade no plano mundial. Esse esforço, por vezes esteve caracterizado pelo alinhamento brasileiro a uma determinada potência. [EUA] (PINHEIRO,Leticia.2004:8)

Para Luiz Osvaldo Nobre Pinto:” *o atual panorama internacional aliado às nossas validades internas conjugam aspectos favoráveis para o Brasil ocupar espaços que-sem interferir deliberadamente no espaço de qualquer outra nação- sejam compatíveis com suas reais dimensões.* (PINTO NOBRE,Osvaldo,2003.13). Sob a perspectiva de Osvaldo Luiz Nobre é chegado o momento dos especialistas ajudarem a aferir a real importância do Brasil, sugerindo que um país enorme como o nosso, não

⁷⁴ A Rodada Uruguai, ocorreu em Montreal ,em 1988.

⁷⁵ O papel do Brasil como “demandeur”, é o seu papel como “ requerente” nas negociações.Há vinte anos o Brasil era um país protecionista. Hoje, é o segundo maior competidor global de *agrobusiness*, ficando apenas atrás da Austrália.

⁷⁶ PINHEIRO, Leticia.Política Externa Brasileira(1889-2002).RJ: Jorge Zahar,2004.

possa prescindir mais de um projeto que seja pleno, específico e estratégico para a política interna e externa brasileira.

Para a jornalista e especialista em Política, Ângela Maria Carrato, a diplomacia brasileira atual, ao fundamentar-se em um sólido realismo político, tem buscado a superação das desigualdades através da criação de condições objetivas que promovam uma maior inserção mundial da região.

Essa nova fase da Política Externa Brasileira opõe-se radicalmente às épocas anteriores, como a do panamericanismo, do governo JK e, por isso mesmo, é considerada também, a mais assertiva, pela especialista: “ (...) *Não se trata mais de corrigir a fenda existente entre os países do Sul e os Estados Unidos com base na indignação e na pobreza. O que está em pauta é a construção de condições objetivas para a superação das desigualdades por meio da busca de inserção mundial mais conveniente à região.* “(DINIZ,2006:68).

O tema da liderança brasileira no continente sul-americano traz divergências no campo teórico das Relações Exteriores, uma vez que para alguns autores, sobretudo os integracionistas, o reconhecimento de uma liderança no bloco prejudica o processo de cooperação regional, tão necessário para o continente.

No caso sub-regional sul-americano existem momentos de acentuada competição entre as potências (onde a rivalidade ainda é maior entre a Argentina e o Brasil) e momentos de cooperação, via MERCOSUL , quando os estados necessitam, de acordo mútuo frente às oscilações da política externa e das pressões políticas e econômicas dos países centrais. Neste caso, a cooperação acontece visando atender a interesses específicos do bloco e para garantir a segurança da região.

Entretanto, a questão da integração está longe de ser uma questão resolvida na parte sul do continente americano, visto que, a cooperação em bloco via MERCOSUL, sofre constantemente com ameaças de instabilidade interna e oscila momentos de recuperação e de retardo.

Os percalços do processo integracionista sul-americano em certa medida, podem ser explicados pelas prioridades dos países da região que parecem sujeitas às vicissitudes das políticas nacionais e de seus líderes políticos. Uma vez que os estados-membros optam pela tomada de iniciativas que não são autocentradas igualmente no mesmo projeto, ou seja, na realização da cooperação, o sucesso do empreendimento integracionista fica cada vez mais distante.

Para Tatiana Lacerda Prazeres, a justificativa para esse atraso está na **ausência de uma cultura pró-integração, na insistência de um viés nacionalista** por parte dos Estados-membros ou mesmo pode ser explicado por traços permanentes de rivalidade regional.⁷⁷

Samuel Pinheiro Guimarães aponta os principais desafios sul-americanos: 1) superar os obstáculos decorrentes das grandes assimetrias existentes entre os países (de natureza territorial, demográfica, de recursos naturais, de energia, de níveis de desenvolvimento político, cultural, agrícola, industrial e de serviços). 2) Enfrentar a persistência a enormes disparidades sociais que são semelhantes em todos os países. 3) Realizar o extraordinário potencial econômico da região. 4) Dissolver os ressentimentos e as desconfianças históricas que dificultam sua integração.⁷⁸

⁷⁷ PRAZERES, Tatiana Lacerda. *A Integração sul-americana: uma idéia fora do lugar?* IN: O Brasil e a América do Sul. Desafios no Século XXI. Brasília: IPRI, 2006.

⁷⁸ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana*. A importância essencial da América do Sul. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/CBartigosdet.asp?artigo=91>

Se a integração não for percebida como um meio efetivo para a realização dos interesses de cada país na região, nem como estratégia para resolução de conflitos domésticos, O MERCOSUL nunca alcançará seus objetivos fundadores.

O que se percebe na política externa brasileira é o **predomínio da visão realista** das relações internacionais e do papel que o país deve desempenhar no sistema. Citando Letícia Pinheiro:” *Essa visão realista percebe o sistema internacional como anárquico, onde o Estado é o principal embora não o único, ator no sistema internacional agindo tanto em busca de ganhos relativos na vertente hobbesiana, quanto de ganhos absolutos, na vertente grotiana*”(PINHEIRO,2004:8).

O tema da liderança do Brasil na América do Sul é um tema delicado, entretanto, quando se trata da estabilidade e do equilíbrio do continente , a importância do Brasil é incontestável e essa liderança parece ser inclusive aceita pelos demais países vizinhos.

A exemplo, tem-se a liderança do Brasil na condução do “Grupo de Amigos da Venezuela”, criado em 2003, junto a OEA, México, Chile, Colômbia, Espanha e Portugal, quando o Brasil buscou facilitar o diálogo entre o governo de Hugo Chávez Frías e os grupos de oposição, evitando assim a violação dos princípios democráticos, e, naquele ano, uma guerra civil naquele país.

Em outubro de 2003, Brasil e Argentina enviaram em missão conjunta à Bolívia assessores da política externa dos dois países para mediar o conflito interno boliviano, sem contar com outras intervenções via MERCOSUL, em que o Brasil concorreu para evitar as ameaças de retorno a um governo autoritário, no Paraguai.

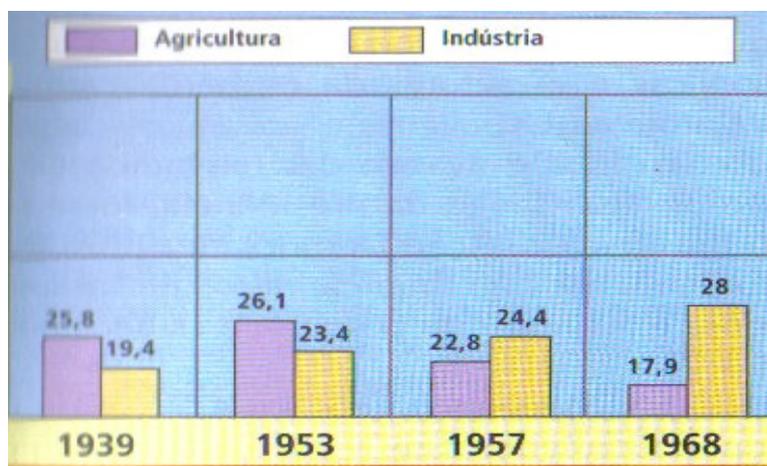
Contudo, quando o enfoque da liderança brasileira passa a ser a integração econômica, social e cultural, as dúvidas sobre essa liderança aparecem.

(DINIZ.2006:85)⁷⁹ Para Monica Hirst e Maria Regina Soares de Lima”, *a preeminência econômica do Brasil abre um espaço natural para a sua liderança.*”⁸⁰

Para Paulo Roberto de Almeida, deve-se levar em conta que “*a experiência histórica ensina, que o processo de desenvolvimento econômico e social de um país depende, em grande medida, das janelas de oportunidade que ele consegue abrir para si, num cenário mundial não exatamente caracterizado pela cooperação e pela solidariedade.*”⁸¹.

A industrialização distinguiu o Brasil na América Latina. O Brasil suplantou a Argentina e foi acompanhado em menor intensidade pelo México. Graças à associação com o capitalismo internacional, traço comum no processo de industrialização latino-americano como um todo, e também pela ação investidora do Estado brasileiro, foi possível um acelerado ritmo de crescimento.⁸² (Figura 2.1)

Fonte :IBGE



⁷⁹DINIZ, Angela Maria Carrato: Identidade, Desenvolvimento e Integração: Desafios para o Brasil e a América do Sul no século XXI. Brasília:UNB,2006

⁸⁰ HIRST.Monica e SOARES DE LIMA, Maria Regina. Contexto Internacional, Democracia e Política Externa. IN: POLÌTICA EXTERNA. Vol 11.nº2.São Paulo:Paz e Terra,2002.p.8

⁸¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais e Política Externa do Brasil. História e Sociologia da diplomacia brasileira. Porto Alegre: UFRGS editora, 2004.

⁸² BECKER, Bertha K. Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo. -2ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1994 .(Coleção Geografia)

“O modelo de industrialização latino-americano, fundado na substituição de importações, procurou administrar o mercado doméstico como principal atrativo para as grandes corporações transnacionais. O Brasil atingiu etapas mais avançadas nesse processo, chegando a consolidar um parque industrial diversificado- em grande parte devido ao potencial de sua economia- cuja capacidade de atração de capitais foi viabilizada e ampliada pela atuação do Estado.” (BECKER, 1994:20). Além disso, o Brasil é o maior país da América do Sul, sendo o quinto país do mundo em extensão; é o mais populoso, possui uma economia mais estruturada e diversificada e assim como outros países, está vinculado aos grandes centros mundiais.

TABELA 1: População no MERCOSUL /

Fonte: SECEX (SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR)

População	
País	Número
Argentina	39,921,833 (est. Julho 2006) CIA
Brasil	188,078,227 (est. Julho 2006) CIA
Uruguai	3,431,932 (est. Julho 2006) CIA
Paraguai	6,506,464 (est. Julho 2006) CIA
Venezuela	25,730,435 (est. Julho 2006) CIA
Total	263.668.89 milhões

TABELA 2: Área dos países do MERCOSUL

País	Área
Argentina	3761.274 Km² ⁸³
Brasil	8,511,965 Km ²
Uruguai	176,220 Km ²
Paraguai	406,750 Km ²
Venezuela	912,050 Km ²
Total	13.768.259 Km²

TABELA 3: PIB (Paridade com poder de Compra) nos Países do MERCOSUL

PIB (paridade com poder de compra)	
País	PIB
Argentina	US\$599.1 bilhões (est.2006)
Brasil	US\$1.616 trilhões (est.2006)
Uruguai	US\$36.56 bilhões (est.2006)
Paraguai	US\$30.64 bilhões (est.2006)
Venezuela	US\$176.4 bilhões (est.2006)

Fonte: SECEX (SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR)

Os cooperativistas defendem a proposição de que negando a presença de uma liderança brasileira na América do sul, torna-se viável a construção de uma espécie de “hegemonia compartilhada” na região, que eles vêem como questão prioritária para o sucesso do processo integracionista da América do Sul.

Segundo a especialista Ângela Maria Carrato defensora da ausência de uma liderança regional: *“A tarefa que os países sul-americanos têm pela frente é árdua e, nela, a participação brasileira precisa ser mais transparente possível,7 sem quaisquer veleidades hegemônicas. Levando-se em conta estes aspectos, não há mais como dissociar a política interna vigente nos países sul-americanos da agenda internacional que põem em prática.”*(DINIZ,2006:69).

⁸³ Área da argentina atualizada de acordo com o portal oficial do governo argentino é de 3.761.274Km² Disponível em www.argentina.gov.ar

Contudo, no campo teórico das Relações Internacionais, o conflito é e sempre será a essência e a dinâmica do jogo de poder inerente aos estados. Embora o conflito armado, ou o uso do poder de fato seja descartado nas relações atuais mantidas entre o bloco sul-americano, existe competitividade entre as nações, sobretudo no campo da projeção externa, como também existe uma clara liderança hegemônica brasileira, por sua preponderância econômica em relação aos demais países.

Para Leticia Pinheiro, vivenciamos em nossa política externa, um “*institucionalismo pragmático*”, desde a chegada de FHC ao poder. Esse institucionalismo adveio do fato da política externa brasileira não negar algumas premissas básicas do realismo, como a própria visão do sistema internacional como anárquico, mas, de certa forma incorporar a adesão a regimes internacionais e às instituições que os incorporam como meio para solução de problemas de ação coletiva.

Em outras palavras, em nome da diminuição dos custos de transação, redução de incertezas e busca da maximização de ganhos absolutos, buscou-se o reforço da cooperação. (PINHEIRO,2004:62)

Predomina ainda no governo brasileiro, a visão realista clássica que percebe as relações internacionais centradas no princípio do auto-interesse e também na busca de ganhos relativos. É possível afirmar que tal duplicidade na perspectiva da política externa brasileira ocorre porque tais visões podem ser vistas como complementares.

Desde o governo FHC, a linha de ação diplomática do governo brasileiro tem sido reforçar a opção pelo fortalecimento das instituições multilaterais internacionais buscando maior autonomia por um lado, e por outro, maior respaldo no sistema global. No intuito de alcançar ganhos absolutos no entorno global, estrategicamente, o governo brasileiro, em especial, o de FHC enfatizou a cooperação regional.

A estratégia estava em exponenciar os ganhos absolutos, a possibilidade de ampliação da participação brasileira nas instituições internacionais, a partir do entorno regional. Citando Leticia Pinheiro: ” (...) *no entorno regional a lógica foi a de busca de ganhos relativos, donde a resistência à criação do tribunal judicial para o Mercosul, por exemplo, ou a resistência ao aprofundamento da sua institucionalização, procurou preservar o diferencial de poder do país* “. (PINHEIRO, 2004:63)

Sem dúvidas, o destaque dado ao processo de integração regional e a assinatura de acordos do MERCOSUL com outros países ou blocos, como a União Européia serviu como meio estratégico para lidar não apenas com a dinâmica da globalização, mas, a partir da adoção da política externa de FHC, tornou-se um meio eficaz de promover a liderança brasileira na região.

1.1-A HEGEMONIA DE POTÊNCIA DO BRASIL: RECURSOS NATURAIS E PODER REGIONAL.

Antes de explorar o tema da hegemonia de potência brasileira, é preciso definir, no campo das Relações Internacionais, o que vem a ser uma **potência regional**. Em termos gerais, pode ser definido como potência regional todo o país que detém poder e influência sobre sua região geográfica.

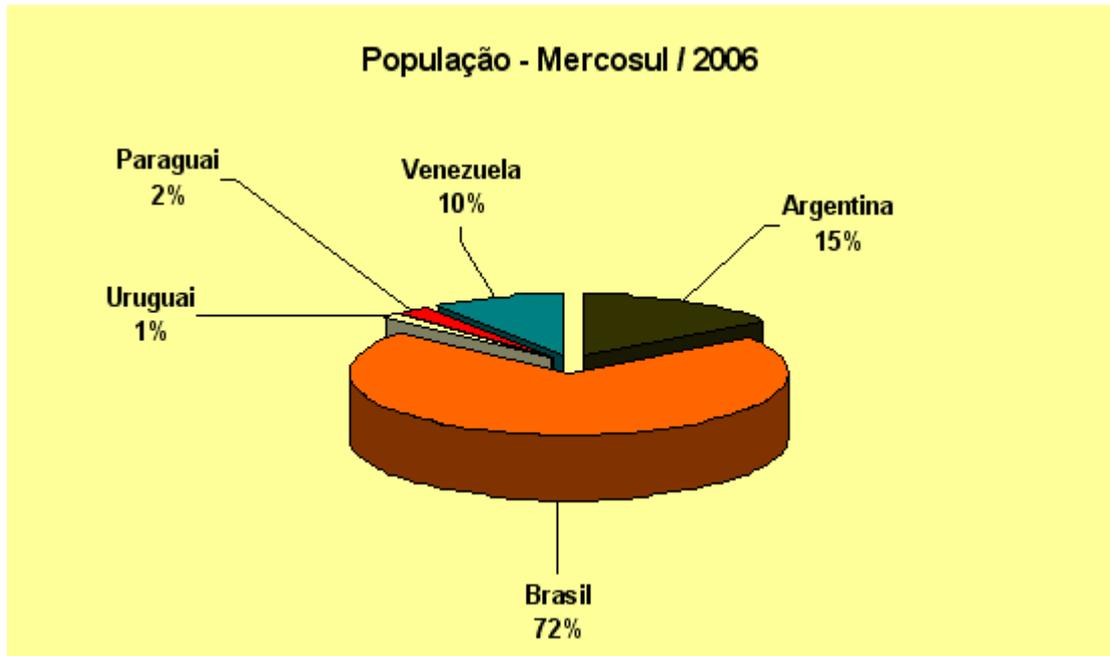
As potências regionais são portadoras de uma posição privilegiada na hierarquia de poder, já que muitas vezes seu poder e sua influência, ultrapassam os limites de sua região. De acordo com a descrição feita por Martin Wight, em sua obra, “*Política do poder*”,⁸⁴ o poder que faz uma potência é composto por muitos elementos básicos, tais como: o tamanho da sua população, a posição estratégica e a extensão geográfica do Estado, os recursos econômicos, a produção industrial desenvolvida, além de somar outros importantes elementos, como: uma eficiência administrativa e financeira, o aprimoramento educacional e tecnológico do Estado, além da existência de uma coesão moral.

A República Federativa do Brasil é formada pela união de 26 estados federados e pelo Distrito Federal. São 5.564 municípios e quase 190 milhões de habitantes em uma área de 8.514.876,599 Km², equivalente a 47% do território sul-americano. O Brasil possui o 5º maior contingente populacional do mundo e a quinta maior área. O Brasil possui também a maior economia da América Latina e cerca de 20% da biodiversidade mundial, com destaque maior para a Floresta Amazônica, com pouco mais de 6 milhões de quilômetros quadrados. Apesar de ocupar a quinta posição como país mais populoso do mundo, a maior parte da população fica concentrada ao longo do litoral.

⁸⁴ WIGHT, Martin. Política do Poder. BRASÍLIA: IPRI Coleção Pensamento Político, 2007.

Figura3

FONTE:MDIC



O princípio da auto-determinação nacional determinou que cada nacionalidade teria o direito de formar um estado e transformar-se em uma potência. Assim, pode-se afirmar que quanto mais eficiente a conversão do poder potencial em poder real, maior é a possibilidade que um estado tem de agir no Sistema Internacional.

Pelo Direito Internacional, todos os Estados são por princípio, soberanos e iguais entre si. A soberania como um conceito invariável e reconhecido na disciplina, estabelece uma igualdade teórica para os Estados que a detêm. Contudo, a igualdade de direito não representa nas reais relações entre os estados, a existência de uma igualdade de fato. Cada estado possui capacidades de ação e formas de organização que os diferenciam entre si, sobretudo na elaboração do que consideram na política interna de “interesse nacional”, como também se diferem na utilização que fazem de seus recursos de poder.

Sobre a grandeza do Brasil como potência, Osvaldo Nobre destaca: ” *somos maiores do que a Europa (3750Km por 4000Km) comparados com 4300x4340, temos forma geográfica mais adequada, área ecumênica maior(extensão contínua agricultável), apenas 3% da nossa área encontra-se acima de 900m, grande extensão de rios navegáveis, magnífica topografia ,melhor clima em geral, enorme potencial hidrelétrico medido...*”(NOBRE,2003:58-59)

Para o realista Martin Wight, o poder concreto é em última instância o que de fato resolve as grandes questões internacionais. Neste sentido, o termo usado ”*política do poder*” representa na linguagem corrente, não somente as relações entre as potências independentes, mas também desempenha o papel da *machtpolitik*, que significa, em outras palavras, a condução das relações internacionais por intermédio da força ou da ameaça do uso da força.

Quando o poder de um estado não é exercido através da força, a capacidade do estado é definida pelos recursos de poder que possui. O poder de potência então surge em contraposição ao poder real.

No caso específico das relações recentes entre os Estados sul-americanos, o comportamento diplomático ou estratégico das unidades políticas, ou seja, dos estados, apresenta certas analogias com a conduta esportiva, adequando simultaneamente, cooperação e competição. Entretanto por hora, a *machtpolitik* como resolução dos conflitos,ou seja,o uso da força encontra-se afastada dos interesses sul-americanos.

Na América do Sul, pode-se afirmar que o poder hegemônico da força é menos importante do que o poder definido pelos recursos da potência e pela capacidade de projeção de suas políticas externas. O Brasil compartilha com a Argentina e a Venezuela a posição de grande potência ou superpotência na América do Sul. De certo

modo, torna-se imprescindível neste texto, determinar qual o real significado do Brasil como “país-continente” no mundo contemporâneo, uma vez que o Brasil é visto como potência regional emergente.⁸⁵

Primeiro, deve-se levar em conta que o Brasil é um país de imensa diversidade. É aqui que está o mais importante complexo industrial do Sul e a maior reserva de floresta tropical do Planeta (Amazônia). Ainda que se apresente o país como potência regional emergente, este estudo não poderá desconsiderar todas as dificuldades inerentes à posição brasileira na América Latina, em especial, na América do Sul.

A ambivalência de uma potência regional como o Brasil, pode ser percebida a partir de três escalas de poder: a primeira refere-se ao crescimento desta potência em um espaço subordinado à hegemonia de um centro mundial, no caso a América do Sul sob influência norte-americana; a segunda representa um deslocamento das pretensões de concorrentes no âmbito regional, no caso a antiga rivalidade com a Argentina; a terceira, expressa o controle político do território e da sociedade. (BECKER,1994:18).

O Brasil é uma potência regional que permanece com o desafio de vencer as assimetrias internas existentes como a má distribuição de renda, a pobreza da população e mesmo as ameaças sofridas com a destruição da Amazônia. Enquanto parcela da economia mundial, o Brasil constitui um dos segmentos mais dinâmicos do ponto de vista dos seus indicadores econômicos, exerce influência no seu âmbito regional e principalmente, tem visibilidade no âmbito global.

De 2002-2007, o fluxo de comércio entre o Brasil e os países do MERCOSUL apresentou grande crescimento, passando de US\$ 8,9 bilhões, em 2002, a US\$ 28,9

⁸⁵ BECKER, Bertha K. & EGLER, Claudio A. G. Brasil. Uma Nova Potência Regional na economia-mundo. RIO DE JANEIRO: Bertand Brasil. 2ª edição. 1994.

bilhões, em 2007. Com a expansão do comércio entre Brasil-Venezuela, em 2007 esse cálculo alcançou US\$ 5,07 bilhões.⁸⁶

De acordo com os dados sobre o comércio intrazonal, os valores do comércio total do Brasil com o MERCOSUL alcançaram a cifra de US\$ 33,97 bilhões, em 2007.

A ver:

“O comércio intrazona tem participação significativa sobre o comércio total geral do Brasil: segundo dados de 2007, representa 10,8% das exportações e 9,64% das importações nacionais, excluído o comércio com a Venezuela. Para efeitos de comparação, como país individual, somente os Estados Unidos têm participação maior tanto nas exportações (15,6%) quanto nas importações (15,52%). A participação da China no comércio total do Brasil supera a do Mercosul apenas nas importações

Figura 4

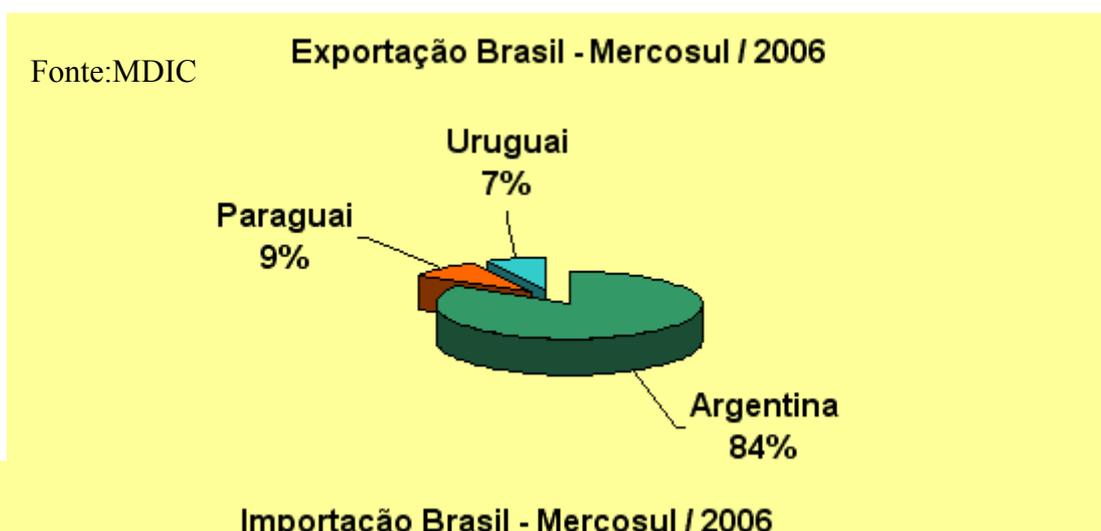
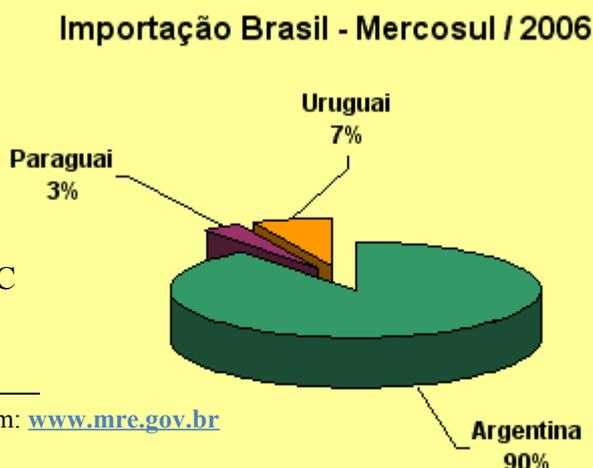


Figura 5:

Fonte:MDIC



⁸⁶ Dados disponíveis em: www.mre.gov.br

Ao contrário da maioria das economias latino-americanas, o Brasil não apresenta uma elevada concentração de riqueza em apenas uma metrópole nacional, mas pelo menos nove áreas metropolitanas com mais de um milhão de habitantes (BECKER,1994:20)

O território brasileiro corresponde a 2/3 da América Latina e é o maior país da faixa intertropical. As condições naturais são importantes na definição de uma potência regional, mas não determinantes. Se por um lado a Argentina chegou a manter por anos uma orientação agropastoril suplementar ao centro mundial, o Brasil optou por diversificar sua pauta de exportação de produtos agrícolas e de bens industrializados.

Outros dados importantes sobre a potência regional brasileira a conhecer foram destacadas em um quadro ilustrativo, por Osvaldo Nobre:

- O Brasil representa 47% do continente
 - A forma geográfica compacta é favorável a coesão do país
 - O Brasil é o quarto país do mundo em área contínua e o segundo em área ecumênica.
 - O clima, por diversas razões é favorável.
 - A pluviosidade é suficiente em quase todas as áreas
 - Quanto a rios e lagos seria exaustivo enumerar as vantagens, os Km navegáveis e os potenciais hidráulicos disponíveis;
 - A divisão regional também apresenta características específicas e favoráveis;
 - A plataforma continental (com petróleo e gás descobertos) supera 1.000 000 de Km²;
 - O potencial energético de origem hidráulica já supera 250.000MW contra cerca de 60.000MW aproveitados com o sistema de transmissão em EAT(Extra Alta Tensão) de longa distância desenvolvido.
 - A riqueza mineral é extraordinária, embora ainda subaproveitada
 - Somos os primeiros produtores mundiais em café, laranja e cana de açúcar
 - Somos os segundos produtores mundiais de mandioca, carne bovina, carne de frango, feijão, soja e milho.
 - a agropecuária é uma das maiores do mundo
 - já temos uma indústria altamente desenvolvida
 - Temos 44.000 Km de rios navegáveis por navios de calado razoável(o significado para o potencial turístico deste dado é imensurável) e cerca de mais de 50.000 Km navegáveis por chatas e gaiolas durante grande parte do ano.
- Somos os segundos exportadores mundiais de frango e carne suína.

Fonte: NOBRE, Osvaldo Luiz. 2003:65-69

O potencial brasileiro é imenso, ainda que sendo um país submetido à macroestratégias externas, o país ainda continua crescendo. O Brasil precisa ainda superar três grandes desafios: as disparidades sociais, econômicas, culturais, regionais etc; as vulnerabilidades externas de ordem econômica, tecnológica, política e militar e precisa promover a realização do potencial econômico, político e militar do país.

Sobre as disparidades sociais é possível, por exemplo, apontar sete indicadores desenvolvidos pelo IES O Índice de Exclusão Social - IES⁸⁷ que permitem a compreensão da exclusão social presentes no Estado brasileiro: Indicador de pobreza, Indicador de concentração de jovens, Indicador de alfabetização, Indicador de escolaridade, Indicador de emprego formal, Indicador de violência e Indicador de desigualdade. Tais indicadores permitem - Segundo a análise de Pochmann e Amorim (2007), aferir padrões de bem-estar nas economias mais atrasadas. Enquanto o IDH estuda: longevidade, renda e alfabetização; o Índice de Exclusão Social busca ser mais amplo, estudando um número maior de variáveis relevantes: Pobreza, Concentração de Jovens, Alfabetização, Escolaridade, Emprego Formal, Violência e Desigualdade Social. Esse índice varia de zero a um, sendo que as piores condições estão próximas de zero, ao passo que as melhores situações estão próximas de um.⁸⁸

Para o geógrafo Milton Santos, seria necessário que o velho/novo mundo periférico retomasse um projeto de independência fora dos moldes do MERCOSUL, a fim de superar os efeitos perversos da globalização e do que ele considerou como subserviência coletiva, de uma dependência em bloco do capital financeiro.⁸⁹

⁸⁷ O IES foi criado em 2002 a partir de dados do censo demográfico de 2000, com os objetivos de possibilitar o reconhecimento do grau de desigualdade social existente nas diferentes regiões do país e de apoiar a implementação de políticas voltadas à inclusão social.

⁸⁸ Para o aprofundamento dos indicadores do IES- Sobre o Índice de exclusão social, ler artigo disponível em: www.eumed.net/libros/2009a/487/Indice%20de%20Exclusao%20Social%20segundo%20Pochmann%20e%20Amorim.htm.

⁸⁹ SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização- do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

Entretanto, as soluções possíveis para conter a desigualdade social no Brasil, não serão contempladas neste estudo, nem mesmo as soluções conjuntas do bloco ou de qualquer outro país isoladamente .

Com vistas à realização do potencial brasileiro, Samuel Pinheiro Guimarães⁹⁰ propôs ações concretas para essa política tais como: a implementação de uma política de emprego que esteja articulada à política industrial e à política de ciência e tecnologia; estimulando assim o aumento da capacidade tecnológica do Brasil.

Para Samuel Pinheiro Guimarães cabe ao governo brasileiro a ação estratégica de promover uma disciplina de capitais estrangeiros e nacionais em países periféricos, evitando a subserviência ao capital estrangeiro e possibilitando o desenvolvimento sócio-econômico do país. Em síntese, a realização do potencial brasileiro dependerá sobretudo dos investimentos futuros, com vistas ao desenvolvimento sustentável do país.

⁹⁰ GUIMARÃES.Samuel Pinheiro. Desafios Brasileiros Na Era de Gigantes. Rio de Janeiro. Editora Contraponto,2005.

1.2- A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A COOPERAÇÃO COM ARGENTINA E VENEZUELA.

1.2.1- A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Uma análise abrangente se faz necessária ainda sobre a natureza da política externa brasileira. A política externa vincula-se, sobretudo, aos interesses nacionais de longo prazo. Investigar o passado da inserção internacional brasileira, ainda que em linhas gerais, facilita a compreensão das relações externas atuais do país e seu desenvolvimento histórico-social no quadro do sistema internacional. Para Leticia Pinheiro, a política externa nos ajuda a compreender o papel do país no sistema internacional, especialmente porque através dela, é possível definir os limites e as oportunidades desse país na atuação internacional (PINHEIRO,2004)

Historicamente, a política externa brasileira, durante o império (1822-1889), preocupou-se com o equilíbrio de poder na Bacia do Prata, buscou a consolidação das fronteiras externas do país e buscou uma alternativa para a dependência econômica brasileira da Inglaterra, optando pela norte-americana.

Desde os tempos do Barão do Rio Branco, a posição brasileira no sistema internacional, sempre orientou os passos da sua diplomacia na defesa do princípio da igualdade jurídica das nações soberanas. O que faz com que se descarte qualquer visão determinista de que a atuação internacional de países periféricos é apenas um mero desdobramento das oportunidades e restrições criadas pelo sistema internacional.

No que diz respeito aos interesses do Brasil na região sul-americana, o mesmo Barão do Rio Branco, após a Conferência de Haia em 1907 já havia tentado estabelecer uma concertação política entre os países do ABC (Argentina, Brasil e Chile). Neste período, deu-se o primeiro passo na direção de uma política integrada dos países do

cone-sul do continente, na defesa de interesses e aspirações comuns que assegurassem a paz e o progresso na América do Sul.

Durante a República, o modelo agrário-exportador definiu o eixo central da economia nacional e consolidou o deslocamento de poder das elites do nordeste para os expoentes do centro sul. Na ocasião, houve uma transferência do pólo econômico representado pela cultura do açúcar em favor da cultura do café, assim como houve o aumento do diálogo da política externa brasileira com Washington.

Nos anos 80, o Brasil em sua política externa, empenhava-se no processo de consolidação da democracia. O discurso diplomático brasileiro então, se esforçava para estar em conformidade com os valores e objetivos mais elevados, expressos pelos canais legítimos da democracia, que deveriam ser igualmente estendidos aos demais países da região. Foi o retorno à ordem democrática da região durante os anos 1980, que possibilitou a construção de uma ponte para o estreitamento das relações bilaterais e do entendimento entre o Brasil e a Argentina.

Foi a vertente do nacional-desenvolvimentismo desde os anos 1930 que orientou a política externa brasileira, preocupada em alcançar o progresso econômico, em muitos momentos. Tal política esteve diretamente associada ao apoio do capital estrangeiro, sobretudo o norte-americano, na região.

O nacional-desenvolvimentismo só teve fim na década de 1990, com as novas transformações econômicas ocorridas na América Latina, sob forte impacto da abertura econômica e do neoliberalismo (Consenso de Washington), representado nos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Na década de 1990, com a maior abertura de nossa economia ao intercâmbio internacional, foi preciso que a diplomacia brasileira buscasse caminhos para uma nova

inserção do país no Sistema Internacional. As inovações técnicas em transportes e comunicações, a internacionalização do processo produtivo, assim como a intensificação dos fluxos comerciais e financeiros marcavam o início de uma nova ordem mundial, de um mundo econômico interdependente e globalizado.

Foi então que o Brasil teve que consolidar um novo perfil de projeção no plano internacional. A diplomacia brasileira teve então que navegar com habilidade entre os novos desafios da integração econômica, articulando os níveis regional, hemisférico e o global.(LAMPREIA, Luiz Felipe, 1999)

Novos temas passaram a definir a nossa ação externa, sobretudo entre 1995-1999: A prioridade da consolidação e aprofundamento do MERCOSUL, a sua própria ampliação, na perspectiva de alcançar maior integração sul-americana; a defesa dos interesses brasileiros (no processo de integração hemisférica); a política de aproximação da União Européia; a participação brasileira e suas negociações no âmbito da OMC, além da incorporação de outros temas, como a proteção dos direitos humanos, a preservação ambiental e tantos outros.

O Brasil sempre defendeu a resolução de controvérsias e conflitos internacionais pela via da negociação pacífica. Segundo Severino Cabral⁹¹, ” *a percepção desenvolvida pelos formadores de diretrizes de política exterior do Estado brasileiro tem evoluído, desde a independência, na direção de um entendimento básico de que o Brasil emerge, a partir da sua massa continental, como ponto central de convergência dos interesses em todos os países da região voltados para a unidade e a integração do subcontinente sul-americano.*” (CABRAL, Severino 2005:2).

⁹¹ CABRAL, Severino. A Política externa do Brasil para o século XXI: Nova Agenda Mundial e Mundo Multipolar. 2005

O Brasil se constitui como o pólo central da panregião sul-americana. A tomada de consciência por parte da sociedade brasileira e de sua incontornável unidade de destino com os demais países da região sul-americana torna-se de vital importância para a consolidação de uma área econômica capaz de fazer face à Europa, América do Norte e Ásia- Pacífico. (CABRAL, Severino.2005:3)

A dinâmica da Política externa brasileira a partir de sua posição e de seu interesse na cena internacional depende tanto da posição que assume como potência regional; por sua dimensão continental, assim como por seu peso populacional, econômico e por sua via natural de liderança, na condição de núcleo do futuro megaestado sul-americano.

Entretanto, é sem dúvida, no plano político que o componente sul-americano da política externa brasileira assume maior relevância tanto em um plano ofensivo quanto em um plano defensivo: O primeiro plano, o ofensivo, refere-se naturalmente a busca de equilíbrio da região em face das novas estruturas de poder estabelecidas no sistema das relações internacionais. Ou seja, refere-se à busca pela implementação dos interesses nacionais brasileiros, como: a integração regional (com irrestrita cooperação da América do Sul), a consolidação democrática na região e o fortalecimento da identidade sul do Brasil, impulsionando assim a multipolaridade e a desconcentração do poder mundial.⁹²

⁹² LIMA, Maria Regina Soares de. A Política Externa Brasileira e os Interesses Nacionais. IN: REVISTA NUEVA SOCIEDAD Democracia y Política na América Latina,221. Disponível em: http://www.nuso.org/_sitePortugues/upload/opinion/SoaresdeLima.php,

O segundo vetor que é defensivo tem por objetivo evitar que desenvolvimentos no interior dos países vizinhos possam eventualmente vir a transbordar para as fronteiras nacionais.⁹³

No primeiro caso, o Brasil tem como principal instrumento oferecer a coordenação da ação coletiva dos países sul-americanos nos espaços multilaterais globais e regionais. Já no segundo caso, o Brasil também poderá disponibilizar-se na mediação de eventuais situações de conflito dentro do bloco sul-americano, ou entre os mesmos países. (LIMA, Maria Regina, 2005).

Pode-se esperar como desafio para o século XXI compreender como cada uma das sociedades nacionais irá adaptar-se às condições da nova civilização industrial e urbana que tem se mundializado.

O Brasil emerge, a partir de sua massa continental, como ponto central de convergência dos interesses em todos os países da região, voltados para a unidade e a integração do subcontinente sul-americano.

No caso específico do Brasil, o estado está desafiado a sustentar a emergência de uma nova ordem econômica e política internacional que continue defendendo uma ordem mundial que seja democrática e multipolar, para isso a cooperação e o fortalecimento regional têm sido imprescindíveis.

“ A tomada de consciência por parte da sociedade brasileira de sua incontornável unidade de destino com os demais países sul-americanos é de fundamental importância para que ao longo do século XXI venha a se criar e se

⁹³ LIMA, Maria Regina. Hablas Español? O lugar da América do Sul na Política Externa Brasileira. Artigo publicado no Jornal do Brasil no dia 12/02/2005 e publicado no OPSA observatório político sul-americano.

consolidar uma área econômica capaz de fazer face à Europa, América do Norte e Ásia Pacífico.” (CABRAL, Severino)

De acordo com dados recentes, o Brasil tem obtido superávites crescentes no comércio com os sócios fundadores do MERCOSUL. Em 2002, o intercâmbio comercial registrou déficit de US\$ 2,2 bilhões para o Brasil. Em 2007, o saldo positivo brasileiro chegou a US\$ 5,7 bilhões, de acordo com os dados do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

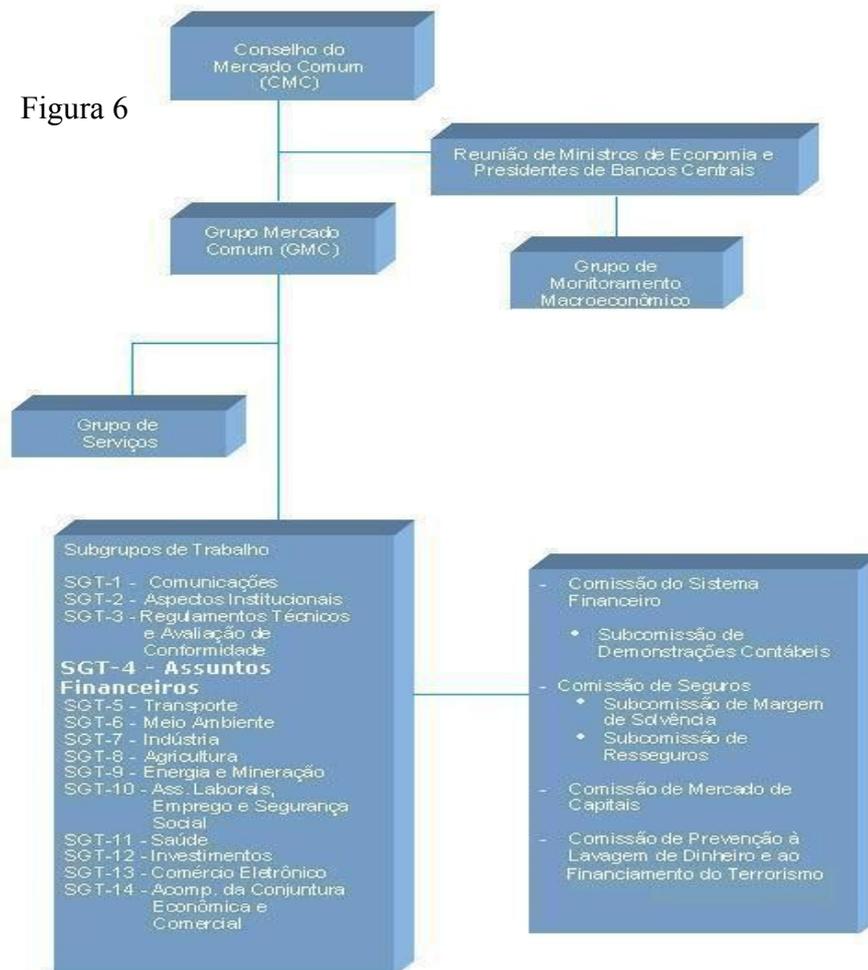
O Governo brasileiro tem se esforçado para reduzir os efeitos negativos que podem advir dos elevados superávites obtidos com os sócios. O governo brasileiro tem estimulado e valorizado o trabalho realizado pelas **Comissões de Monitoramento Bilaterais do Comércio**⁹⁴. (Figura 6-Organograma do Mercosul)

Além disso, tem dado continuidade ao **Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)** – que tem por objetivo organizar um conjunto de ações para facilitar o contato de importadores brasileiros com exportadores de países da América do Sul – além de estimular a integração produtiva e reduzir as assimetrias regionais.

A política externa brasileira na América do Sul é prioritariamente definida através do MERCOSUL.

⁹⁴ As comissões de monitoramento bilaterais do comércio contribuem no desmantelamento de barreiras não-tarifárias e na solução de problemas específicos de acesso a mercados.

Figura 6



Fonte: MRE.Brasil

1.2.2-A COOPERAÇÃO COM A ARGENTINA

Na história da política externa brasileira e argentina sempre existiram iniciativas para a integração dos dois países. A proximidade geográfica, a história compartilhada e a complementaridade econômica foram vistos como estímulos para que na relação entre os dois países sempre existisse um impulso integrador. Entretanto, uma ambivalência crônica da convivência entre os dois países alternou períodos de conflito com períodos de cooperação.

Somente a partir do fortalecimento e do estabelecimento da democracia na América do Sul e do surgimento das novas tendências econômicas do comércio internacional durante os anos 1990, que os dois países efetivamente compreenderam uma necessidade maior para a integração. A reformulação da relação política entre os

dois países abandonou os velhos esquemas de conflito, dando espaço a um sentimento maior de confiança e cooperação.⁹⁵

Argentina e Brasil passaram a estreitar suas relações em 1985, através da **Ata de integração**. Antes de 1985, o intercâmbio entre os dois países era feito através da ALADI. Pode-se afirmar que as relações entre os dois países não apenas esteve marcada por um forte protecionismo,mas também pela rivalidade. Tais relações estendiam-se do plano econômico ao militar e o político.

Os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín aproveitaram para dar o primeiro passo na relação bilateral entre os dois países. O acordo assinado durante os governos de Raúl Alfonsín e José Sarney marcou uma nova etapa na relação entre os dois países, pois acabaram por inserir os dois países no contexto de integração que se delineava no âmbito mundial. De acordo com o Relatório Econômico do MERCOSUL:

“A inauguração em 30/11/1985 da ponte Tancredo Neves, ligando Puerto Iguazu, na Argentina, a Foz do Iguazu no Brasil selou o acordo assinado pelos dois presidentes, em torno do então chamado Acordo de Integração do Cone Sul.”
(RELATÓRIO ECONÔMICO DO MERCOSUL:11)

Com a crise da década de 80, as economias dos dois países tiveram a necessidade de buscar a estabilização e a reativação a partir de Acordos de Integração entre os dois países. Tais acordos :” *visavam recuperar o nível de transações e a corrigir desequilíbrios sistemáticos no fluxo de comércio,além de proporcionar, a longo prazo, um novo tipo de relacionamento entre as duas economias a ponto de*

⁹⁵ ARGENTINA-BRASIL- Comercio,inversiones e integración Física. Hacia una nueva relación en la construcción de um espacio competitivo común. Embajada Argentina em Brasil – Junio 1996- (4ª edición).

ambas virem a liderar o processo de crescimento econômico da América Latina.”

(RELATÓRIO ECONÔMICO DO MERCOSUL:11)

Em julho de 1986, Brasil e Argentina formaram o PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA BR/ARG, negociando acordos específicos para cada segmento industrial. O acordo foi demasiadamente amplo, chegando a incluir não somente o intercâmbio de produtos, mas também temas genéricos, como: administração pública, cultura, cooperação nuclear e até mesmo, moeda comum. Em virtude das diferenças entre as duas economias, muitos itens não passaram da teoria.

Neste período, a inconsistência do Programa estava ligada ao próprio processo de estabilização de ambas as economias, que passavam então pela experiência de dois planos heterodoxos: o Plano Austral⁹⁶ na Argentina e o Plano Cruzado no Brasil.

A relação expandiu-se nos governos seguintes de Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Menem, que ampliaram o esforço integracionista com a consolidação do MERCOSUL, que teve como princípio a união entre Brasil e Argentina como força motora. Entre 1986 e 1990, de acordo com o Relatório Econômico do MERCOSUL, o intercâmbio entre os dois países subiu de 9% para 15%.

Desde 29 de novembro de 1988, através do **TRATADO DE INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO** entre os governos da República Federativa do Brasil e da República Federativa da Argentina, os dois países deram mais um passo a favor da integração, avançando rumo à eliminação de barreiras alfandegárias de forma linear, gradual e automática. Os dois países estabeleceram um prazo de dez

⁹⁶ O Plano Austral foi um plano econômico implantado durante o governo de Raul Alfonsín. O Austral se converteu na moeda legal Argentina em 14 de Junho de 1985, na tentativa de conter uma inflação que crescia assustadoramente, em substituição ao peso Argentino. No princípio, o plano pareceu ter êxito, mas em 1986 iniciou um processo de desvalorização diante do dólar que nunca se reverteu. A nova moeda circulou por 7 anos e em 1992, foi substituída pelo peso conversível.

anos para a formação de um Mercado Comum. Esse acordo chegou a ser ratificado pelos congressos dos dois países em 16 de agosto de 1989, ampliando assim, significativamente os compromissos quanto à harmonização de suas próprias políticas. Em 1991, a assinatura do TRATADO DE ASSUNÇÃO selava a aliança.

A constituição de uma união aduaneira entre os dois países aconteceu em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e incluiu o Paraguai e o Uruguai, países-membros formadores do MERCOSUL.⁹⁷ Na ocasião da visita feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Buenos Aires em 07 e 10 de abril 1996, foram estabelecidos inúmeros acordos bilaterais. Na ocasião, envolvidos pelo espírito de cooperação mútua entre os países, foram firmados os seguintes instrumentos bilaterais:

- Acuerdo sobre cooperación en Aplicaciones Pacificas de Ciencia e Tecnologia Espaciales.
- Acuerdo de cooperación em Materia de Medio Ambiente.
- Acuerdo de cooperación técnica.
- Protocolo Adicional al Convenio de Intercambio Cultural entre Argentina e Brasil sobre integración Educativa para la Formación de Recursos Humanos en el nivel de postgrado.
- Memorándum de Entendimiento sobre Integración Física
- Protocolo de Intenciones sobre Integración Energética

⁹⁷ Na ocasião do Tratado de Assunção assinado em 1991, tornaram-se membros signatários do Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Em 2006, a Venezuela entrou como país-membro. Como países associados, ainda esperam a adesão ao bloco, a Bolívia e o Peru.

- Acuerdo Complementario al Acuerdo sobre Cooperación en ciência y tecnologia entre los gobiernos de la Republica Argentina y la Republica Federativa Del Brasil sobre Actividades de Cooperación entre el Estado de Rio Grande do Sul y la secretaria de Ciencia y Tecnología de la Presidencia de la Nación.

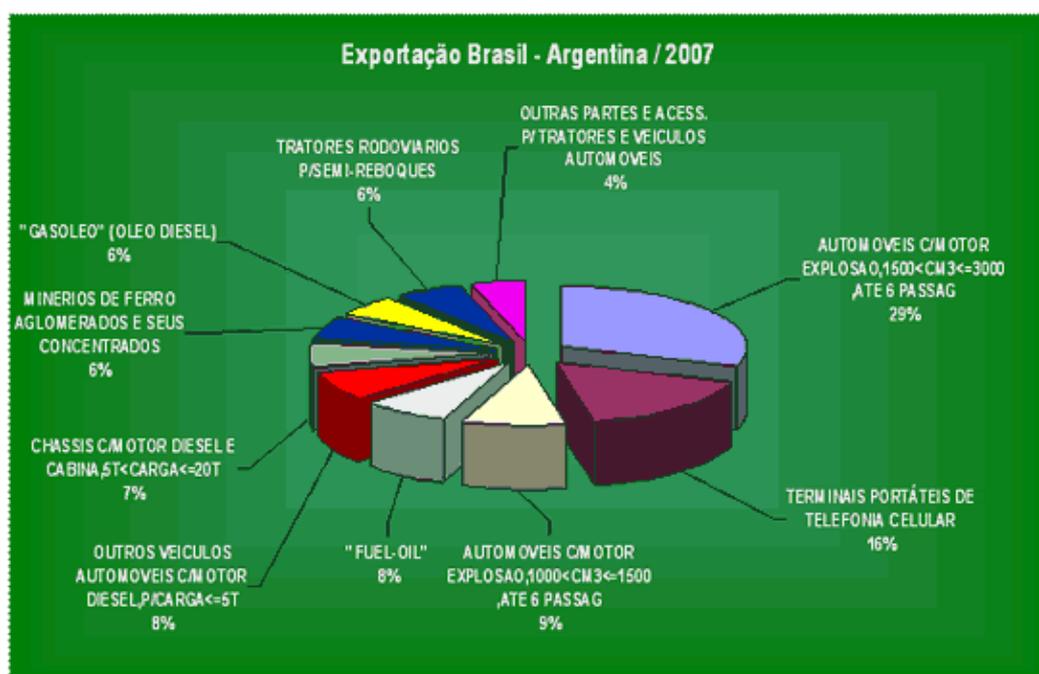
Com esse encontro, os presidentes reafirmaram seus compromissos com a democracia no continente sul-americano, assim como a importância da defesa aos Direitos Humanos na América Latina.

Os protocolos firmados entre as duas potências serviram para gerar uma nova realidade política que marcou a relação entre os dois países, desde então. A antiga rivalidade entre os dois países foi então substituída por um ambiente de harmonia e cooperação.

Entre 2002- 2007 o fluxo de comércio entre Brasil e Argentina aumentou quase 354%, passando de US\$ 7 bilhões para US\$ 24,8 bilhões. No que se refere ao intercâmbio com o Uruguai e o Paraguai, observa-se crescimento respectivo de 230% e 220% durante o mesmo período. Com o Uruguai, a corrente de comércio passou de US\$ 897 milhões para US\$ 2,07 bilhões; com o Paraguai, de US\$ 942 milhões para 2,08 bilhões.⁹⁸

⁹⁸ Dados disponíveis em: www.mre.gov.br

Figura 7



Fonte: MDIC/SECEX

Figura 8



Fonte: MDIC/SECEX

Pode-se afirmar que ao longo dos últimos dezessete anos, Brasil e Argentina passaram a ocupar de tal maneira um lugar central no relacionamento externo do vizinho. Tendo em vista a natureza das negociações econômicas internacionais e a crescente interdependência econômica e política no âmbito regional, a projeção externa entre Brasil e Argentina dependerá, sobretudo, de um engajamento ativo de natureza política dos dois governos, que seja permanente.

Figura 9

Fonte:MDIC/SECEX



1.2.2-A COOPERAÇÃO COM A VENEZUELA

Tem sido de grande interesse no cerne das políticas externas brasileira e venezuelana promover uma maior aproximação das duas potências. Os contatos de aproximação entre os dois países permaneceram distantes até fevereiro de 1973, quando pela primeira vez realizou-se uma reunião presidencial entre os dois países que marcou o reativamento das relações bilaterais entre os dois países.⁹⁹

Porém, foi no segundo governo Perez (1989-1992) que a Venezuela de fato abriu suas relações com a América do Sul, já que desde o final do século XIX e durante quase todo o século XX, os interesses desse país estavam voltados para o Caribe e para os Estados Unidos.

Para o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, o acercamento bilateral é mais do que uma relação abstrata dos governos. *“Há uma firme aspiração das sociedades brasileira e venezuelana, em particular das populações amazônicas do Brasil e da Venezuela, que estão cientes de quanto poderão se beneficiar”*.(LAMPREIA,1995:9)¹⁰⁰ Abrem-se muito recentemente, para os dois países, inúmeras possibilidades de cooperação: em comércio e integração; em energia; mineração; transportes, comunicação, meio-ambiente, cooperação fronteiriça, ciência e tecnologia.

A Venezuela é 9,5 vezes menor que o Brasil em tamanho e pelo menos sete vezes menor em população. Entretanto, para o embaixador venezuelano Burelli-Rivas, embora sendo um país de modestas proporções, é sem dúvida, um país de grandes

⁹⁹ Em 1973, o encontro entre os presidentes Garrastzu Médici e Rafael Caldera ratificou a amizade entre os dois países. Na ocasião, assinaram uma declaração conjunta de 27 itens e um acordo básico de cooperação técnica para estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento sócio-econômico de ambos os países.

¹⁰⁰ GUIMARÃES.Samuel Pinheiro (org). BRASIL E VENEZUELA: Esperanças e determinação na virada do Século.Brasília: IPRI. FUNAG, 1995.

possibilidades e riquezas. *“Nosso petróleo, de todos os tipos é quase inesgotável. O gás está por ser explorado quase em sua totalidade; o alumínio venezuelano está à flor da terra e em grandes quantidades; e o ferro nas montanhas.”*(RIVAS, Burelli.1995:11). A Venezuela conta com um PIB superior a 1 trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e boa parte do seu território, rico em recursos naturais não foi explorado.Vale ressaltar que em 1955, a Venezuela ocupava o primeiro lugar como fornecedor de petróleo do Brasil. Segundo as estatísticas daquele ano, as exportações do item chegaram ao altíssimo nível de 99% do total do petróleo importado pelo Brasil, o equivalente a 123.000 barris diários.(ZURITA, Alejandro1997:128)¹⁰¹

A aproximação gradativa das duas potências, sobretudo nos anos 1980, quando o Brasil retomava a democracia, tornou-se de fundamental importância para o aumento do diálogo entre as duas potências. Em 1978, os governos de ambos os países autorizaram a instalação do Banco União da Venezuela em São Paulo e do Banco do Brasil em Caracas. E em 1979, em visita ao Brasil, os ministros venezuelanos de Minas e de Cooperação Internacional de Fomento, Valentim Hernández e Argenis Gamboa vieram estabelecer as bases para a ampliação da cooperação comercial entre os dois países.

Historicamente, o embaixador destacou o papel venezuelano de ”potência servidora” da América Latina, tanto pela revolução sul-americana dos movimentos emancipacionistas da América do Sul (XIX), como também pelo compartilhamento e cooperação com o Caribe e a América Central, desde 1969, dos recursos do petróleo.

No início do século XX, o petróleo mudou o rumo histórico da Venezuela. A partir da extração do petróleo foi possível iniciar um processo de urbanização e modernização do país. Foram as divisas do petróleo que igualmente promoveram os

¹⁰¹ ZURITA, Alejandro Mendible. Venezuela-Brasil-Inventario de uma relação amistosa IN: BRASIL e Venezuela – Esperanças e Determinação na Virada do Século.Samuel Pinheiro Guimarães (org). BRASÍLIA. IPRI,1997

investimentos em educação e saúde no país, entretanto, foram as disputas pelos mesmos recursos que levaram a Venezuela, na década de 1990, à uma crise de cultura política, ou como definiu o embaixador, a uma ‘crise ética.’

“ A filosofia jurídica do petróleo na Venezuela, que determina que toda jazida mineral ou de bitumes pertence ao Estado, não importa o dono do solo, mudou as coordenadas da sociologia e da política venezuelana. O Estado extrai petróleo, e na distribuição, pouco a pouco caímos na corrupção e na ineficiência.” (RIVAS, Burelli.1995:10).

A Venezuela exerce a condição de grande distribuidor de excelente petróleo que a leva assumir responsabilidades que se traduzem em um importante grau de intervenção do Estado na economia.

A aproximação real com o maior vizinho sul-americano foi justificada pela necessidade da Venezuela de integrar-se. Segundo o embaixador: *“Fomos militantes coerentes da Alalc, estamos na ALADI; estimulamos a integração centro-americana; somos membros do CARICOM e fundamos o Pacto Andino, com a intenção de acelerar o processo de integração.”* (RIVAS, Burelli.1995:11). No entanto, para o doutor em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, Luís Alexandre Fuccille¹⁰², foi no início dos anos 1990, com as mudanças ocorridas no quadro político e com o agravamento do cenário econômico da Venezuela que o país buscou diversificar seus parceiros comerciais e demonstrou maior interesse em integrar-se ao MERCOSUL.

¹⁰² FUCCILLE. Luis Alexandre. Brasil e Venezuela no tabuleiro Geopolítico: Cooperação e Competição no subcontinente. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/LuizFuccille.pdf>

Ao aproximar-se do Brasil, sem inicialmente, abandonar o Pacto Andino, o objetivo venezuelano ao integrar o MERCOSUL era o de construir uma área de livre comércio com o MERCOSUL, legalizando assim, a cooperação venezuelana com o Brasil. Para a Venezuela, a protocolação ao bloco abriu uma possibilidade para diminuir sua alta dependência do norte, em especial, dos Estados Unidos.

Sobre a escolha da política externa venezuelana, explicou o embaixador: “*Escolhemos deliberadamente um vizinho com o qual vivemos toda nossa vida em paz. Todas as lembranças de nossa vizinhança com o Brasil são gratas. Ainda considerando que nosso tamanho e nossa população sejam muito menores, o Brasil pode usar a potencialidade da Venezuela para ampliar seus programas para o futuro. Essa é a oportunidade da Ibero-América, esta é a hora da América Latina, o momento em que temos que decidir por nós mesmos, nosso futuro mundial.*” (RIVAS, Burelli.1995:11)

Quando Rafael Caldera assumiu seu mandato, em fevereiro de 1994 revelou a vontade de mudança firme e otimista quando disse que: “*Hoje começa a Venezuela do século XXI.*” Trinta dias mais tarde, em 4 de março, recebeu o presidente do Brasil, Itamar Franco, na Guzmania. Com esse encontro, as relações Brasil-Venezuela foram marcadas positivamente pela assinatura dos acordos mais importantes entre os dois países, conhecido por *La Guzmanía*.

A partir daquele momento, começou um esforço contínuo por parte dos dois Governos, com seus Chanceleres como coordenadores e propulsores de múltiplas reuniões de natureza muito variada, dentro da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) e de seus Grupos de Trabalho. A defesa comum, os assuntos de transporte, de comunicações, a segurança fronteiriça, o comércio, a integração, a energia, a mineração são apenas exemplos dos temas abordados pelos Grupos de Trabalho e pelo

Mecanismo Político de consulta cuja recente IV Reunião em Caracas, precedeu a IV Reunião da COBAN” celebrada em 12 de Junho de 1995, em Brasília.”¹⁰³

Com o acordo La Guzmanía (1994/1998), os dois países assinaram um acordo de complementação econômica e de proteção aos investimentos diretos. Segundo os dados publicados por Fuccille:” *No comércio propriamente dito observou-se o incremento de 130% do comércio bilateral entre 1993 e 1997. Chegando a US\$1,8 bilhão com déficit constante para o Brasil em razão da importação de petróleo e derivados ao Brasil substituindo a Arábia Saudita neste posto.*(FUCILLE:5)

Os dois países assinaram um memorando de entendimento e cooperação entre a Petrobrás e a PDVSA que constituiu o embrião do projeto maior de parcerias das empresas petrolíferas.

Como resultado do encontro La Guzmanía, houve investimentos em infraestrutura, em especial, com a assinatura de um contrato entre a Eletronorte, a Eletrobrás e a venezuelana Edelca, para o fornecimento de energia elétrica para a região de Boa Vista e o projeto de pavimentação da BR-174, no trecho que liga Manaus com a Venezuela.

Ao final de 1998,os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera encontraram-se para a inauguração do asfaltamento da rodovia BR-174. Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao processo de estreitamento das relações com o país vizinho e em 1999, já com Hugo Chávez no governo da Venezuela, discutiu sobre a **cooperação operacional da Petrobrás com a PDVSA** em que discutia-se a

¹⁰³ ILLARRAMENDI, Ramon. *As relações entre a Venezuela e o Brasil: Uma reflexão sobre o futuro*. IN: GUIMARÃES.Samuel Pinheiro (org). BRASIL E VENEZUELA: Esperanças e determinação na virada do Século.Brasília: IPRI. FUNAG, 1995. (p.135-137)

participação da Petrobrás na exploração e no refino de petróleo na Venezuela, enquanto a Venezuela passaria a distribuir combustíveis no Brasil.

Outros assuntos relativos ao aumento da cooperação entre os dois países, durante o governo FHC envolveram um contrato de US\$ 180 milhões para a construtora brasileira Noberto Odebrecht para a construção do metrô em Caracas e a participação da EMBRAER. Na concorrência para a venda de 30 aviões de treinamento militar para a Força Aérea Venezuelana (FUCCILLE. 2006: 07-8). Em 1998 a Venezuela já era o 2º fornecedor de petróleo para o Brasil.

A convergência entre os dois países ocorreu após a campanha eleitoral venezuelana de 1998, quando Hugo Chávez Frias, um militar fora dos quadros políticos tradicionais chegou à presidência.¹⁰⁴

¹⁰⁴A entrada de Hugo Chávez no cenário político da Venezuela se inicia no ano de 1992, quando articulou e protagonizou um golpe de Estado contra o então presidente Carlos André Pérez, da Acción Democrática. O golpe de 1992 esteve contextualizado na crise da economia venezuelana, que a partir da adoção de medidas neoliberais, lançadas por Pérez, levou a população insatisfeita, espontaneamente, às ruas, com o *caracazo*. Apesar do fracasso da intervenção de Chávez, pode-se considerar que este foi o ponta-pé inicial de sua vida política.

Chávez foi preso na ocasião do golpe e permaneceu dois anos na cadeia, até sua anistia, dada pelo presidente Rafael Caldera, dois anos depois. Em 1997, optando por abandonar a carreira militar e entrar definitivamente na vida política venezuelana, fundou o partido Movimiento V Republica. Nas eleições de 1998, chegou ao poder, obtendo 56% dos votos já que os partidos tradicionais democratas da Venezuela sofriam os efeitos de uma “crise moral” devido à governos anteriores corruptos. De acordo com a organização do poder, um presidente eleito na Venezuela pode ter seu mandato renovável por uma vez, de seis anos. Contudo, na metade do período total de qualquer cargo eletivo, a população pode, através de uma representação de cerca de 20% dos eleitores, solicitar a realização de um referendo revogatório dos respectivos mandatos.

Ao assumir o poder em 1998, Hugo Chávez assinou um decreto com o objetivo de lançar um referendo popular para a convocação de uma Assembléia Constituinte. O sucesso do referendo criou a Quinta Republica, nova Constituição Venezuelana, (atual República Bolivariana da Venezuela), que atribuiu mais poderes ao presidente, permitiu maior intervenção do Estado na economia, reconheceu a diversidade cultural e lingüística das comunidades indígenas e eliminou o senado. De acordo com a constituição que se configurava, novas eleições presidenciais e legislativas deveriam ser organizadas e em julho de 2000, Hugo Chávez Frías foi reeleito com quase 60% dos votos.

A Venezuela de Chávez empenha-se em estreitar as relações bilaterais com o Brasil e este país tornou-se um parceiro essencial para o Brasil, condicionando inclusive, o ritmo do processo de integração econômica regional.

No que diz respeito à integração regional com a Venezuela, o Estado de Roraima será o primeiro a beneficiar-se, dada a sua posição geográfica. Roraima fica na parte do Brasil onde há maior convivência com os venezuelanos. Em termos de livre comércio entre os países, conta-se com uma infra-estrutura específica: Existe uma estrada que liga a Venezuela ao Brasil, a Boa Vista chegando até Caracarái. O futuro do Estado de Roraima atrela-se ao da Venezuela, sobretudo em questões como o abastecimento energético e o caso do **‘linhão de Guri’** com sua extensão até Manaus.¹⁰⁵

Para o século XXI pode-se esperar, no panorama internacional, uma aliança sólida entre o Brasil e a Venezuela. Além da conjunção dos dois países, mantendo o respeito mútuo das relações de amizade entre os dois países, não se deve perder de vista os interesses comuns que os aconselham a atuar conjuntamente.

“ A política da Venezuela orienta-se, pois, para um estreitamento dos laços que a unem com a República Federativa do Brasil. Proporcionalmente a nossas possibilidades, não houve nunca, desde os anos da independência, com a possível exceção de nossas iniciativas e esforços para fundar a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), uma iniciativa venezuelana no campo da política exterior e da diplomacia que sugere a atual abertura.”
(ILLARRAMENDI,Ramon.1995.137)

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães¹⁰⁶, são notáveis os contrastes existentes entre Brasil e Venezuela, tais como: as dimensões, as estruturas industriais, a suficiência

¹⁰⁵ O linhão de Guri resolveria o problema de abastecimento energético de Manaus e o equacionaria não só em Boa Vista, mas também em todo o Estado de Roraima.

energética, a vivência democrática, e também em termos de comércio exterior. Para ele, os desafios que deverão ser enfrentados pelos dois países são paradoxalmente semelhantes. Ambos os países, por seus recursos naturais, humanos e materiais podem aspirar alcançar níveis elevados de bem-estar para seus povos e posições de destaque no cenário internacional.

Ao lado de suas dimensões populacionais, os estoques de recursos naturais na Venezuela e no Brasil podem constituir fundamento sólido para políticas de longo prazo que coloquem as duas economias em uma trajetória de desenvolvimento rápido, sem flutuações excessivas ou reversões inesperadas. A consolidação do presidente Hugo Chávez no poder contribuiu em termos de política externa, para o redirecionamento na discussão e na posição brasileira sobre a ALCA, postergando sua implantação.

A influência da Venezuela no Pacto Andino sugeriu a possibilidade de atração dos outros países do bloco e também do Caribe, vislumbrando a criação de uma futura Comunidade Sul-americana das nações. Contudo, Hugo Chávez promoveu o rompimento da Venezuela com a CAN, determinando um novo modelo de integração que superaria a CSN: A idéia de um MERCOSUL expandido.

Há sem dúvida com a entrada da Venezuela, uma nova dimensão do MERCOSUL. Investe-se mais nas afinidades políticas do bloco centradas em interesses comuns, como: a redução da dependência dos EUA; a contenção da ALCA; a cooperação sul-sul e a luta contra o protecionismo dos países centrais. Tais fatores vêm garantindo a unidade e o novo perfil do bloco.

¹⁰⁶ GUIMARÃES. Samuel Pinheiro. Brasil e Venezuela: Esperanças e Determinação na Virada do Século. IN: GUIMARÃES. Samuel Pinheiro (org). BRASIL E VENEZUELA: Esperanças e determinação na virada do Século. Brasília: IPRI. FUNAG, 1995. (p.147-162)

Entretanto, vale ressaltar que não há unanimidade em relação aos especialistas venezuelanos sobre a escolha preferencial da Venezuela com o MERCOSUL em detrimento da CAN. Para o venezuelano Ramón Escovar Salom:” *La distancia de Venezuela con la Comunidad Andina es un error estratégico fundamental, porque Colômbia es nuestro más inmediato y porque existen realidades económicas y materiales que no es admisible ignorar.*¹⁰⁷ No entanto, ao descrever o Brasil e sua importância no cenário mundial, afirmou: (...) “*nos encontramos al lado de Brasil, un gigante nunca dormido en el corazón del continente. Brasil, nuestro vecino, con un mestizaje muy parecido al nuestro, es interlocutor directo de casi todo el sur del Océano Atlántico, hermano de países africanos con algunos de los cuales tiene lengua común e intereses concretos. Por sus proporciones y por su energía biopolítica el Brasil es una potencia mundial.*”¹⁰⁸

A Venezuela possui extraordinária capacidade de geração de energia, representada pelo petróleo, gás natural, carvão e hidroeletricidade. A este potencial energético juntam-se grandes reservas de minério de ferro e de bauxita, assim como de urânio, tório, níquel, fosfato, cobre, zinco, ouro, prata, titânio e manganês. Em 2005, o governo venezuelano propôs a criação da PETROAMERICA, capaz de abastecer a região sul-americana, a partir de um esforço de cooperação entre os países da região. A apresentação da estratégia da iniciativa da PETROAMERICA feita pela Venezuela nessa Reunião teve por objetivos¹⁰⁹:

¹⁰⁷ SALOM. Ramón Escovar. Las Relaciones com Brasil. Disponível em: <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/1356062.asp>

¹⁰⁸ Idem op.cit

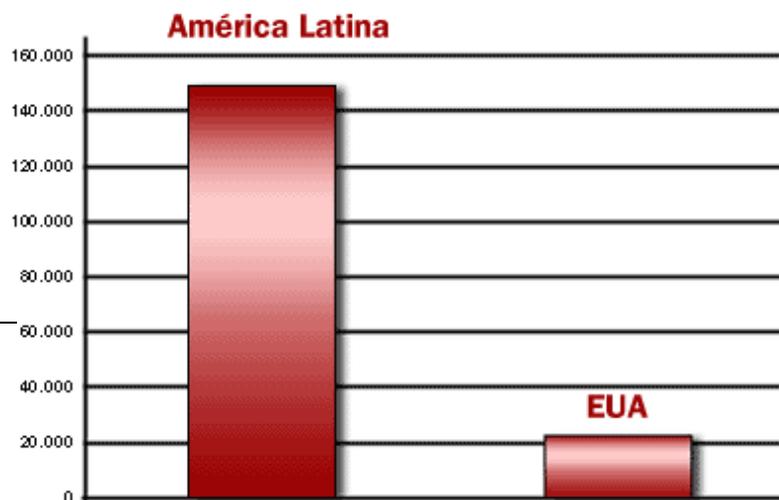
¹⁰⁹ A II Reunião de Ministros de Energia do MERCOSUL, além do Chile, Peru e Bolívia, celebrada em Montevideu, Uruguai, no dia 22 de agosto de 2005;

- Ser um facilitador geopolítico fundamentado na identificação de mecanismos de cooperação e integração energética, como base para o aperfeiçoamento sócio-econômico de seus povos;
- Ser um acordo multilateral para a coordenação de políticas energéticas com a finalidade de promover a integração regional e agilizar a tomada de decisões que conduzam à bem-sucedida culminação dos processos de integração;
- Buscar identificar complementariedades e aproveitar os potenciais energéticos e os benefícios dos intercâmbios para resolver as assimetrias energéticas, econômicas e sociais da região;
- Buscar a integração em matéria de energia, através de uma plataforma que imprima celeridade aos acordos energéticos bilaterais;

O governo venezuelano, juntamente com o bloco sul-americano tem tomado consciência da necessidade de uma integração energética que permita um maior desenvolvimento social dos países do MERCOSUL e que permita a garantia do interesse e da autonomia de suas respectivas nações na utilização e manejo de seus recursos energéticos.

Para os governos brasileiro e venezuelano, são grandes vantagens da

América Latina e EUA: Reservas de petróleo



integração entre os países. A integração energética é sem dúvida um meio importante para consolidar a integração regional. Os acordos assinados entre as duas potências prevêm cooperação e complementação entre os países, garantindo os princípios básicos da integração: promover a solidariedade entre os povos, garantir o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, garantir o desenvolvimento sustentado na utilização de recursos renováveis e não-renováveis, buscar a complementariedade dos países e garantir o respeito às formas de propriedade que cada Estado adota para o desenvolvimento de seus recursos energéticos.

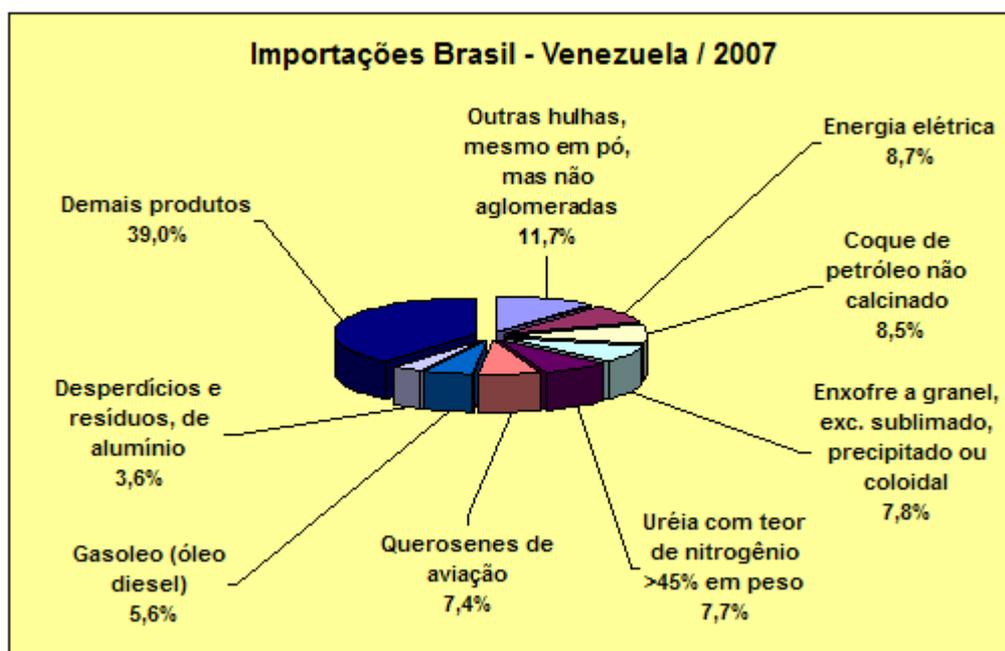
Figura 10

Tabela 4

Importações Brasil - Venezuela		
Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
2005	255.605.407	1.341.438.897
2006	591.553.378	3.162.627.720
2007	345.924.595	1.869.669.302

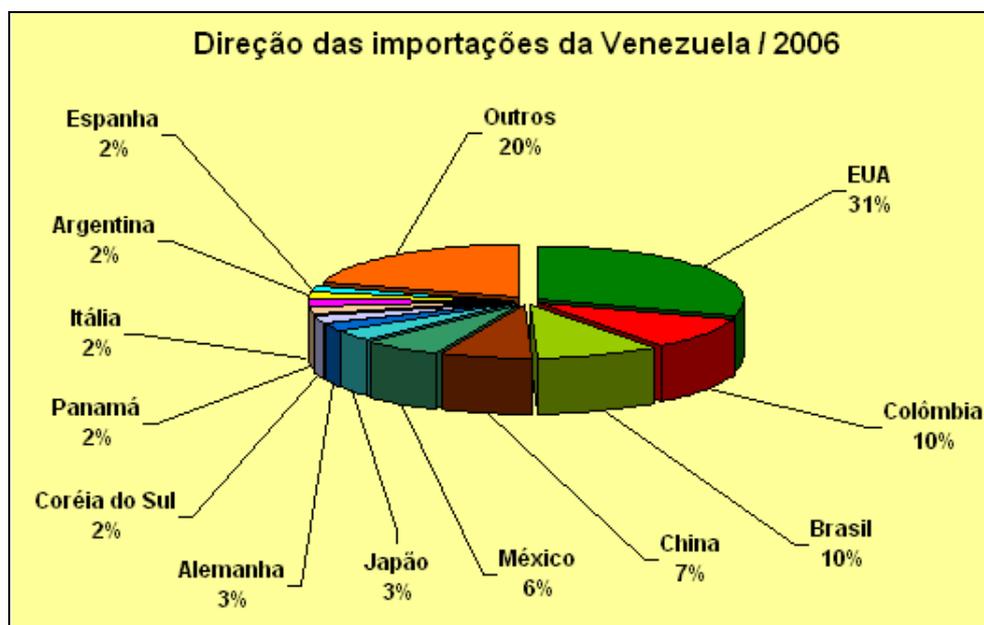
Fonte: Aliceweb

Figura 11



Fonte:MDIC/SECEX

Figura 12



Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Venezuela

Figura 13



Tabela 5

Valor das importações efetuadas pela Venezuela, por setor em 2006	
Setor	2006 (milhões)
Total	30.559
Material elétrico	10.017
Material de transporte	5.925
Outros	3.652
Produtos químicos	3.524
Metais comuns	1.907
Indústria alimentícia, bebidas e tabacos	1.564
Agrícola	1.441
Plástico e manufatura	1.359
Papel	818

Fonte Figura 13 e Tabela 5: Instituto Nacional de Estadística – Venezuela

Tabela 6

Exportações Brasil - Venezuela		
Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
2005	2.223.705.818	919.760.591
2006	3.565.424.415	1.550.520.644
2007	4.723.939.986	1.875.162.734

Fonte: Aliceweb

Tabela 7

Balança Comercial Brasil - Venezuela/ 2006				
Valores em US\$ FOB				
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
JAN	343.093.194	36.866.024	306.227.170	379.959.218
FEV	231.201.636	25.585.316	205.616.320	256.786.952
MAR	328.369.715	28.975.469	299.394.246	357.345.184
ABR	347.260.292	18.354.001	328.906.291	365.614.293
MAI	378.748.975	43.428.619	335.320.356	422.177.594
JUN	386.322.951	34.652.407	351.670.544	420.975.358
JUL	396.945.612	27.385.245	369.560.367	424.330.857
AGO	398.296.676	18.759.431	379.537.245	417.056.107
SET	464.706.433	24.833.797	439.872.636	489.540.230
OUT	545.571.639	37.277.751	508.293.888	582.849.390
NOV	431.346.957	24.208.047	407.138.910	455.555.004
DEZ	472.075.906	25.598.488	446.477.418	497.674.394
Acumulado	4.723.939.986	345.924.595	4.378.015.391	5.069.864.581

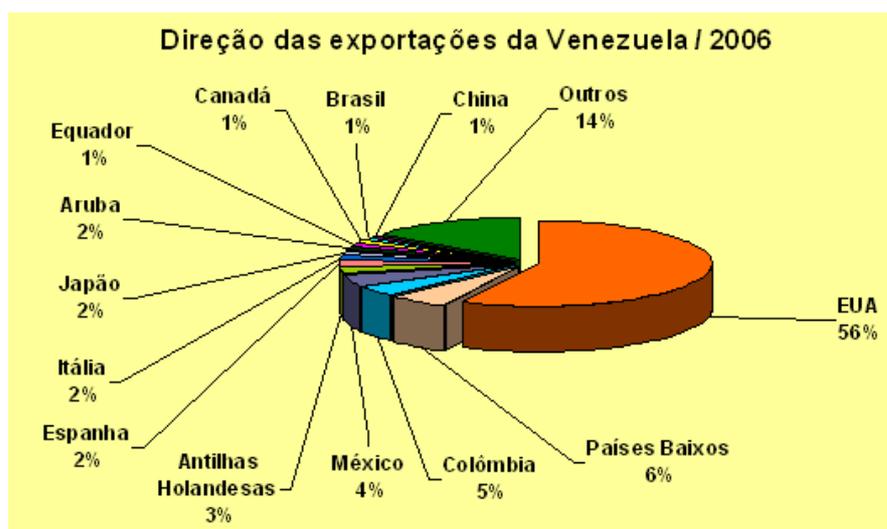
Fonte: Aliceweb

Tabela 8

Valor das exportações efetuadas pela Venezuela, por setor em 2006	
Setor	2006 (milhões)
Total	14.279
Produtos minerais	9.369
Metais comuns	3.103
Produtos químicos	925
Material de transporte	390
Outros	145
Material elétrico	134
Bebidas e tabaco	81
Plástico e manufatura	76
Agrícola	55

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Venezuela

Figura 14



Fonte: Instituto Nacional de Estadística - Venezuela

A ARGENTINA E A BASE DO TRIÂNGULO REGIONAL

Argentina e Brasil são os principais protagonistas da integração regional sul-americana. Ambos contam com o processo regional para ingressar no jogo internacional, como também contam com o processo integracionista para proporcionar aos seus habitantes um maior bem-estar, em condição de maior igualdade em relação aos países centrais. A união dos dois países representa em termos numéricos, 63% da superfície da América do Sul, 60% da população e 61% do PIB da região.¹¹⁰

O conhecimento e compreensão recíprocos entre os dois países servem como meios para desenvolver um vínculo que seja sólido entre os países, afastando as aproximações circunstanciais, baseadas nas conveniências de curto prazo, muito comuns nas relações externas mantidas entre os dois países, nos anos anteriores.

Um balanço das últimas duas décadas na história das relações bilaterais entre a Argentina e o Brasil, realizado por Monica Hirst,¹¹¹ apontou para temas sobre os quais se divergiu e se concordou nestes anos. Foram quatro as macroquestões que definiram as agendas comuns entre os dois países: o desenvolvimento econômico; a projeção internacional; a estabilidade democrática regional e a cooperação bilateral.

Pode-se afirmar que em termos de desenvolvimento econômico e da projeção internacional, os interesses nacionais de ambos os países dificultaram a convergência destes temas, gerando percepções conflitivas. No entanto, tem-se garantido cada vez

¹¹⁰ PINTO, João Luiz Pereira. O processo de Integração Brasil- Argentina. IN: Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.

¹¹¹ HIRST, Monica. A amizade Argentina-Brasil, 20 anos depois do Encontro de Foz do Iguazu. Artigo publicado no Jornal Clarín (28/11/2005) e disponível no site do Observatorio Politico Sul-Americano- Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ/UCAM._

mais por parte dos dois países, a defesa da estabilidade democrática na região e a construção de um projeto associativo na busca da consolidação de uma aliança bilateral.

A Argentina representa para o Brasil a possibilidade de avançar e dinamizar as relações intra-MERCOSUL e o Brasil representa para a Argentina, a principal forma de conseguir uma projeção internacional. Para isso, ambos precisam vencer desavenças, visto que são os dois maiores sócios do bloco e que apenas a aliança sólida entre os dois países, levará a consolidação plena do MERCOSUL.

Historicamente, a Argentina ao final do século XIX, especialmente a “*generación del Ochenta*”(1880) deu início ao seu processo de modernização, construída a partir da transplantação cultural e étnica da Europa. A construção desta identidade produziu conflitos políticos e culturais que perduram até hoje na história dos argentinos.¹¹² Houve o crescimento dos setores médios e urbanos da população, Buenos Aires tornou-se a “Paris Sudamericana”, contrastando-se cada vez mais com o interior.

O fato é que neste período, o Brasil era visto de forma indiferente pela Argentina; era visto como um país inferior do ponto de vista econômico, cultural e étnico e ainda, percebido como rival estratégico.¹¹³

Por outro lado, a Argentina mantinha relação privilegiada com o Reino Unido, considerando-se do ponto de vista econômico, parte integrante do Império Britânico. A elite argentina soube tirar proveito de sua condição periférica e transformou a Argentina em uma economia agroexportadora. Ao tomar esta decisão, a economia argentina abriu

¹¹² CANDEAS, Alessandro Wanderley. Relações Brasil-Argentina. Uma análise dos avanços e recuos. Artigo publicado pelo Centro Argentino de Estudios Internacionales-Programa Integración Regional. Disponível em: www.cari.com.ar p.10

¹¹³ RUSSEL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. El lugar de Brasil en la Política exterior Argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

mão do esforço de poupança e industrialização para valorizar a cultura rentista. (CANDEAS:11) Na visão do diplomata Alessandro Candéas: “ *A Argentina combinou, no século XIX, estratégias tão díspares como autarquia nacionalista, isolamento continental, europeísmo e aliança militar com o Brasil[até certo momento]. Não há incompatibilidade entre essas posições na visão pragmática das elites dirigentes: Europa fornecia capitais, comércio e imigração; a solidariedade americana parecia anti-liberal e anti-européia; e a questão do Paraguai tinha relevância estratégica distinta.*” (CANDEAS:11) . Não há dúvidas que a autopercepção da Argentina de superioridade em relação aos outros povos do hemisfério, resultaria no seu total isolacionismo.

Havia forte presença de uma mentalidade anti-americana na Argentina. A *generación del Ochenta* havia feito a opção preferencial pela Europa, desprezando os Estados Unidos. A Argentina chegou a boicotar a Primeira Conferência Panamericana (1889-1890), ao negar a doutrina Monroe. A oposição argentina inviabilizou o projeto de uma união aduaneira continental, acreditando que esta proposta excluiria a Europa das relações de comércio com a América. O Chanceler Roque Sáenz Peña, chefe da delegação argentina, havia proclamado na ocasião: “*A América para a Humanidade.*”¹¹⁴

No início do século XX, o presidente argentino Sáenz Peña (1910-1916) ao visitar o Brasil, em 1910, afirmou: “*tudo nos une, nada nos separa*”. No Brasil, as relações comerciais eram melhores com os Estados Unidos, principal comprador do café brasileiro, do que com a Argentina, seu país vizinho.

¹¹⁴ A doutrina Monroe consistia na proposta de James Monroe de 1823 “ América para os Americanos” evitando a presença européia na América e apoiando os processos de independência na região.

As exportações argentinas para o Brasil eram prejudicadas pelo tratamento tarifário, enquanto que as exportações brasileiras para a Argentina eram afetadas por medidas fitossanitárias. Em 1910, a Argentina era a maior exportadora mundial de trigo, ocupando também o segundo lugar na exportação de carne congelada e lã. Em termos de renda *per capita*, a Argentina era superior a países como a Espanha e a Itália. (CANDEAS:15)

Durante a I GUERRA (1914-1918), a Argentina manteve sua posição de neutralidade. Entretanto, embora a Guerra tenha propiciado ganhos importantes para os setores agroexportadores, houve queda nas exportações. Ainda que com a queda nas exportações, o governo argentino não incentivou uma maior autonomia na produção industrial interna.

Em 1915, Brasil e Argentina assinaram O PACTO ABC, ou o TRATADO DE CORDIAL INTELIGÊNCIA POLÍTICA E ARBITRAGEM. Com o acordo, os países se comprometiam a submeter-se a uma comissão, em situação de eventuais controvérsias.¹¹⁵

Com a crise de 1929 e com as restrições às exportações argentinas por parte do Reino Unido, a Argentina viveria sua primeira grave crise econômica. Houve restrição das exportações, suspenderam-se os fluxos de capitais e houve o colapso do preço das *commodities*. Todos esses fatores acabaram afetando diretamente, o esquema de acumulação e prosperidade que sustentava até então o país. (CANDEAS:16)

¹¹⁵ O Pacto ABC foi celebrado na Argentina com vistas a acabar com seu isolamento político e para superar as rivalidades entre Argentina Brasil e Chile. A Argentina não ratificou o tratado em 1921, que foi objetada por Hipolito Yrigoyen.

A Argentina, mesmo com o declínio inglês, insistia em permanecer atrelada a economia britânica. Existia a idéia de que após a crise de 1929, a economia se recuperaria e voltaria à normalidade.

Em 1933, o presidente argentino Augustín Justo visitou o Brasil de Getúlio Vargas e assinou o TRATADO ANTIBÉLICO DE NÃO AGRESSÃO E CONCILIAÇÃO¹¹⁶, ampliando as relações bilaterais entre os dois países, num momento de aproximação da Argentina ao Brasil. Assinaram-se também convênios de comércio e navegação, como também tratou-se de um possível intercâmbio comercial e turístico entre os dois países. Em 1935, foi a vez de Getúlio Vargas visitar a Argentina. Na ocasião, as duas potências assinaram o PROTOCOLO SOBRE A CONFERÊNCIA DA PAZ, relativa ao conflito do Chaco.¹¹⁷

Durante a II GUERRA (1939-1945), a Argentina manteve a mesma posição de neutralidade da Primeira. Na visão norte-americana, a neutralidade argentina significava favorecimento ao EIXO. A Conferência Panamericana realizada no Rio de Janeiro, em 1942 “recomendou” a Argentina, a ruptura das suas relações com o Eixo. Em 1940, o chanceler brasileiro Osvaldo Aranha negociou com Federico Pinedo (Ministro da Fazenda) um acordo comercial de integração econômica entre os dois países.

Entretanto, a divergência no alinhamento dos dois países durante a II GUERRA manteve o clima de tensão entre Argentina e Brasil, visto que os argentinos acreditavam nas pretensões brasileiras de obter benefícios econômicos e estratégicos dos Estados Unidos e de atuar como representante dos interesses de Washington na América do Sul. (CANDEAS:18)

¹¹⁶ O tratado foi assinado pelo Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai e Uruguai.

¹¹⁷ Argentina e Brasil foram mediadores no conflito entre Paraguai e Bolívia na famosa “ Guerra do Chaco.”

Desde 1943, a Argentina passou por transformações estruturais. Houve um crescimento da urbanização e a promoção de um desenvolvimento industrial. O setor secundário superou o setor primário na formação do PIB e surgiram no cenário social, uma forte classe média e uma burguesia industrial expressiva- em oposição ao crescimento de uma classe operária.

O governo populista de Juan Domingo Perón (eleito em 1946)¹¹⁸ tratou de conciliar o interesse dos novos segmentos da sociedade argentina. O peronismo argentino apregoou a harmonia entre capital e trabalho. Sobre a força do peronismo na Argentina, é possível definir: “ *Peronismo é um partido de massas extraordinariamente heterogêneo, marcado por dissensões internas: ex-radicais, sindicalistas, militares. A doutrina peronista, ideologicamente difusa, se baseia em três idéias- força: justicialismo social, independência econômica e soberania política- síntese de postulados nacionalistas, socialistas, e da doutrina social da Igreja.*” (CANDEAS:19)

Temendo o advento de uma Terceira Guerra Mundial entre Estados Unidos e União Soviética, o governo argentino apostou na autarquia e no nacional-desenvolvimentismo, temendo uma nova desestruturação da economia mundial. Foi neste contexto histórico, que a Argentina elaborou seus Planos Quinquenais¹¹⁹ fortalecendo uma burguesia industrial com forte base nacionalista e de apoio estatal.

¹¹⁸ Juan Domingo Perón, militar e político argentino, foi eleito presidente da Argentina em 1946, com 56% dos votos. Seu governo de base populista (1946-1955) foi apoiado pela Igreja, pelo exército e pelo movimento sindical. O *peronismo*, como ficou conhecido o Movimento Nacional Justicialista, liderado por Perón, deu origem, mais tarde, ao Partido Justicialista, força política majoritária na Argentina. O peronismo esteve marcado por um forte nacionalismo. Perón foi deposto por um golpe militar em 1955, pela chamada **Revolución Libertadora**, que colocou o peronismo na ilegalidade e que promoveu a intervenção dos sindicatos.

¹¹⁹ Os anos dos planos quinquenais foram: 1947-1951 e 1952-1956

Não acreditando na liberalização nem na multilateralização da economia, a Argentina não aderiu aos acordos de Bretton Woods¹²⁰ e preferiu investir em acordos comerciais que fossem bilaterais. Por outro lado, Perón deixou clara a posição argentina de apoio aos EUA, no caso possível de um conflito direto com a URSS.

Houve sem dúvida uma ampliação da visão política argentina, quando passou a manter relações com a potência dominante de então (EUA). Entretanto, sem dependência. Para Tokatlian e Russel, a Argentina ao buscar diversificar suas relações externas, passou adotar um *paradigma globalista*, que inclusive a impulsionaria posteriormente, rumo à integração regional. Houve grandes investimentos norte-americanos na Argentina, com a presença de multinacionais e sobretudo, com o acordo feito com a Standard Oil, em 1955. (TOKATLIAN&RUSSEL,2003)

No que diz respeito as relações com a América Latina, o governo argentino buscou estabelecer laços de solidariedade política e de avanço em acordos comerciais. Em 1951, houve inclusive a pretensão de reeditar o Pacto ABC. Desta vez, a desconfiança brasileira sobre as pretensões argentinas, impediu o Brasil de aderir ao novo ABC. O Presidente Perón, frustrado com a posição brasileira, acusou o ITAMARATY de permanecer com “excrescências imperiais”, impedindo que os principais obstáculos da relação bilateral dos dois países fossem eliminados.

A partir da queda de Perón, os governos militares que assumiram o poder na Argentina definiram um alinhamento automático com os Estados Unidos. Em 1956, a

¹²⁰ BRETTON WOODS- Foi a conferência realizada em 1944, da qual se originaram duas organizações internacionais O FMI e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Nessa conferência, houve a intenção de se criar uma Organização Internacional de Comércio, mas só foi possível a criação de um Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). A partir do Sistema Bretton Woods o dólar norte-americano tornou-se referência para paridade das moedas dos países membros do FMI. Ver Verbete retirado da obra: CARVALHO, Maria Auxiliadora de.&SILVA, César Roberto Leite.Economia Internacional. São Paulo:Editora Saraiva,4ª edição, 2007.P.313(glossário)

Argentina aderiu aos acordos de Bretton Woods e passou a participar do regime multilateral de comércio. A partir de então, a Argentina passou novamente a depender de empréstimos internacionais que serviram para o financiamento da siderurgia neste país, como para corrigir seus desequilíbrios comerciais.

Foi durante o governo de Arturo Frondizi¹²¹ que a Argentina iniciou seu processo de industrialização por *substituição de importações*, investiu na indústria pesada e de infraestrutura, como na exploração de recursos naturais como o petróleo e o gás. A entrada de capital externo foi visto como um fator de progresso no país.

Durante o governo de Frondizi, houve intercâmbio com o Brasil de Juscelino Kubitschek. Criou-se em 1958, o GRUPO DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL BRASIL-ARGENTINA, para estimular a troca de bens manufaturados entre os dois países. Em 1961 Jânio Quadros e Frondizi assinaram o CONVÊNIO DE AMIZADE E CONSULTA no encontro de Uruguaiana, comprometendo-se a estabelecer um sistema bilateral de troca de informações.

A política externa argentina durante o governo de Frondizi esteve marcada por uma diplomacia independente. O país manteve boas relações com John F. Kennedy (fazendo parte da aliança para o progresso) e Frondizi posicionou a Argentina contra a expulsão de Cuba da OEA, chegando a se reunir com Ernesto Che Guevara na residência presidencial argentina.

Com o advento dos golpes militares, o espírito de amizade estabelecido entre os dois países em Uruguaiana, não resistiu. A Argentina entre 1955 e 1973 esteve marcada

¹²¹ Arturo Frondizi foi advogado e político que governou a Argentina entre 1958 e 1962. Durante sua campanha eleitoral, o peronismo estava proibido no país (após o golpe de 1955). Frondizi então firmou um acordo com Juan Perón comprometendo-se a anular as leis de proibição ao partido justicialista, caso Perón indicasse seus seguidores a votar na candidatura de Frondizi. Em 1961, Frondizi anulou a proibição do peronismo. Seu governo esteve principalmente marcado pelo impulso dado à indústria de base argentina, com investimentos em Petroquímica, siderurgia.

pelo início de um processo de controle e repressão contra a esquerda peronista e também a esquerda tradicional no país. Paralelamente á esse processo, o poder militar estava se institucionalizando no país, transformando as Forças Armadas em ator político no cenário argentino.

Na visão de SAIN¹²², o sistema político argentino seguiu três orientações: a exclusão política do peronismo; o papel assumido pelas Forças Armadas de guardiães tutelares e fiadoras dessa exclusão e a aceitação ativa pela classe política não peronista dessas duas condições anteriores. (SAIN;2000:21-22)

Os governos conservadores que assumiram o poder na Argentina (José Maria Guido¹²³-1962-1963; Arturo Illia -1963-1966¹²⁴; General Juan Carlos Onganía 1966-1970¹²⁵) estiveram marcados pela dependência em relação aos Estados Unidos e pelo isolamento regional. Apenas durante os governos de Roberto Levingston (1970-71)¹²⁶ e

¹²² SAIN,M.F Democracia e Forças Armadas entre a subordinação militar e os “defeitos”civis.IN: D’ Araújo.M.C; CASTRO, C. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. FGV: Rio de Janeiro, 2000.

¹²³ Jose Maria Guido governou a Argentina após o golpe de estado que tirou Frondizi do poder em março de 1962 . Guido ficou no poder até 12 de outubro de 1963. Durante o seu governo, colocou novamente o peronismo na ilegalidade e anulou as eleições nas 10 províncias (incluindo a de Buenos Aires) em que o peronismo havia ganhado. Fechou o Congresso, interveio nas províncias e designou uma equipe econômica de direita com nomes como Federico Pinedo e José Alfredo Martínez de Hoz.

¹²⁴ Em 1963 foram convocadas novas eleições (em que se mantiveram as restrições ao peronismo), quando se elegeu Arturo Umberto Illia, candidato da UCRP (União Cívica Radical do Povo). Ao assumir o poder, o primeiro ato de Illia foi o de eliminar as restrições que pesavam sobre o peronismo. Illia revogou também a proibição ao Partido Comunista. Criou em 1964 a Lei do Salário Mínimo e promulgou a Lei do Abastecimento, destinada ao controle dos preços da cesta básica e a fixação de valores mínimos de gratificações e pensões.

¹²⁵ Onganía foi presidente da Argentina após o golpe que depôs Arturo Illia (Revolução Argentina) em 28 de junho de 1966. Onganía interveio na autonomia das universidades; reprimiu tudo o que considerasse imoralidade (mini-saia, cabelos compridos para meninos...), reprimiu os movimentos artísticos de Vanguarda e acabou sofrendo a oposição de vários movimentos de insurreição popular que reuniu estudantes e trabalhadores de todo o país e também do interior. Em 1969, deu início ao movimento conhecido como *El Cordobazo* e o *Rosarioazo*. Em 1970, foi derrubado por uma junta militar.

¹²⁶ Em 1970 foi designado pela junta de comandante em chefe das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) para substituir Onganía. Ocupou a presidência menos de um ano, quando foi deposto por Alejandro Lanusse, comandante em chefe do Exército que esteve frente à Revolução Argentina.

Alejandro Lanusse (1971-73)¹²⁷ que a Argentina passou a aproximar-se mais dos países da América Latina e do Leste Europeu.

Em 1973 Juan Domingo Perón retornou ao poder com 60% dos votos, após breve governo de Hector Cámpora¹²⁸. Em termos de política externa, a Argentina passou a integrar o Movimento não-alinhado. Com a morte de Perón em 1974, Maria Estela Martinez de Perón, conhecida popularmente por Isabelita, sucedeu Juan com uma administração marcada no plano externo pela crise internacional do petróleo, e também por um período de extrema violência interna. Vários problemas econômicos assolaram o país que apresentava uma inflação galopante, que sofria os efeitos da suspensão das exportações de carne para a Europa e o aumento da dívida externa. Deposta em 1976 pelo Processo de Reorganização Nacional, ou seja, pelo golpe militar que durou até 1983.

Durante o regime militar houve abertura comercial e financeira, elevação da taxa de juros e sobrevalorização da moeda. Esse período foi marcado por grande especulação financeira. Como resultado, a Argentina teve o aumento significativo da dívida externa e sofreu com a desindustrialização e o desemprego (CANDEAS:26). A liberalização comercial levou à crise e quebra da indústria nacional. Entretanto, as relações com o

¹²⁷ Alejandro Lanusse governou a Argentina entre março de 1971 e maio de 1973. Seu governo foi marcado por certo pragmatismo. Restabeleceu relações diplomáticas com a China, repatriou o cadáver de Eva Perón; convidou Perón a retornar do exílio em 1972. Em termos econômicos, iniciou obras de infraestrutura e realizou reformas jurídicas. Lanusse, entretanto, teve baixo respaldo popular em seu governo. Tentou restabelecer a democracia em um período de contínuos protestos de peronistas e da classe trabalhadora. Após o Massacre de Trelew, quando em 1972, 19 presos políticos foram fuzilados, manter apoio ao seu governo, ficou difícil.

¹²⁸ O governo de Héctor Cámpora durou 49 dias. Cámpora foi o candidato do peronismo, já que Perón estava proibido de participar das eleições. Após 49 dias Cámpora renunciou, para que Perón voltasse a assumir o poder na Argentina, tendo como vice, sua esposa, Maria Estela Martín de Perón (Isabelita).

Brasil permaneciam estagnadas. A cooperação neste período ocorreu apenas no âmbito da sinistra OPERAÇÃO CONDOR.¹²⁹

A força da industrialização brasileira ampliou o diferencial de poder regional¹³⁰. De um lado o “milagre brasileiro” contrastava com a instabilidade política e econômica da Argentina, o que agravou os sentimentos de rivalidade e desconfiança entre os países.¹³¹ Até o início da década de 1980, permanecia um clima de hostilidades entre os vizinhos Brasil e a Argentina, agravado tanto pela visão que tinham os militares

¹²⁹ A Operação Condor envolvia a cooperação entre as ditaduras militares do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia e Paraguai.

¹³⁰ O processo de industrialização argentino se comparado ao brasileiro, apresenta grandes disparidades. Tendo se iniciado o processo industrial argentino também no pós-guerra, durante os anos 1930, com o processo de substituição de importações, a indústria argentina ainda assim era pequena e de principal ocupação estrangeira. Em 1935, o valor da produção industrial era cerca de 40% inferior ao setor agrário. Apenas em 1943, a indústria argentina superou a agricultura. O novo setor industrial só produzia bens de consumo e o país não investiu na industrialização pesada durante os primeiros anos de sua industrialização.

Para o desenvolvimento industrial argentino, o país precisaria importar bens de capital e também matéria-prima. Para a realização desse potencial industrial, a Argentina teria que aumentar o número das suas exportações ou pelo menos obter crédito no exterior. O país, comparado ao seu vizinho, o Brasil, apresentava escassez de reservas internas de carvão e de ferro, como também sofria com a ausência de fontes de energia adequadas e de transporte para as empresas industriais. A ausência de siderúrgicas também impediu neste momento, o desenvolvimento de uma indústria pesada no país.

A partir de 1944, algumas províncias do país passaram a incentivar a instalação de empresas em seus territórios para descentralizar as atividades que ocorriam na província de Buenos Aires, buscando assim, incentivar a industrialização de matérias-primas regionais, criar novas fontes de trabalho, elevar o nível de vida nas zonas atrasadas, reduzir as migrações internas e etc.

A década de 1950 foi marcada por um período de grande recessão no país. Havia se tornado imperioso decidir se o país manteria a industrialização por substituição de importações ou se investiria na indústria pesada. O governo de Arturo Frondizi (1958-1962) decidiu pela segunda opção. Foi lançado o segundo Plano Quinquenal. Com o Plano, decidia-se por desenvolver na Argentina os setores de metalurgia, siderurgia, química e também se investiria na área de transportes e de energia. Nos anos 1960, com a chegada do capital estrangeiro, houve grande especulação financeira e pouco investimento no crescimento interno do país. O modelo de Industrialização por substituição de importações foi abandonado e substituído pela implantação de empresas transnacionais na Argentina (ET)

¹³¹ A diferença dos níveis de industrialização entre Brasil e Argentina pode ser explicado pelo fato de que o processo de industrialização argentino entre 1946-1976 não teve força suficiente para desbancar o modelo agro-exportador. O desenvolvimento da indústria argentina nunca deixou de depender do setor agropecuário para o financiamento de sua expansão. Contudo, as exportações primárias argentinas não geraram divisas suficientes para a importação de um setor industrial operando em nível de pleno emprego. Sobre a evolução econômica argentina, ver: CUNHA, André Moreira & FERRARI, Andrés. As origens da Crise Argentina :Uma sugestão de interpretação. Disponível em:

argentinos que temiam a ocupação da província de *Misiones* pelo Brasil, enquanto os militares brasileiros falavam de uma possível tentativa dos argentinos em ocupar o Rio Grande do Sul. Durante esse período, os dois países desenvolviam seus programas nucleares e a Argentina declarava-se oficialmente contra a construção da hidrelétrica de Itaipu, na fronteira do Brasil e do Paraguai.

Apenas a partir da década de 1980, durante os governos de Raúl Alfonsín e José Sarney que a história destes países passaram a convergir rumo à integração e apoio mútuo, formando uma base mais sólida da cooperação regional pela assinatura de acordos bilaterais.

2.1-A Aliança estratégica entre Brasil-Argentina como chave para o desenvolvimento regional

Argentina e Brasil são as duas economias mais importantes da América do Sul. Quando em 1985, os dois países assinaram as Atas de Iguazu, encerraram uma era de desconfianças, aproximando mais os dois países.

Para Amado Luiz Cervo¹³², as relações bilaterais entre os dois países podem sustentar-se sobre quatro paradigmas principais: 1º A rivalidade histórica; 2º A dialética entre Conflito e Cooperação; 3º As relações cíclicas e por fim, o 4º paradigma que é o das relações em Eixo.

Sobre o primeiro paradigma sugerido pelo especialista, estaria por trás da rivalidade, um passado histórico colonial repleto de desconfianças mútuas: a disputa sobre o estuário do Prata, a diferença dos projetos políticos adotados pela Argentina e Brasil, após o processo de independência dos dois países (República x Monarquia); a diferença no pensamento geopolítico estratégico; a corrida armamentista; a guerra sanitária; a disputa por imigrantes, a rivalidade econômica e principalmente, a disputa por uma hegemonia regional.

Na década de 1970, por exemplo, havia se proliferado a idéia, inclusive entre a sociedade civil, de uma rivalidade geopolítica entre os dois países, o que retardava a integração. Nesta época, houve demonstrações, sobretudo na imprensa argentina, de hostilidade em relação ao país vizinho.

Um segundo paradigma, adotado por CERVO na relação entre as duas potências, seria o da **dialética entre conflito e cooperação**, que teria marcado e ainda marca as relações estabelecidas entre os dois países.

O Brasil de fato é o único país que atualmente apresenta um projeto específico e contínuo para a América do Sul, sendo a política externa brasileira em direção a América do Sul, um importante componente da construção de sua própria identidade internacional.

¹³² CERVO, Amado Luiz. Os paradigmas das relações Brasil-Argentina no Contexto da América do Sul. IN: Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.

Vale ressaltar que partiram de iniciativas brasileiras: o projeto da criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA); a reunião das Cúpulas Sul-Americanas com a criação da II RSA, iniciativa para a integração da infra-estrutura regional e mesmo a idéia de criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). O Brasil tem promovido a ampliação do MERCOSUL e inclusive vem aumentando os seus investimentos nos países vizinhos.¹³³ Entretanto, só foi possível o protagonismo brasileiro na região, após intenso processo de negociações com o seu parceiro principal, a Argentina.

A expansão da integração sul-americana ocorreu ainda na década de 1980, quando Brasil e Argentina se alinharam pela não proliferação nuclear e pelo controle da tecnologia de mísseis.¹³⁴ É importante ressaltar que a parceria comercial entre Brasil e Argentina é constante desde o século XIX. A Argentina sempre foi o segundo, terceiro, quarto parceiro comercial do Brasil. Politicamente, ao longo do século XX, durante o projeto desenvolvimentista dos dois países, houve alinhamento nos governos de Vargas, Perón, Frondizi e Juscelino Kubitschek. Nesta época, os dois países adotaram projetos comuns sobre o desenvolvimento. Entretanto, a oscilação da cooperação e do conflito estiveram presentes nos seguintes acontecimentos: Em 1961, os dois países assinavam o **ACORDO DE URUGUAIANA**¹³⁵; em 1968, assinaram o **TRATADO DA BACIA**

¹³³ Somente na Argentina, após a crise de 2001-02, já existe pelo menos 200 indústrias brasileiras neste país.

¹³⁴ Desde 1985 existe o CABIO, Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia, que reúne pesquisadores dos dois países

¹³⁵ Pelo Acordo de Uruguaiiana Brasil e Argentina “concordaram então em afastar as desconfianças que os dois países reciprocamente alimentavam, bem como buscaram superar por um esforço comum de cooperação a antiga rivalidade”. Dentre os vários acordos que ficaram estabelecidos nos textos da Convenção de Amizade e Consulta e da Declaração de Uruguaiiana pode-se citar a defesa por uma maior cooperação nos campos econômico, financeiro, judiciário e cultural, além do estabelecimento de uma ação comum na solução de problemas internacionais. O acordo não teve boas repercussões na Argentina, principalmente entre os militares, que temiam uma postura extremada de Quadros frente às questões internacionais.

DO PRATA¹³⁶; em 1979, foi a vez de assinarem o **ACORDO TRIPARTITE** para equacionar o conflito sobre as águas ; em 1980, foi realizado o primeiro **ACORDO DE COOPERAÇÃO NUCLEAR**; em 1986, os dois países assinaram os **PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO**, em 1988, assinaram especificamente o **TRATADO DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA** e em 1991, finalmente, assinaram o **TRATADO DE ASSUNÇÃO**, formando o MERCOSUL.

Pode-se afirmar que o MERCOSUL foi o herdeiro da aproximação da segurança geopolítica na região. A partir da assinatura do Tratado de Assunção, houve um significativo aumento no comércio entre os dois países além de um aumento no fluxo do turismo.

Entretanto, a partir de 1999, o MERCOSUL entrou em uma fase de estagnação e de crise. Não se pode negar que o projeto MERCOSUL como União Aduaneira ainda é bastante ambicioso, e que a disposição efetiva das duas sociedades fundamentais (Brasil e Argentina) de ceder soberania ainda é baixa.

Na visão do Prof^o Eduardo Viola¹³⁷:” (...) 70% da economia do Mercosul é representada pela economia brasileira – trata-se de um fator decisivo e contrário à renúncia da soberania nacional, porque é uma lógica inevitável da economia maior, se o interesse não for favorável à construção de uma autoridade supranacional e vendo a

¹³⁶ Pelo Tratado da Bacia do Prata os dois países se comprometeram a desempenhar uma ação conjunta para o desenvolvimento harmônico e equilibrado, assim como o aproveitamento dos grandes recursos da região, assegurando a sua preservação, para as gerações futuras, através da utilização racional dos recursos.

¹³⁷ VIOLA, Eduardo. Síntese Histórica do Mercosul. IN: Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.

resistência do maior negando-se à cooperação e integração.'
(VIOLA,Eduardo,2006:21)

Ao analisar o terceiro paradigma de Amado Cervo, em que as relações bilaterais entre Brasil e Argentina são compreendidas como uma relação cíclica, repara-se que este paradigma está diretamente ligado à oscilação das posturas adotadas pelas duas potências ao longo dos anos.

Na década de 1990, a Argentina teve um processo aceleradíssimo de interdependência financeira, marcada, sobretudo, pelo *currency board*, a conversibilidade da moeda. Ao abrir-se totalmente em seu setor financeiro e sem apresentar um crescimento comercial, o fenômeno da globalização na Argentina correspondeu apenas parcialmente à interdependência produtiva¹³⁸

Entre 1992-1998, a economia argentina cresceu em matéria de investimento internacional, mas deixou de imprimir moeda. Segundo o Prof^o Eduardo Viola, a Argentina apresentou problemas em aumentar sua produtividade e competitividade industrial. Em suas palavras:” *Trata-se de um problema estrutural da indústria, com cultura voltada muito mais para procurar relações privilegiadas com o Estado do que se expor à competição global e aumentar sistematicamente a produtividade.*”(VIOLA, Eduardo.2006:28). Para Viola, a Argentina esteve na contramão da globalização, taxando as suas exportações e afetando sua própria produtividade no *agrobusiness*.

No início do século XXI, houve um crescimento gradual do aumento da interdependência no Brasil, enquanto na Argentina, a mudança radical do regime do ponto de vista financeiro, ocasionou a quebra de contratos nacionais e internacionais,

¹³⁸ O governo de Carlos Menem (1989-2000) esteve marcado pela privatização das empresas estatais, pelo ingresso dos recursos externos, pelo controle da inflação e de um relativo crescimento econômico devido ao atrelamento do câmbio ao dólar.

diminuindo assim a credibilidade da Argentina junto aos agentes econômicos nacionais e internacionais. O Brasil conseguiu cumprir seus contratos internacionais e internos e manteve a credibilidade da sociedade internacional em relação ao cumprimento de seus contratos.

Sobre o panorama do início da crise econômica argentina, destaca LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA:” *A expectativa de que a Argentina deixasse de cumprir seus compromissos externos, e cometesse um **default** nos pagamentos externos era perfeitamente previsível desde 1998, o que aprofundou a desconfiança e estabeleceu o círculo vicioso da especulação internacional, principalmente depois da crise financeira internacional que atingiu o Brasil no início de 1999*¹³⁹

A Argentina ao final de 1999 tinha um déficit na conta corrente do balanço de pagamentos da ordem de US\$12 bilhões e um déficit na Balança Comercial da ordem de US\$ 2,17 bilhões. (MONIZ BANDEIRA,Alberto:2007:109) A crise econômica e financeira levou a agitação nas ruas de Buenos Aires, e a Argentina vivenciou uma intensa instabilidade na política. Em menos de duas semanas, a Argentina teve cinco presidentes da República¹⁴⁰ e seu PIB em 2002, caiu cerca de 10,09%.

¹³⁹ Durante a crise de 1999 no Brasil, FHC optou pela desvalorização do Real em relação ao Dólar e recorreu ao FMI.

¹⁴⁰ Após as críticas feitas ao governo Menem por corrupção e incapacidade de combater o desemprego e a recessão, a união entre a UCR e o FREPASO deu origem a uma nova força política que elegeu **Fernando De La Rúa** entre 1999 e 2001. A partir de 2001, com o resultado dos protestos populares conhecidos por *panelazo*, o presidente de La Rúa renunciou. **Ramón Puerta** assumiu interinamente a chefia do poder executivo após a renúncia De La Rúa, permanecendo apenas dois dias no poder. Ramón Puerta convocou a Assembléia Legislativa que elegeu o advogado **Adolfo Rodríguez Saá Paez Montero** como presidente interino da Argentina. Seu governo durou apenas sete dias, quando renunciou em 30/12/2001. Após a renúncia de Saá Paez Montero, desta vez, o justicialista **Eduardo Camaño** foi eleito presidente interino do país, cargo que permaneceu por dois dias (31/12/2001 a 01/01/2002). Camaño foi então sucedido pelo justicialista **Eduardo Albero Duhalde Maldonado**. Duhalde permaneceu como presidente interino da Argentina de 02 de janeiro de 2002 até a posse de Nestor Kirchner, em 25 de maio de 2003.

Em 2000, empresas argentinas migravam para o Brasil. Segundo dados da *Unión Industrial Argentina*, mais de 100 empresas mudaram para o Brasil, com ênfase ao setor automotor.¹⁴¹ O governo de Fernando de la Rúa, juntamente com a Secretaria de Indústria argentina, lançaram uma bateria de medidas tentando conter esta evasão, através da concessão de créditos para que os empresários argentinos conseguissem capital para que promovessem a importação de bens de capital.

De acordo com o artigo publicado no periódico Clarín, do dia 04 de fevereiro de 2000: "*Algunos de los beneficiados serían la industria autopartista, la de maquinas herramienta, la curtidora y la agroindustria.(...) El criterio de selección será simple: que agreguen valor a la cadena de producción y que estean em condiciones de insertarse em países fuera del Mercosur.*"¹⁴² Na ocasião, a iniciativa industrial estaria inserido no *Plano Pro Competitividad* elaborado pelo Ministro da Economia, que incluía um regime de admissão temporária das importações não produzidas no interior do MERCOSUL.

As relações comerciais entre Brasil-Argentina passaram por situações delicadas, de desconfiança, de protecionismo, sobretudo por parte dos argentinos.

Vale destacar, inicialmente, que foram lançadas medidas de proteção sobre o setor de calçados na Argentina, no sentido de impedir a entrada maciça no país deste produto brasileiro. Em nota, o jornal Clarín publicou em 28 de janeiro de 2000, no

¹⁴¹ As vendas de automóveis na Argentina no mercado interno, em janeiro de 2000 foram de 19.606 unidades, representando um baixa de 13,3% em relação a dezembro de 1999. Entretanto, a produção teria sido de 21.776 veículos, o que equivale a uma queda de 33,6% em respeito ao mês anterior. Esses dados foram fornecidos pela Asociación de Fabricantes Automotores (ADEFA), citados como nota, no artigo: CERIOTTO, Luis. Medidas de Economía para frenar el éxodo de empresas a Brasil. Artigo publicado no jornal Clarín. BUENOS Aires: 04 de fevereiro de 2000.

¹⁴² CERIOTTO, Luis. Medidas de Economía para frenar el éxodo de empresas a Brasil. Artigo publicado no jornal Clarín. BUENOS Aires: 04 de fevereiro de 2000.

caderno de economia, o seguinte:” *Las importaciones de Calzado provenientes de países extra Mercosur cayeron 49,8% durante 1999 pasado, com relación a 1998, según la Cámara que agrupa a los importadores. La baja contrasta con el incremento de las importaciones desde Brasil, que superaron em más de um 50% el cupo de 11 millones de pares. La disminución extra-Mercosur sería consecuencia directa de los cupos a la importación de calzado de três países (Malasia, China y Singapur). Esos cupos vencen el 25 de febrero, pero em la Secretaria de Industria se está analizando pedir su renovación.*”¹⁴³

Houve também por parte da Argentina, um freio sobre as importações de frangos do Brasil. A Secretaria de Agricultura em 04 de fevereiro de 2000 aplicou novas medidas sanitárias, buscando preservar os setores argentinos em que o Brasil fosse o país mais competente e competitivo do MERCOSUL. Em artigo publicado no Clarín, Roberto Domenech, titular del Centro de Empresas Procesadoras Avícolas (CEPA) declaró sobre a medida:” *buena señal em médio de esta invasión de pollos brasileños que está destruyendo progresivamente a la industria avícola nacional*” e continuou:” *Reconocemos que Brasil es el motor de Mercosur y nuestro principal sócio, pero también es tiempo de recortarle ciertos privilegios*” . O artigo atribui a culpa das tensões estabelecidas entre Brasil e Argentina à desvalorização do real, ocorrida em 1999, o que teria deixado em desvantagem competitiva os produtos locais argentinos.¹⁴⁴

Migraram também para o Brasil empresas têxteis e do setor alimentício. A desvalorização brasileira provocou uma queda de 40% no salário médio do trabalhador industrial do Brasil. Essa diferença do custo salarial, entre empresas Argentina e

¹⁴³ Importaciones de Calzado em la Mira. Publicado pelo Clarín: Caderno de economia. Buenos Aires: Miércoles, 26 de enero de 2000. P.19

¹⁴⁴ “Freno a los pollos Brasileños”- Agricultura aplica Controles por uma enfermedad de las aves. Publicado pelo Clarín. Sabado, 05 de febrero de 2000. Buenos Aires, cuaderno de economia, p.22

brasileiras foi um verdadeiro golpe para a Argentina. O embaixador argentino no Brasil, José Uranga afirmou em 2000 que a consolidação e o avanço do MERCOSUL não seria uma tarefa fácil e que os países enfrentavam “um mau momento.”

Para Eduardo Viola, seria melhor para o Brasil, se flexibilizasse o MERCOSUL, que optasse por abandonar a união aduaneira e transformá-la em uma área de livre comércio plena, visto que a lógica relacionada à estabilidade institucional Argentina permanentemente resulta em situações de excepcionalidade, transformando a união aduaneira na região, em uma união bastante imperfeita.(VIOLA.Eduardo200623).

O Brasil é o candidato lógico para financiar o MERCOSUL e o próprio processo de Integração. Entretanto, o país está bem longe de poder financiar este processo integrativo sozinho, caso o Brasil tivesse essa possibilidade, não resta dúvidas, de que a resposta da integração seria mais positiva nos outros países, a começar pela própria Argentina.

Tabela 9

Intercâmbio Comercial Brasil - Mercosul US\$ FOB			
Exportações	2004	2005	2006
Argentina	7.373.217.826	9.915.423.497	11.713.819.074
Paraguai	871.844.907	961.092.561	1.230.507.661
Uruguai	667.048.159	849.577.665	1.006.099.582

Fonte: Aliceweb

Tabela 10

Intercâmbio Comercial Brasil – Mercosul			
Importações	2004	2005	2006
Argentina	5.569.723.302	6.241.072.699	8.053.681.253
Paraguai	297.825.436	318.935.985	295.904.197
Uruguai	522.855.590	493.684.111	618.224.396

Fonte: Aliceweb

Tabela 11

Relação Comercial Brasil x Mercosul - Em US\$ FOB					
	2006	Var. %	2005	Var. %	2004
Exportações	13.950.426.317	18,97	11.726.093.723	31,57	8.912.110.892

Importações	8.967.809.846	27,14	7.053.692.795	10,38	6.390.404.328
Saldo	4.982.616.471	6,64	4.672.400.928	85,29	2.521.706.564
Corrente de Comércio	22.918.236.163	22,04	18.779.786.518	22,72	15.302.515.220

Fonte: Aliceweb

Tabela 12

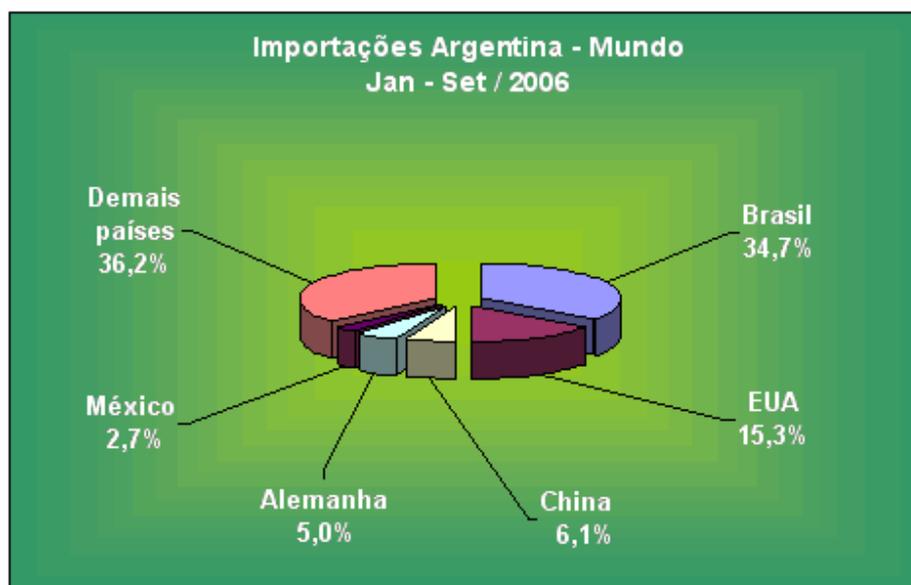
Balança Comercial Brasil - MERCOSUL/ 2006			
Valores em US\$ FOB			
Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
857.531.948	613.738.125	243.793.823	1.471.270.073
947.272.491	541.545.030	405.727.461	1.488.817.521
1.148.980.027	686.305.379	462.674.648	1.835.285.406
1.037.449.967	650.451.519	386.998.448	1.687.901.486
1.146.147.017	691.440.903	454.706.114	1.837.587.920
1.114.537.025	683.239.181	431.297.844	1.797.776.206
1.362.224.977	842.776.520	519.448.457	2.205.001.497
1.339.241.914	781.420.207	557.821.707	2.120.662.121
1.261.367.269	804.685.034	456.682.235	2.066.052.303
1.266.480.549	934.208.938	332.271.611	2.200.689.487
1.269.519.928	834.778.025	434.741.903	2.104.297.953
1.199.673.205	903.220.985	296.452.220	2.102.894.190
13.950.426.317	8.967.809.846	4.982.616.471	22.918.236.163

Fonte: Aliceweb

O quarto e último paradigma são os das relações de Eixo. Esse paradigma se originou da chamada “complementação econômica”. Segundo tal complementação, a posição do Brasil como país tropical e industrial e da Argentina, como um país temperado e agrícola, deve determinar a estratégia política da relação de eixo entre os dois países. A verdade é que as relações de eixo se fortaleceram, já que esse tipo de relação propõe uma relação bilateral especial, com vistas a elaboração de uma política

comum. Nas relações específicas entre Brasil e Argentina se esconde ainda uma disputa pela liderança regional e nesta relação, o fator preponderante ainda é o econômico.

Figura 15



Fonte: MDIC/SECEX

2.2- A Crise de 2001 e seus efeitos na economia da Argentina

A Argentina após ter atravessado a década de 1990, como economia-modelo, na posição de aliada incondicional dos EUA, teve que enfrentar a crise financeira de 2001, praticamente sem receber o apoio de Washington.

A crise Argentina foi iniciada ainda no final do governo de Carlos Saúl Menem¹⁴⁵ (1989-1995), quando o governo adotou a ortodoxia monetária. Menem se afastou do sindicalismo e das alianças sociais e econômicas que historicamente, apoiavam o peronismo. Houve uma aproximação das elites liberais e seguiu-se exatamente o *establishment* financeiro internacional. Em outras palavras, Menem adotou

¹⁴⁵ O governo de Carlos Saúl Menem representou a primeira sucessão constitucional desde 1928. Menem em sua campanha eleitoral prometeu “salariazo” e a “revolução produtiva na Argentina”. No entanto, encontrou uma Argentina marcada pela hiperinflação, pela desvalorização monetária e havia evidências de violência social por toda parte, como herança do Regime Militar ou “Guerra Suja.”

a cartilha do Consenso de Washington optando por alinhar-se aos Estados Unidos, mantendo “relações carnis”, nas palavras de Guido di Tella, com esse país.

Menem realizou as reformas estruturais de desregulamentação econômica na Argentina, de liberalização comercial e financeira. Privatizou empresas nacionais, realizou a reforma fiscal e em 1991, através do ministro Domingo Cavallo, lançou o plano da conversibilidade, estabelecendo a paridade peso-dólar a fim de reduzir a inflação. Aprovou ainda pelo Congresso, a lei de Emergência Econômica em que suspendeu todos os subsídios, privilégios e regimes de promoção, além de ter autorizado a demissão de empregados estatais.

Inicialmente, Domingo Cavallo (ministro da Economia) conseguiu controlar o déficit fiscal a partir dos recursos que provinham das privatizações e também ao acesso do crédito externo.¹⁴⁶ Aparentemente, a Argentina gozava de prosperidade. A partir de 1995, com a desaceleração da economia, com o aumento da taxa de juros, somado às crises mexicana (1994) e asiática (1997), as economias emergentes foram perdendo sua credibilidade no cenário internacional. Em 1996, o ministro Cavallo renunciou.

As denúncias de corrupção ao segundo governo de Carlos Menem, somadas a um quadro econômico-social de deterioração, resultaram na mudança do voto argentino nas urnas, que votou contra o peronismo, nas eleições de 1999. As eleições foram vencidas pela aliança estabelecida entre a UCR (Unión Cívica Radical) e a Frepaso (Frente para um País Solidário)¹⁴⁷. Iniciava-se o governo de Fernando de la Rúa.

No entanto, a Aliança mostrou-se insuficiente para administrar o país, sobretudo em um momento de grave crise econômica. Domingo Cavallo retomou seu lugar como

¹⁴⁶ As primeiras privatizações foram da ENTEL (empresa de telefonia) e da Aerolineas Argentina.

¹⁴⁷ A Frepaso constituiu a nova força oposicionista nascida da dissidência da centro-esquerda peronista, insatisfeita com a orientação “neoliberal” adotada por Menem.

ministro da economia argentina. Dessa vez, o objetivo de Cavallo era o de desenvolver uma blindagem financeira contra a especulação. Sendo assim, aumentou os impostos e anunciou o plano “*déficit zero*”. Nestes anos, as relações bilaterais com o Brasil foram diretamente afetadas, sobretudo após a desvalorização do Real ocorrida em 1999, o que tornou os produtos brasileiros mais baratos do que os argentinos neste último país, acentuando a rivalidade.

Enquanto crescia a deterioração social argentina e a desorganização econômica, especialmente sobre a pressão dos *panelazos*, ocorreram saques e violentas manifestações nas ruas. O ministro Cavallo e o presidente De la rúa renunciaram.

Pode-se afirmar que a crise foi resultado da insistência a todo custo de se manter a rígida vinculação do peso argentino ao dólar americano. Para Paulo Nogueira Jr *“Produziu-se, assim, um verdadeiro desastre econômico e uma crise social e política que terminou por provocar a renúncia de La Rúa, dois anos antes do final do fim do mandato para o qual fora eleito.”*¹⁴⁸. Entre os fatores externos da crise, é possível assinalar a volatilidade dos fluxos internacionais de capital que entravam nos países emergentes. Internamente, a Argentina também enfrentou a dificuldade de dar impulso a suas exportações.

A crise que se instalou na Argentina é típica de uma crise da economia internacional contemporânea globalizada. Para Carlos Bruno e Daniel Chudnovsky¹⁴⁹: *“Las crisis cambiarias y bancárias (o sistêmicas) han tenido lugar em um contexto internacional caracterizado por flujos de capital privado hacia los países emergentes, favorecidos pela apertura de la cuenta de capital que dichos países han*

¹⁴⁸ JUNIOR, Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. Estudos Avançados, 19. 2005

¹⁴⁹ BRUNO, carlos. CHUDNOVSKY, Daniel (org). ¿Por Qué Sucedió? Las Causas Económicas de la reciente Crisis Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

encarado como parte de las reformas pro mercado que se ponen en marcha a partir del denominado Consenso de Washington.”(BRUNO, C. CHUDNOVSKY,D.2003:10)

O FMI, em 2000, ou seja, no período prévio a crise de 2001, outorgou empréstimos substanciais ao país, mesmo diante da evidência de que o contexto sócio-político vigente tornava inviável o cumprimento das condições previstas pelo FMI, para que a Argentina superasse a crise (dentro do programa de conversibilidade). Uma vez que o país adotou as medidas sugeridas pelo FMI, no lugar da assistência financeira, o organismo não socorreu a economia argentina no auge da crise. Houve conseqüentemente, a saída de investidores externos e internos da Argentina¹⁵⁰

Por outro lado, durante o período em que a Argentina era vista com desconfiança por Washington, o então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, sustentava que continuaria confiando no seu principal sócio- comercial do MERCOSUL.

Foi no governo de Eduardo Duhalde e sobretudo, no governo de Néstor Kirchner, que a Argentina reorganizou-se, recuperou a sua autonomia e retomou o seu crescimento econômico, enfrentando com determinação, as pressões vindas de seus credores externos, como dos países do G-7 e do FMI.

Duhalde lançou como meta, a recuperação da indústria nacional argentina. Assim, no início de 2002, o presidente encerrou a conversibilidade e adotou a *pesificação assimétrica*, compensando os bancos pelos prejuízos que tiveram no país com o *corralito*.¹⁵¹

¹⁵⁰ A Argentina tinha uma longa história de não-cumprimentos de seus acordos com o FMI (havia até então cumprido apenas 4 de 19 acordos com o Organismo. A decisão de Washington foi mesmo a de não socorrer a economia Argentina.

¹⁵¹“Procurando diferenciar-se de De la Rúa, acusado de falta de decisão para sair da conversibilidade que manteve o peso e o dólar atrelados de forma fixa durante dez anos, Duhalde eliminou esse sistema

Com a posse do Ministro da Economia Roberto Lavagna, a Argentina iniciou seu processo de recuperação. Houve a retomada do crescimento econômico e o governo passou a lançar programas de subsídios sociais para conter o drama social. Houve um desinteresse evidente dos países ricos, em conter a crise argentina. Foi então que esse desinteresse resultou no aprofundamento das relações estabelecidas com o MERCOSUL, sobretudo com o Brasil.

As empresas brasileiras passaram a investir na Argentina em crise, enquanto muitas empresas se retiravam. Com a eleição de Lula no Brasil, fortaleceu-se ainda mais a cooperação bilateral entre os dois países. Eduardo Duhalde, em visita ao presidente Lula reafirmou suas intenções de aprofundar as relações entre as duas nações.

Entretanto, o cenário político de 2003, com a eleição do peronista Néstor Kirchner trouxe para a Argentina, novas bases para o processo de sua “refundação econômica”. A chegada de Kirchner ao poder implicou em um próprio retorno ao peronismo. Na análise do Profº Drº Antonio Carlos Peixoto: *“Em 1989, quando [Carlos]Menem foi eleito e assumiu (...) - ele jogou o peronismo numa trilha de direita, ou pelo menos daquilo que é chamado de direita na América do Sul: relações mais próximas com os Estados Unidos(...).”*Menem deu uma guinada, tirou o peronismo do

cambial para substituí-lo, primeiro por uma paridade 1 dólar/1,40 pesos e depois aplicar a livre flutuação do peso, com intervenções do Banco Central. O novo presidente declarou o default de uma vultosa dívida pública e esperou tempos mais propícios para enfrentar uma nova negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que lhe permitisse embolsar os 9 bilhões de dólares pendentes de recebimento do último acordo, e com esperança de obter dinheiro novo. O corralito foi instituído para impedir a quebra do sistema financeiro, ante uma corrida aos bancos, e evitar uma crescente falta de liquidez. Muitas coisas ocorreram desde aquele 3 de dezembro de 2001, mas os problemas de fundo da Argentina não deixaram de aumentar. O corralito se transformou num constante problema político, econômico e social para o governo, que complicou as coisas em fevereiro, ao decidir por uma pesificação assimétrica dos depósitos e créditos concedidos. dos depósitos e créditos concedidos. Assim, os depósitos foram pesificados ao câmbio de 1,40 pesos por dólar, ao passo que os créditos concedidos pelos bancos receberam um tratamento ao par (1 por 1). A diferença, 20 bilhões de dólares, seria paga pelo governo aos bancos, em títulos. “ Nota citada a partir do artigo: [Seis meses de corralito não evitaram crise](http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2002/not20020601p30896.htm). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2002/not20020601p30896.htm> publicado em 2002.

*caminho que ele historicamente seguia, Kirchner chegou ao poder e dá a retificada. (...)Ele retifica,não ratifica Menem.”*¹⁵² E com isso, voltaram as bases do velho peronismo, mais voltado à esquerda. No que diz respeito ao plano externo, a diplomacia portenha de Néstor Kirchner passou a reivindicar por uma “reinserção justa” da Argentina, no cenário internacional.

A proliferação de crises cambiais e financeiras que ocorreram não apenas na América Latina, mas em outras regiões, abalou a confiança na desregulamentação das economias e a liberalização dos fluxos internacionais de capital.

Houve uma reação política nestes países, onde partidos e coligações moderadamente reformistas ou de “centro-esquerda” passaram a vencer as eleições presidenciais em alguns países, abandonando as políticas recomendadas tanto pelos Estados Unidos, como pelas entidades multilaterais de crédito. (JUNIOR, Paulo Nogueira.2006:66) .Para Roberto Amaral¹⁵³:”(...) *houve a preeminência das grandes massas no processo político materializada nos governos de Hugo Chávez na Venezuela, Kirchner na Argentina, Lula no Brasil, Tabaré Vázquez no Uruguai, Michele Bachelet no Chile, Rafael Corrêa no Equador, Evo Morales na Bolívia e, no Peru, embora não logrando as eleições no segundo turno, a extraordinária votação de Ollanta Humala”*.

Néstor Kirchner ao assumir o poder na Argentina, consolidou sua autoridade e popularidade, garantindo o crescimento econômico da Argentina, a partir do desenvolvimento de uma política audaciosa, completamente oposta as recomendações de Washington. Houve a negociação da dívida de 2001, mantendo a moratória da dívida por prazo indefinido. O socorro do FMI e de alguns países do G-7 só veio a acontecer

¹⁵² PEIXOTO, Antonio Carlos. *As muitas Américas do Sul*. Disponível em: www.gramsci.org, artigo publicado em novembro de 2006.

¹⁵³ AMARAL, Roberto. *As eleições de 2006 e as massas: uma emergência frustrada?* IN: Comunicação & Política/ Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos – VOL.25,n.I (Janeiro-Abril 2007).p.11

no final do ano de 2002 através de um acordo temporário. Acredita-se que a intervenção norte-americana veio sobretudo como estratégia para que a Argentina não optasse por um governo mais “dirigista” e como meio de preservar a estabilidade macroeconômica.

2.3 A política externa Argentina no governo de Néstor Kirchner: avanços e retrocessos no MERCOSUL.

Após 15 meses do governo provisório de Eduardo Duhalde (janeiro de 2002 a maio-2003), assumiu a presidência da Argentina, em março de 2003, o peronista Néstor Kirchner. Como primeiro presidente eleito democraticamente, depois da crise política, econômica e social e dezembro de 2001, seu principal desafio foi vencer a instabilidade do país. Néstor Kirchner lançou-se a uma ofensiva publicitária de esquerda e principalmente, anti-liberal. Os primeiros anos do mandato de Kirchner referiam-se também a importância do Brasil na política externa Argentina.

No início do seu mandato, Kirchner tomou medidas que tiveram grande impacto popular: destituiu a cúpula militar dias após de assumir o poder; trocou a Polícia Federal, promoveu a intervenção do PAMI (organismo social argentino)¹⁵⁴ e reabriu dois processos contra a ditadura militar (1976-83) por violação dos Direitos Humanos.

Até 2005, seu governo registrou avanços espetaculares, com altíssima taxa de crescimento econômico (mais de 9% anual). O presidente realizou acordos com os credores da dívida externa argentina (que havia entrado em default em 2002), e durante

¹⁵⁴ O PAMI (PROGRAMA DE AJUDA MÚTUA INTEGRAL) é o organismo social mais importante do país, administrado pelo Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (INSSJP), um organismo autônomo do Estado, que foi normalizado, durante o governo do ex-presidente Eduardo Duhalde (2002-2003).Nestor Kirchner ao ocupar a presidência buscou avançar na regularização do PAMI, em especial, em virtude das denúncias de corrupção da instituição que recebe fundos volumosos.Kirchner promoveu uma espécie de “moralização” do PAMI.

o seu governo, houve a diminuição do desemprego e da pobreza. Até 2005, Kirchner conseguiu manter uma taxa de inflação razoavelmente baixa.¹⁵⁵

Entretanto, a partir de 2005, a inflação no país cresceu muito, e houve uma ruptura entre o ministro da economia Roberto Lavagna e o presidente Kirchner. Para Lavagna, a inflação deveria ser combatida com métodos ortodoxos (alta de juros, contenção de aumentos indiscriminados de salários, controle rigoroso de emissão de moeda), entretanto, para Kirchner, a inflação deveria ser contida a partir de métodos heterodoxos, como acordos de preços. Pela ausência de autonomia em seu ministério, Lavagna renunciou. Com a saída de Roberto Lavagna, assumiu seu lugar no ministério da Economia argentino, Felisa Miceli¹⁵⁶, que manteve as medidas macroeconômicas adotadas anteriormente, como: um superávit fiscal, a desvalorização da moeda, e a concessão de benefícios para incentivar a indústria nacional. Contudo, após denúncia de corrupção a ministra também foi afastada do cargo.

Houve inegavelmente, um crescimento da economia argentina e o governo de Néstor Kirchner realizou grandes investimentos em saúde, educação e pesquisas científicas. Em sua política interna, o presidente recusou-se a manter o liberalismo e o monetarismo, mas também não exagerou no estatismo, nem diminuiu a ação da iniciativa privada no país. Mas, o personalismo peronista, este esteve caracterizado pela popularidade alcançada através do governo de Néstor Kirchner .

¹⁵⁵ Artigo: Um balanço do governo Kirchner. Disponível em: <http://port.pravda.ru/mundo/27-09-2007/19434-balancokirchner-0>

¹⁵⁶ Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra na história política da Argentina. Antes de assumir, era a Presidente do Banco de La Nación. Foi afastada do cargo durante investigações sobre corrupção.

Embora a política exterior argentina sempre tenha sido menos priorizada do que da política interna do país¹⁵⁷, houve avanços neste setor: Foi determinado o fim do alinhamento automático com os EUA, houve a expansão do MERCOSUL e o aprofundamento das relações deste país com outros países sul-americanos, especialmente com a Venezuela e com a Bolívia.

Em uma ação conjunta com o Brasil e com a Venezuela, Kirchner concordou com a entrada da Bolívia na possível criação de um *gasoduto* na América do Sul.¹⁵⁸

Com o Brasil, em 2004 foi assinada a Ata de Copacabana, quando em reunião, ocorrida no Rio de Janeiro, em 16 de março de 2004, os Presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva decidiram continuar aprofundando a associação estratégica entre ambos os países e definir uma posição convergente nos grandes temas comuns.

Os dois países também assinaram o CONSENSO DE BUENOS AIRES, onde se comprometeram manter a aliança bilateral, e determinaram, entre vinte pontos do documento, que os dois países pagariam suas dívidas, mas que dariam prioridade ao

¹⁵⁷ A trajetória da política externa argentina tende a associar a postura deste país a uma postura isolacionista diante do cenário latino-americano. A historiografia recente tenta desconsiderar a idéia de especialistas que consideraram a chancelaria argentina ineficaz. Na literatura, os próprios argentinos costumam colocar sua chancelaria atrás da brasileira e da chilena em termos de eficiência. Esta visão apenas se modificou após a Ditadura Militar Argentina (1976-83), quando política externa argentina mostrou-se mais agressiva e quando houve uma maior proximidade deste país com o Brasil.

¹⁵⁸ A Bolívia possui a segunda maior reserva de gás natural da América do Sul, estimada em 48,7 trilhões de pés cúbicos. A primeira é a venezuelana, avaliada em 151 trilhões de pés cúbicos. Sobre encontro entre Lula, Kirchner e Chávez, para discussão do gasoduto ver artigo: [Chávez, Kirchner e Lula querem Bolívia em gasoduto](#)

crescimento econômico. Comprometeram - se com a questão social de seus países, com a geração de emprego e o combate à pobreza¹⁵⁹

A Argentina como país tem uma peculiaridade histórica dentro do cenário latino-americano.

Historicamente, a Argentina sempre enfrentou uma questão-chave norteadora de sua política exterior: a equação Europa- Estados Unidos. Ainda no século XIX, era comum que a Argentina virasse as costas aos seus vizinhos do continente Americano, em busca da ampliação de suas relações com a Europa.¹⁶⁰ No século XXI, a condição da Argentina é outra, e sua projeção externa depende do Brasil e exclusivamente, do sucesso do MERCOSUL.

Durante o século XX as relações entre os EUA, a Argentina e o Brasil adquiriram um caráter mais triangular. Quando Brasil e Argentina buscaram, em distintos momentos, o alinhamento a Washington, entre outros de seus objetivos estava à busca de um contrapeso para conseguir restringir o poder do outro na América do Sul.

É possível afirmar que nas relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, há interesse recíproco dos dois países em manter um estreito relacionamento. Brasil e Estados Unidos constituem as duas maiores massas geográficas, demográficas e, apesar da assimetria, econômicas do hemisfério. Este dado cartográfico demonstra que nenhum

¹⁵⁹ CARMO. Márcia. Consenso de Buenos Aires é recebido com apatia. Artigo publicado pela BBC. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/10/031015_marciamp.shtml

¹⁶⁰ Em 1880, os principais parceiros comerciais eram a França(29,9%), a Bélgica (26,6%) e a Grã-Bretanha(9,9%). Duas décadas depois, o Reino Unido ocupava o primeiro lugar (20,7%) seguido pela Alemanha(17,4%), França(16,5%) e Bélgica (15,6%). Dados retirados da obra: PARADISO,Jose. Um Lugar no Mundo-A Argentina e a Busca de Identidade Internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P.38.

pode prescindir do outro. Para a Argentina não há projeção externa senão através da força política da aliança com o Brasil e consequentemente, com os EUA.

2.3.A aproximação das políticas externas argentina e venezuelana como reação ao poder de potência brasileiro.

A entrada da Venezuela no bloco sem dúvida representou um contrapeso importante para os argentinos, que estão sempre receosos com a posição de protagonista regional ocupada pelo Brasil. Em 2005, Hugo Chávez, presidente venezuelano e Néstor Kirchner estreitaram suas relações político-econômicas.

Ao contrário da posição tomada pelo presidente brasileiro de não expor-se contra os EUA, Néstor Kirchner e Hugo Chávez fizeram declarações públicas contra os EUA e a proposta da ALCA sobre os países latino-americanos. A posição venezuelana de reduzir a dependência dos EUA e aumentar a cooperação sul-sul através do processo de integração via MERCOSUL, levaram o país a abandonar o CAN, fortalecendo politicamente a região. Chávez reafirmou que a prioridade de seu governo estaria no aprofundamento das relações com os países do bloco.

A balança comercial entre os dois países (Venezuela e Argentina), em 2004, superou a casa dos U\$500 milhões de dólares e em 2005, foi estimada em U\$ 1 bilhão.¹⁶¹ Chávez mantém a política de compra de “bônus da dívida pública argentina”, que ele mesmo chama de “bônus Kirchner”, apoiando a recuperação da economia desse país.

Por outro lado, o Brasil é cauteloso com a posição tomada pela Venezuela em relação a uma possível liderança do bloco regional do MERCOSUL. Hugo Chávez defende por parte dos países sul americanos a criação de uma *Alternativa Bolivariana*

¹⁶¹ WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Reunidos, Kirchner e Chávez tratam da ampliação do bloco. Artigo disponível em: <http://www.voltairenet.org/article131408.html>

para as Américas (ALBA) em oposição à ALCA, uma alternativa que seja própria dos países sul-americanos.

É sabido que as lideranças de centro-esquerda que passaram a ocupar os governos sul-americanos não concordam com seus antecessores neoliberais, que viam a ALCA como um projeto promissor para o continente. Ao analisarem as desvantagens do processo ALCA, Kirchner e sobretudo o Brasil de Lula, têm postergado a ALCA, até que negociações de comércio nas rodadas da OMC sejam mais equilibradas. Defende-se uma União Sul Americana de Nações, e uma Área de Livre Comércio Sul-americana.

O apoio dado à Argentina pela Venezuela inclui a construção de um gasoduto partindo da região de Puerto Ordaz da Venezuela, em direção a Manaus. De lá, o gasoduto cruzaria o Brasil até chegar ao Uruguai e à Argentina. São grandes as vantagens da Argentina com a entrada com a Venezuela no país.

Assim, a entrada da Venezuela é importante para o bloco, especialmente pela contribuição energética que ela traz. A Venezuela é um país membro da OPEP, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo (cerca de 4% da produção mundial) e tem condições de no triângulo de poder estabelecido na América do Sul, entre Brasil e Argentina, manter-se visível no cenário internacional.

A Venezuela abandonou a CAN (Comunidade Andina), rechazando os acordos bilaterais assinados com os EUA por parte de países membros da instituição, como também para consolidar de uma vez, a sua entrada no MERCOSUL.¹⁶²

O presidente venezuelano Hugo Chaves Frias, propõe um socialismo para o século XXI, onde se neguem as bases do neoliberalismo e se construa um desenvolvimento regional mais justo e sustentável para a América do Sul. Este projeto

¹⁶² DUPAS, Gilberto. Vantagens da Venezuela no Mercosul. O Estado de São Paulo: 09/12/2005

bolivariano e as políticas em direção a uma revolução social na América do Sul, se chocam com a proposta inicial do MERCOSUL e alteram por vezes os ânimos entre os presidentes do bloco, visto que o regime político venezuelano ainda está longe de ser uma democracia plena, aproximando-se do velho caudilhismo, de sempre.

3. A VENEZUELA E A CONFORMAÇÃO DO TRIANGULO DO PODER REGIONAL

A Venezuela ao aderir o bloco MERCOSUL compôs a base do triângulo de poder existente na América do Sul, juntamente com a Argentina e o Brasil. Entretanto, a composição venezuelana está longe de representar uma disputa pela hegemonia regional, visto que a economia petroleira, embora seja a principal fonte de sustentação e influência política deste país, não exclui a problemática de uma administração de institucionalidade frágil - acentuada por um progressismo exacerbado da esquerda, em contraposição ao *establishment* internacional e a própria democracia.

A Venezuela, no entanto, representa para o contexto regional sul-americano, maiores chances de cooperação, de autonomia regional e de promoção do desenvolvimento.

Historicamente, a Venezuela obteve sua independência em 05 de julho de 1811. Economicamente, sua base agroexportadora era o cacau, mas depois assentou-se sobre o café. A construção de uma rede ferroviária no país para facilitar a agricultura agroexportadora, contou com investimentos estrangeiros e serviu para articulação apenas das regiões produtoras das duas *commodities*.

Até o início do século XX a Venezuela não havia concluído a construção de um Estado Nacional. A Venezuela era um país pouco articulado, rural, escassamente povoado e pobre.¹⁶³ Sua população era rarefeita, estava desigualmente distribuída, voltada para uma economia primário-exportadora.(FIGHERA, Delfina.2005:61) .O

¹⁶³ FIGHERA, Delfina Trinca. A Venezuela e os desafios territoriais do presente. IN: SILVEIRA, Maria Laura (org). Continente em Chamas, globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

caudilhismo e as lutas internas marcavam a vida da elite agrária e militar.(VIZENTINI: 2001:58). As primeiras tentativas de exploração do Petróleo na Venezuela ocorreram ainda no século XIX, em fins da década de 1870, com a constituição da Compañía Minera Petrolia del Táchira, no sudoeste do país.¹⁶⁴ Somente em 1912, a Venezuela passou a buscar e explorar petróleo com fins comerciais.(FIGHERA,Delfina:2005:61).

Com a introdução do petróleo na pauta das exportações da Venezuela, verificou-se a importância da escolha do novo produto, como motor da economia do país. Houve uma intensa migração principalmente para Caracas e Maracaibo, visto que houve um maior investimento do Estado na atividade exploradora do petróleo.

Foi durante a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935)¹⁶⁵ que se iniciou a prospecção petrolífera em escala econômica, ligada ao capital estrangeiro. Pode-se afirmar que neste período, o Estado nacional venezuelano foi consolidado e a exportação de petróleo permitiu o estabelecimento de relações privilegiadas com os Estados Unidos.

Como resultado, a Venezuela, em menos de vinte anos passou de um país agrário para um país petroleiro. De acordo com o periódico *El Nacional*: “*Em 1928, a Venezuela era o primeiro exportador de petróleo do mundo e o segundo produtor. Em 2002, produzia mais de 3 milhões de barris/dia e suas reservas chegam a 221 bilhões de barris, dos quais 77,8 bilhões correspondem a reservas comprovadas – as maiores do mundo fora do Oriente Médio. Dessas, 68% são crus pesados e extrapesados – os mais abundantes e 32% condensados, leves e médios, que são os de maior demanda no mercado.*”(El Nacional, 2003 citado em FIGHERA,Delfina.2005:62)

¹⁶⁴ A Companhia usava o petróleo para a produção de querosene para o consumo local.

¹⁶⁵ Durante a longa ditadura de Juan Vicente Gómez foram encontradas as maiores jazidas de petróleo na província ocidental de Zulia.

A partir de 1930, o petróleo passou a ser a principal base de consolidação de um estado centralizador. O país agrícola, baseado nas exportações de cacau e café, dominado por caudilhos locais e caracterizado por um Estado-nação frágil, lentamente, passava a dar lugar à outra conformação, mais moderna. Tendo em vista as imensas receitas provenientes da exploração petrolífera, a Venezuela passou por intensa transformação, sobretudo, a partir de 1940.

Em 1935, após o fim do regime ditatorial de Juan Vicente Gómez., chegou ao poder, o militar Eleazar López Contreras (1935-1941), ministro da guerra e da marinha. Contreras deparou-se com uma Venezuela que apresentava uma economia arruinada pelos efeitos da Crise de 1929, com a realidade de um país mais complexo, mais urbanizado e com a emergência de uma pequena classe trabalhadora. Neste tempo, o país vivia uma crise representada pelo alto índice de desemprego, baixos salários, expansão de endemias e etc.

De acordo com o economista e historiador Domingo Felipe Maza Zavala, o governo de Contreras foi contraditório. Em janeiro de 1936, buscando reduzir o descontentamento popular, editou um decreto que suspendia as garantias constitucionais da população. Essa atitude provocou uma forte manifestação popular no centro de Caracas, que teve que ser reprimida violentamente. A população exigia uma real democratização do país. Assim, ainda em 1936, em virtude da ebulição política pela qual passava o país, inúmeras organizações surgiram¹⁶⁶ O ano de 1936 também foi marcado por uma greve de 37 dias dos trabalhadores do petróleo, que ao reivindicarem por reajuste salarial, assistência médica, moradia digna... obtiveram o respaldo de outros setores da sociedade. A greve de 1936 representou a entrada dos operários na cena

¹⁶⁶ Em 1931 foi fundado o Partido Comunista Venezuelano (PCV), em 1936 surgiu a Organização Venezuelana (OrVE) chefiada por Rômulo Betancourt (um dos futuros fundadores da AD (Ação Democrática).

política da Venezuela e em consequência disso, o presidente aumentou a repressão sobre dirigentes sindicais, políticos e decretou o banimento de partidos de esquerda e de “agitadores”, como Rómulo Betancourt.

Em 1937, acirrou-se o confronto entre empresariado e operariado, em virtude de uma legislação repressiva. Entretanto, alguns avanços foram conquistados, como uma Lei trabalhista que garantiu jornada de oito horas, férias remuneradas, direito a greve, direito a organização sindical entre outros. Ainda no governo de Contreras obteve-se o fim da tortura como método repressivo da oposição. (MARINGONI, Gilberto. 2004:91)

Como resultado da eleição indireta realizada pelo Congresso em que disputavam Isaías Medina Angarita (Ministro da Guerra e da Marinha) e Rómulo Gallegos (romancista e diretor do Liceu de Caracas), venceu Medina Angarita.

O governo de Medina Angarita esteve marcado, surpreendentemente, por sua opção de liberalizar e democratizar a vida pública venezuelana. Uma de suas primeiras ações foi reformar a constituição venezuelana, legalizando todos os partidos políticos que haviam sido banidos em anos anteriores (incluem-se o PCV e a AD (Ação Democrática), fundada em 1941). O governo Angarita adotou em 1943 a **Lei do Petróleo** e a **Lei de Terras (1945)**, posicionando-se também contra a ação dos monopólios petrolíferos e dos grandes proprietários de terra no país. Em 1943, a **Lei de Hidrocarbonantes** uniformizou o regime de concessões do petróleo venezuelano. Entretanto, setores estratégicos da sociedade eram mantidos nas mãos de militares.

A partir de 1940, iniciou-se no país um processo intenso de urbanização e houve um esforço maior em diversificar o leque produtivo nacional, visto que a dependência exclusivamente das divisas do petróleo já era notória no país.

A Venezuela conheceu apenas uma curta experiência democrática, o *triênio adeco*, que antecedeu a ditadura do general Marco Pérez Gimenez.(1952-1958). Com um golpe, também conhecido por *Revolução de Outubro*, ocorrida em 17 de outubro de 1945, liderado por Rômulo Betancourt, o presidente Medina Angarita foi detido.

Em 1946, uma Assembléia Constituinte garantiu o voto direto e secreto sem a distinção do sexo. Em dezembro de 1947, com as eleições diretas, saiu vitorioso Rômulo Gallegos, da AD, que assumiu em 15 de fevereiro de 1948, mas manteve-se no poder apenas por nove meses. Em 24 de novembro de 1948, Gallegos foi deposto por um golpe liderado por três militares: Carlos Delgado Chalbaud, Marcos Pérez Gimenez e Luis Llovera Páes. Esse curto período, o *triênio adeco*, antecedia uma das mais violentas ditaduras que o país conheceria: a de Marcos Pérez Gimenez.

O modelo de crescimento econômico assumido pelo país esteve diretamente associado: a) a decisão política de destinar maçicamente as receitas do petróleo para investimento; b) a decisão de se manter sobrevalorizado o *bolívar*, com objetivos de facilitar as importações necessárias para a construção das bases produtivas do país; e c) a pouca capacidade do mercado interno e o escasso crescimento para absorver tudo o que se podia produzir. (TRINCA, 1997).¹⁶⁷

Em suma, o Estado Venezuelano investiu a renda gerada pelo petróleo diretamente na modernização do país (infra-estrutura física, administrativa, ensino, forças armadas, polícia e etc.) É importante ressaltar que na década de 1940, os Estados Unidos tiravam grandes vantagens das relações comerciais que mantinham com a Venezuela. Até meados da década de 1940 empresas norte-americanas chegavam a extrair a metade do petróleo venezuelano.

¹⁶⁷ TRINCA, FIGHERA, D. Modernização, espaço e novos conteúdos do presente na Venezuela. Tese de doutorado em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

Durante a década de 1950, os Estados Unidos recebiam mais de 50% das exportações venezuelanas e mais de 50% das importações venezuelanas provinham dos EUA. Caracterizava-se aí uma intensa relação de dependência

A partir de 1950, o investimento do Estado direcionou-se a construção de grandes obras públicas vinculadas ao setor de indústrias de base como siderurgia, hidrelétrica e petroquímica. Investiu-se também na *malha viária* (construção e pavimentação de estradas), no sistema de comunicações e em importantes sistemas de irrigação destinados a abastecer regiões incorporadas a programas de desenvolvimento agrícola no país.

Foi em 1958, após o longo período de ditadura de Marcos Pérez Gimenez, que a estrutura política Venezuelana assentou-se sobre o que foi denominado *Pacto Punto Fijo*. O Pacto estabeleceu os parâmetros de uma democracia de fortes contornos populistas baseada num sistema bi-partidário. A AD (Ación Democrática), de orientação social democrata e a COPEI (Comitê de organização política eleitoral independente) de tendência democrata-cristã, mantinham através do sistema bipartidário a estrutura política mantida pela Venezuela. Ambos os partidos, alternando-se no poder não mudaram as estruturas essenciais do país.(VIZENTINI,2001:59).

Na década de 1960, a Venezuela já recebia intensa influência cultural norte-americana (o baseball e a rede Mc Donald's estavam por toda a parte). Com a Revolução Cubana, o governo de Rômulo Betancourt aliou-se diretamente aos EUA. Romperam-se as relações com Cuba em 1961 e a Venezuela aderiu ao processo de expulsão da ilha da OEA (Organização dos Estados Americanos). Em termos de Política Externa, a Venezuela teve como um dos seus pilares a Doutrina Betancourt, que defendeu os regimes democráticos no continente.

Em 1963, o governo venezuelano chegou a pedir sanções internacionais a Cuba, com o pretexto de que o governo de Fidel Castro havia apoiado a criação da guerrilha na Venezuela. Evidentemente, o capital norte-americano esteve diretamente articulado com as classes dominantes locais da Venezuela, moldada em função do petróleo.¹⁶⁸

Durante o governo de Rafael Caldera (1969-1974), que chegou ao poder apoiado pelo COPEI, iniciou-se uma política de nacionalismo democrático na Venezuela. Neste período Caldera nacionalizou a exploração de gás (1971), promulgou a lei de *Reversión Petrolera* (1971), aumentou os impostos das companhias exploradoras do petróleo na Venezuela e também fixou os preços do Petróleo, como consequência da crise de 1973(que elevou os preços do barril de petróleo bruto de US\$ 2 para US\$ 14 dólares.) Durante o governo de Caldera, a ação internacional foi intensa. Houve uma intensa busca do país para reatar as relações com os países latino-americanos, de reatar as relações também com Cuba e de aumentar a participação da Venezuela tanto no Caribe como na América do Sul.

Em 1975, durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1978), adotou-se o plano *La Grand Venezuela*. Neste ano, houve novamente gastos de capital na Venezuela. Esses gastos estavam apoiados pelas receitas extraordinárias que foram recebidas após decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em fixar os preços do petróleo em nível internacional em 1971. Em 1976, a indústria petroleira foi nacionalizada, criando-se a PETROVEN e depois a PDVSA (Petroleos de Venezuela S.A).¹⁶⁹

¹⁶⁸ CIAPPONI, Nora (org). *Venezuela: ¿La revolución por otros médios?* 1ª Ed. Vicente López: Dialektik, Editora, 2006.

¹⁶⁹ As companhias multinacionais foram indenizadas em cerca de 1.000 milhões de dólares, op. cit.

A Venezuela também possui grande capacidade de refinação do petróleo dentro e fora de seu território. A PDVSA comprou plantas industriais e bases comerciais em todo o mundo e transformou-se em uma poderosa companhia internacional, sendo proprietária de refinarias nos EUA e na Europa.

A Venezuela sustentou-se sob o modelo de “*consumir primeiro e produzir depois*”. E com isso, a sociedade venezuelana acostumou-se a consumir uma grande variedade de produtos importados, sobretudo dos EUA, e a manter exclusivamente a exportação do petróleo, já que a sobrevalorização do *bolívar* não favorecia a inserção dos produtos nacionais venezuelanos, de origem não-petroleira, no mercado internacional. Como resultado da modernização venezuelana feita no século XX, as grandes cidades petrolíferas substituíram a vida agrícola, do campo.

Em 1980, a Venezuela também foi afetada pela crise da dívida externa. A vulnerabilidade externa permitiu a aproximação deste país aos demais países da América Latina, para enfrentamento de problemas comuns de dependência externa, inflação e outros.

Na década de 1990, a adoção de reformas de cunho neoliberal gerou aspectos negativos na Venezuela, tal como no Brasil e no restante da América Latina.

O *Caracazo* (1989), movimento social que ocorreu durante o segundo período presidencial de Carlos Andrés Pérez (AD) surgiu em oposição ao “*paquetazo econômico*”, que decretava a liberalização econômica, o endividamento externo venezuelano ao FMI, o aumento das tarifas dos serviços públicos, as privatizações de empresas estatais e o aumento do preço dos combustíveis. O *caracazo*, movimento espontâneo popular venezuelano, sofreu repressão violenta do governo, que seguia as orientações do Consenso de Washington.

Em uma breve análise sobre o regime político que vigorou na Venezuela durante a Quarta República (1959-1999), é possível afirmar que a Venezuela representou um dos mais longevos e estáveis regimes democráticos do continente americano do século XX. O regime da Quinta República iniciado em 1999 com o governo de Hugo Rafael Chávez Frías é recente e instável.

Entre 1969-1973, durante o governo de Rafael Caldera, houve uma transição do primeiro para o segundo modelo de governança. O presidente Caldera, abertamente tentou dar fim aos acordos de coalizão.

Entre 1989-1999, a Venezuela vivenciava uma grave crise econômica e social. Para Octavio Amorim Neto¹⁷⁰: ” *A decadência política venezuelana caracterizou-se por tentativas de golpes, levantes sociais, a destituição de um presidente, crescente cinismo por parte dos eleitores com relação às instituições democráticas e pela ausência, no seio das elites, de alguma fórmula política amplamente aceita a respeito de como o país deveria enfrentar a profunda crise econômica em que mergulhou.*” (NETO, Octavio,2006:149)

Neste cenário chegou ao poder o coronel Hugo Chávez Frías, desmoronando assim a Quarta República. Para Antonio Carlos Peixoto: ” *o pano de fundo, no caso de Chávez é a falência dos partidos tradicionais. Essa falência foi de tal monta que abriu uma passagem, um abismo por onde o chavismo penetrou. Se o desempenho dos partidos tradicionais tivesse sido diferente, certamente o fenômeno Hugo Chávez não existiria.*” (PEIXOTO, Antonio C. 2006)

¹⁷⁰ AMORIM NETO, Octavio. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. RJ: FGV, Konrad Adenauer, Stiftung ,2006.

O novo presidente calcou seu governo no tripé do velho e tradicional populismo: liderança carismática, com forte apoio das Forças Armadas e ampla base dos movimentos sociais.

A Venezuela adotou com Chávez claramente uma postura anti-neoliberal , passando a desejar uma maior integração com os vizinhos sul-americanos. Em 2005, a Venezuela protocolou sua adesão ao bloco visando ser aceita como membro pleno do MERCOSUL.

Foro Juan Barreto/Agência France Presse 23.1.2004



O homem pinta o rosto com as cores da bandeira da Venezuela em apoio a Hugo Chávez.

3.1 A recente inserção internacional da Venezuela: O ingresso no MERCOSUL e o poder do petróleo na América do Sul

Antes da entrada da Venezuela para o MERCOSUL, já estimava-se a parceria com vistas à formação de um mercado subcontinental aberto de energia; com a participação do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Peru e também a Bolívia (países associados ao Bloco).

A Venezuela é sem sombra de dúvidas o país do subcontinente que conta com os maiores recursos petrolíferos, gás natural, e carvão. Na chamada faixa de Orenoco encontram-se gigantescos recursos de óleos crus pesados e extrapesados em jazidas de pouca profundidade.¹⁷¹ A Venezuela preserva o uso dos hidrocarbonetos¹⁷², estimula o uso do gás natural e em termos de realidade energética, tornou-se um importante parceiro do subcontinente.

A ampliação do processo de integração regional do MERCOSUL, com a entrada da Venezuela, no que diz respeito à questão energética, permitirá que os países do bloco elaborem mecanismos de complementariedade entre as distintas fontes de energia e, que unam seus pólos de desenvolvimento produtivo, com vistas à projeção do crescimento sul-americano.

A adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL resultará na ampliação do bloco para mais de 250 milhões de habitantes, com a formação de uma

¹⁷¹ ORSI, Vittorio. A Equação Energética do Subcontinente: A Venezuela e o MERCOSUL. IN: MERCOSUR-Um Atlas Cultural, Social e Econômico. RJ: Manrique Zago Ediciones, 1997.

¹⁷² Os hidrocarbonetos são cada vez mais prioritários na matriz internacional e na América Latina em geral. A produção do gás demanda menor investimento relativo além de permitir a produção e o transporte de energia a menor custo e com menores níveis de contaminação.

área de 12,7 Km². Estima-se que o PIB do bloco supere US\$ 1 trilhão, ou seja, o equivalente a $\frac{3}{4}$ do PIB total sul-americano. (MRE,2006:1)

As negociações finais para a adesão da Venezuela ao bloco foram realizadas em maio de 2006, em Buenos Aires. A partir do encontro, estabeleceu-se o prazo de quatro anos para que a Venezuela adotasse a TEC (Tarifa Externa Comum) e demais normas do MERCOSUL. Desde a adesão, a Venezuela passou a participar das negociações de vários temas, dentre eles: a criação de Áreas de Livre Comércio, a ampliação do bloco (com a adesão de outros países); a troca de preferências tarifárias com outros países e ainda, sobre diversos assuntos.

Em termos de liberalização comercial, estabeleceu-se que esta se daria de forma gradual, tendo em vista as muitas assimetrias existentes no interior do bloco. Argentina e Brasil se comprometeram a estabelecer um livre-comércio com a Venezuela, excluindo a lista de produtos sensíveis até 2010, enquanto os sócios menores, Paraguai e Uruguai, estenderão esse prazo até 2013.

É possível afirmar que até janeiro de 2014 os cinco países já negociarão com a Venezuela, inclusive o comércio dos chamados “produtos sensíveis”, ou seja, aqueles produtos que ainda gozam de proteção em suas economias nacionais, e que evitam a concorrência ‘desleal’ em relação a um país-sócio.

A Venezuela é um país extremamente importante para o MERCOSUL, em especial pelo seu peso energético, o que fatalmente fortalece o poder de barganha do bloco em relação a outros países ou blocos. A Venezuela possui reservas de petróleo que somadas às do Brasil e Argentina, podem, contribuir ao processo de fortalecimento da integração sul-americana.

A entrada da Venezuela no MERCOSUL trouxe controvérsias, especialmente pela influência política e pelo personalismo do governo de Hugo Rafael Chávez Frías. Entretanto, pode-se afirmar que a política interna de Hugo Chávez está diretamente associada a um novo cenário latino-americano de “virada à esquerda”.

Para José Luis Fiori a passagem para o século XXI esboçou no continente latino-americano uma ruptura revolucionária, sobretudo, após a crise do neoliberalismo nessa região. *“Com o fim da Guerra Fria, na década de 1990, a” indução”norte-americana e a convergência dos “latinos” se deslocou para o campo das políticas econômicas. Como parte da renegociação de suas dívidas externas, quase todos os Estados da região adotaram um programa comum de políticas e reformas liberais (...)Com o passar do tempo, entretanto, o novo modelo econômico instalado pelas políticas liberais não cumpriu sua promessa de crescimento econômico sustentado e de diminuição das desigualdades sociais. Na virada do novo milênio, a frustração destas expectativas contribuiu, decisivamente, para a nova inflexão sincrônica do continente que está em pleno curso: uma virada massiva e democrática à esquerda, de quase todos os países da América do Sul(...). “¹⁷³*

Uma virada à esquerda é a característica principal do governo da Venezuela desde a queda de Carlos André Perez (1993)¹⁷⁴ e do golpe de Estado dado pelo militar

¹⁷³ FIORI, Jose Luis. Lembranças e esperanças. Artigo publicado no site do MRE brasileiro. Disponível em: www.mre.gov.br

¹⁷⁴ A Venezuela é o país da América do Sul que melhor exemplifica o caso clássico de um sistema bipartidário. Ainda com a existência de outros partidos, como foi o caso do próprio MAS (Movimiento al Socialismo), predominava no cenário político venezuelano, o jogo bipartidário. Dois partidos tomaram pra si através de um revezamento no poder, um sistema de favores recíprocos, mantendo enfim, o domínio do cenário político e partidário. Como resultado deste jogo político, a população venezuelana manteve-se descrente das instituições, afastou-se do processo político, e deixou de acreditar no sistema partidário e na própria competição eleitoral. Ver: DOSSIÊ Venezuela: Hugo Chávez e a integração sul-americana. Rio de Janeiro: *Comunicação&política*, Vol.22(3), set.-dez.2004 pp.91-128.

Hugo Chávez Frias, em 1992. Com o fracasso do golpe, em 1998, Hugo Chávez ganhou as eleições neste país e passou a ocupar o poder¹⁷⁵. Em 2002 venceu uma tentativa de golpe midiático com o apoio norte-americano, para derrubá-lo da presidência (O golpe do dia 11 de abril) e ainda permanece no poder para um terceiro mandato (2007-2013), com grande apoio popular.

Com Hugo Chávez, a Venezuela ganhou maior repercussão internacional por representar a resistência aos modelos neoliberais, por defender os velhos ideais integracionistas de Simon Bolívar e também pela defesa de um chamado “socialismo para o século XXI”.¹⁷⁶

A Venezuela que até a década de 1990 era considerado um país de democracia estável, está hoje marcado por uma visível e preocupante fragilidade institucional. A Constituição venezuelana sofre constantemente várias intervenções do Executivo (através de decretos-leis), mas espera-se que com a adesão ao MERCOSUL, a Venezuela obedeça às cláusulas democráticas que exigem o TRATADO DE ASSUNÇÃO.

A Venezuela no sistema internacional tem pretensões hegemônicas para América do Sul, posição essa disputada principalmente entre o Brasil e a Argentina, embora este último país não apresente condições para liderar a região. A disputa pela liderança estaria entre Brasil e Venezuela, sobretudo porque é, inegável, que a Venezuela exerce influência em função da vasta produção de Petróleo e Gás que esse país possui.¹⁷⁷

¹⁷⁵ No dia 18 de novembro de 1998 foram realizadas eleições legislativas na Venezuela e um mês depois, em 6 de dezembro anunciou-se a vitória de Hugo Chávez com 56% dos votos.

¹⁷⁶ Sobretudo nos discursos de Chávez são destacados três elementos: a história de luta anti-colonial, a dependência dos Estados Unidos e a defesa da integração latino-americana.

O governo Venezuelano de Hugo Chávez tem apostado na agressividade contra os EUA e o neoliberalismo e na defesa do aprofundamento do MERCOSUL. Neste sentido, a retórica e o apelo a uma *diplomacia midiática* tem levado a Venezuela a alcançar uma grande projeção no noticiário, em geral, muito mais pelos discursos calorosos de Hugo Chávez, do que pela própria grandeza do país.

Sem dúvida, a Venezuela passa por um processo revolucionário, com grande mobilização das classes populares. Entretanto, a ascensão de Hugo Chávez ao poder pode ser relacionado diretamente a um histórico de corrupção e paralisia institucional recente, presentes na política interna venezuelana. Para Sergio Nicanoff e Fernando Stratta: *“la eclosión producida em febrero del 89 marca el agotamiento del sistema político inaugurado com el puntofijismo, la profundización de ese modelo de acumulación basado em la renta petrolera, que excluía de beneficios a amplias franjas de las clases populares y la saturación de um modelo burocratico estatal al resguardo de los intereses de empresas multinacionales.”* (NICANOFF & STRATTA:2006:23).

Hugo Chávez teria surgido neste cenário de insatisfação da população venezuelana, visando promover tanto uma “ruptura institucional”, como construir um projeto nacional e popular, com forte base militar, por meio do golpe de Estado.

Em 2002, o governo alterou o regime de taxas de juros de um regime indexado para um sistema de flutuação livre, levando a desvalorização significativa do *bolívar*. Em 2003, Hugo Chávez passou a canalizar os proventos do petróleo, obtidos pela PDVSA para financiar programas sociais na Venezuela¹⁷⁸, ampliando cada vez mais seu apoio popular. Analistas como Demetrio Magnoli acreditam que a Venezuela vive o

¹⁷⁷ VALENTE, Leonardo. SANTORO, Mauricio. A diplomacia Midiática do governo Hugo Chávez. artigo disponível em : www.opsa.iuperj.com.br

¹⁷⁸ A PDVSA tem conduzido ações sociais como o caso dos planos sociais conhecidas por misiones- que têm criado centros de atendimento médico para a população nos bairros de Caracas.

velho **caudilhismo** ao afirmar: “*A singularidade do regime chavista manifesta-se na esfera do poder. Como os caudilhos comuns, Chávez pretende se eternizar no comando do Estado venezuelano mas, à diferença deles, ergue estruturas políticas de “poder popular”. Esse caudilho de novo tipo almeja centralizar o poder na cúpula e dispersá-lo na base, reinando incontestemente sobre uma miríade de conselhos comunais limitados pelo círculo de giz do espaço local.*”¹⁷⁹

Diante da realidade venezuelana, o Brasil, desde o governo FHC, tem adotado uma postura clara de apoio ao constitucionalismo e a legalidade venezuelana, importante para o processo integrativo.

A formulação atual da política externa brasileira para o Hemisfério tem caminhado para o fortalecimento de um eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires, em um processo crescente de cooperação, sobretudo com a ampliação do MERCOSUL, após a adesão da Venezuela.

¹⁷⁹ MAGNOLI, Demetrio. socialismo e o caudilho/ Demetrio Magnoli IN: Revista Pangea 2007
Disponível em: www.clubedomundo.com.br/revistapangea.

3.3 A Aproximação recente das políticas externas brasileira e venezuelana

Venezuela e Brasil ao longo dos séculos XIX e XX mantiveram uma relativa distância de suas políticas externas. Em 1973, houve a primeira reunião presidencial entre os dois países, com vistas a uma importante aproximação econômica. Durante os anos 1960, a relação bilateral entre os dois países foi impedida pela **doutrina Betancourt**¹⁸⁰e, retomada apenas em 1969, com a suspensão da mesma.

Durante o primeiro governo Venezuelano de Rafael Caldera (1969-1973), houve uma iniciativa deste país em estreitar a aliança com os países de língua-hispânica. Tal atitude pode ser interpretada como uma forma de defesa deste país a um possível expansionismo brasileiro, visto que as iniciativas da construção da estrada Transamazônica em 1975 (ligando Recife a Costa do Peru), assustava os demais países da região.

Em 1976, o presidente brasileiro Ernesto Geisel chegou a propor a Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname e Venezuela, a criação de um mecanismo para coordenar o desenvolvimento conjunto da bacia Amazônica. Tal atitude despertou a desconfiança venezuelana sobre as velhas pretensões expansionistas do vizinho e a Venezuela foi o último dos países a assinar este acordo bilateral com o Brasil. Em 1978, os ministros das relações exteriores dos dois países firmaram o **Pacto Amazônico**, estabelecendo vínculos entre os dois países que antes não existiam.

Após o processo ditatorial que se estabeleceu no Brasil entre 1964-1985 e da crise econômica que se agravou na Venezuela em 1983, ambos os países buscaram novas opções para uma possível aliança.

¹⁸⁰ Pela Doutrina Beantencourt, a Venezuela não reconheceria nenhum país que tivesse por origem um golpe de Estado. Tal doutrina esteve em vigor na defesa de regimes democráticos no continente latino-americano.

Em 1979, Brasil e Venezuela, dando fim às desconfianças, estabeleceram um **Convenio de Amizade** entre os dois países, assinados respectivamente pelos governos de Ernesto Geisel e Carlos Andrés Perez. A seguir, um trecho que emanava do espírito do Convênio: *“Inspirados pelo propósito de reafirmar os fraternos laços de amizade que unem o Brasil e a Venezuela, ‘conscientes dos esforços que desenvolvem ambos os países no sentido de uma participação mais justa e racional de suas economias no contexto mundial, bem como do amplo campo de coincidências e de possibilidades que oferecem ações convergentes dos dois países.’”* (MRE/DAI,1979)

Em 1981, dando continuidade no processo de cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela, foi assinado um **Acordo Cultural**, com vistas a impulsionar o espírito da integração entre os dois países. Nos artigos I e II , ambos os países comprometeram-se a promover o intercâmbio cultural entre as duas nações, promovendo o funcionamento de instituições de nível superior nos distintos territórios dedicadas à difundir os valores culturais da outra parte, assim como comprometeram-se a realizar publicações de livros brasileiros e venezuelanos e ambos os países. (Decreto nº86304-19/08/1981)¹⁸¹

Em 1984 e 1992 os países assinaram um **Acordo de Cooperação na Área de Energia Nuclear** para fins pacíficos. O acordo resultou do interesse mútuo dos dois países para incentivar a pesquisa científica, como também de promover o desenvolvimento tecnológico, em matéria de energia nuclear.

Em março de 1994, com o **Protocolo de Guzmano**, Rafael Caldera e Itamar Franco deram início a uma promissora expansão das relações econômicas e comerciais

¹⁸¹ ACORDO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA VENEZUELA: ANO: 1981. Disponível em: www.mre.gov.br

entre os dois países, incluindo a possibilidade da ampliação do comércio dentro do MERCOSUL.¹⁸²

Na ocasião, Rafael Caldera afirmara: *“hoje começa na Venezuela o século XXI”* e passaram a ser discutidos entre os dois países, dentro da COBAN, temas como: a defesa comum, os assuntos sobre transporte, comunicações, comércio, integração, energia, mineração e outros.

Já em fins do século XX, com a eleição de Hugo Chávez Frías (1998) e no Brasil, desde a eleição de Lula, os governos progressistas dos dois países têm optado por uma convergência maior de suas chancelarias. O novo eixo estabelecido entre **Caracas- Brasília** tem permitido a Venezuela a avançar na cooperação sul-sul.

A relação entre os dois países se dá, fundamentalmente, pelo vínculo do petróleo. Não há dúvida, que o petróleo constitui a principal riqueza sobre a qual a economia venezuelana se sustenta. As conseqüências sócio-políticas internas das reformas de cunho neoliberal aplicadas nos dois países durante os anos 1990, trouxeram novos desafios para a forma de inserção internacional a ser compartilhada pelos dois países.

Como saída para um mundo fragmentado e globalizado, Brasil e Venezuela têm buscado conservar o desenvolvimento já alcançado por estes países, a fim de aprofundá-lo. Neste sentido, a cooperação entre o Brasil e a Venezuela deverá ser compreendida a partir das necessidades de cada um desses países na busca da internacionalização e do desenvolvimento.

¹⁸² ZURITA, Alejandro Mendible. Venezuela e Brasil na Política Internacional. Artigo disponível no observatório.iuperj.br

Em especial, a **integração energética** constitui a prioridade das relações entre os dois países. Mas esta integração energética deverá ser ampliada aos demais países sul-americanos. A Venezuela chegou a sugerir a integração energética, inicialmente, a partir da criação de uma estatal regional, a “*Gas del Sur*”. Essa entidade institucional ‘multiestatal’ seria capaz de abastecer a região sul-americana, evitando o déficit energético.

No entanto, o BID e outros países da região, como a Argentina (de Kirchner) sustentaram a necessidade de se estabelecer na questão energética, uma parceria com a iniciativa privada. O desacordo ainda existente entre as potências sul-americanas demonstra que o fator energético ainda está em processo de definição e que ainda são grandes as instabilidades políticas que ameaçam a região (sobretudo na história recente da Bolívia de Evo Morales e no Equador).¹⁸³ Entretanto, o esforço de cooperação para a construção de um gasoduto é grande.

Não há dúvidas de que o processo de integração energética com a construção de um *anel energético* do Cone Sul, acelerará a integração física regional, gerando dividendos positivos para todos os países envolvidos.

Pode-se até afirmar que a relação de proximidade entre o Brasil e a Venezuela representa uma maior articulação entre os países membros do MERCOSUL, os países andinos e os países membros da Associação dos Estados do Caribe.¹⁸⁴

¹⁸³ ILLARRAMENDI, Ramon. *As relações entre a Venezuela e o Brasil: Uma reflexão sobre o futuro*. IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org). BRASIL E VENEZUELA: Esperanças e determinação na virada do Século. Brasília: IPRI. FUNAG, 1995. (p.135-137)

¹⁸⁴ Existem outras iniciativas de integracionistas como o SELA –Sistema econômico Latino-Americano, cujo objetivo é fortalecer a cooperação econômica e criar uma base de negociação baseada no diálogo norte-sul. A OLADE, organização Latino-Americana de Energia e o Tratado de Cooperação Amazônica também compõe importantes iniciativas

Para a cooperação energética entre o Brasil e a Venezuela pesam alguns fatores geográficos fundamentais para a promoção de um compartilhamento de fontes energéticas em prol do desenvolvimento de ambos os países. Há a necessidade de se integrar a parte sul da Venezuela com o norte do Brasil, ou seja, torna-se importante a composição de uma região que seja viável e importante para o estabelecimento de um plano comum de desenvolvimento.

Que fique claro que o setor energético não pode ser planejado isoladamente dos demais objetivos regionais ou nacionais, mais amplos, já que deverá sempre transformar a sociedade. Segundo Andrés Bansart: *“ a boa administração do setor energético é elemento decisivo para o desenvolvimento (...) deve subordinar-se ao planejamento global do desenvolvimento econômico e social, sob pena de divorciar-se deste e traduzir-se em perda de recursos e em inúmeras contradições”* (BANSART, Andrés.1994: 62)¹⁸⁵.

Em suma, a cooperação energética pressupõe que sejam realizadas escolhas entre as fontes de energia disponíveis, para que depois possam ser traçadas as estratégias comuns entre os países, tal como a definição sobre infra-estrutura, que permitirá o transporte da energia de um país ao outro (gasodutos, oleodutos...).

Quando foi criada a Comissão Binacional de Alto Nível entre Brasil e Venezuela, ainda em 1994, determinou-se que os termos de integração energética para os dois países deveriam conter um projeto comum de desenvolvimento. Pela Ata da III REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTA BRASIL-VENEZUELA, DE 1994 foram previstos três temas comuns para a pauta dos dois países: o petróleo, a *Orimulsión R* e a eletricidade.

¹⁸⁵ BANSART, Andrés. Brasil-Venezuela: Integração Energética. FUNAG:IPRI, 1994. (55-72)

Por esses temas, concluiu-se que o fornecimento do Petróleo e de seus derivados da Venezuela para o Brasil teve um incremento, desde os primeiros esforços de aproximação dos dois países e ainda, que tanto a PDVSA e PETROBRAS cooperarão para a construção de uma PETROAMÉRICA nos próximos anos.

Sobre a *Orimulsión R*, que é um betume natural produzido na Venezuela que substitui o carvão, estabeleceu-se que o comércio deste “hidrocarboneto não petroleiro” poderá ser útil como combustível para o Brasil, em especial para a geração de termoelétrica e pelos benefícios tarifários adquiridos, além dos níveis baixos de contaminação.

Já em termos de energia elétrica, a discussão sobre a interconexão elétrica entre os dois países, resultou na proposta de se construir a partir de uma linha de transmissão elétrica, “uma ponte” que ligasse a energia produzida pela Venezuela aos Estados de Roraima e Amazonas na região norte do Brasil, com estações terminais em Boa Vista e Manaus. (BANSART, Andrés.1994: 69).

Os especialistas em energia garantem que com essas medidas bilaterais: a) O Brasil pode obter um fornecimento confiável de energia elétrica a Manaus e Boa Vista, sem que isso implique em altos custos de investimentos; b) O Brasil poderá garantir o fornecimento de energia as populações da Amazônia e de Roraima e ,c) Que a interconexão feita sob baixo impacto ambiental, reduzirá os custos e a contaminação.

Para a Venezuela, uma interconexão de energia elétrica com o Brasil: a) permitiria alimentar o desenvolvimento da mineração na zona atravessada pela linha de transmissão e de populações como Tumeremo e Santa Elena de Uairén; b) A Venezuela utilizaria melhor os imensos recursos de gás de que dispõe e por fim, c) a Venezuela obteria maiores divisas para o seu país.

Por fim, vale ressaltar que uma boa política de integração energética não deverá estar isolada de outras políticas destinadas a estabelecer um desenvolvimento integrado da região.

A Venezuela unilateralmente tem estimulado desde 2000, a criação de grupos de poder que através de acordos regionais alcancem uma autonomia energética na região. Por iniciativa do presidente venezuelano Hugo Chávez Frias, foram criadas a **PETROCARIBE, A PETROSUL E A PETROANDINA.**A PETROCARIBE é formada pela Venezuela e por 14 países do Caribe. A iniciativa da PETROSUL reuniu Venezuela, Brasil, Argentina e Uruguai em 2005 e a PETROANDINA é formada pela Venezuela, Colômbia, Bolívia e Equador.

O esforço de cooperação energética contribuirá para que em poucos anos, se constitua uma PETROAMERICA, capaz de englobar todos os países do hemisfério sul e contribuir para resolver os problemas de abastecimento da região.

O poder de potência tem se centrado também em torno do controle das fontes energéticas e da produção e exportação de petróleo, importantes recursos de poder. Cada vez mais o tema da energia tem adquirido um crescente papel estratégico na América Latina como um todo. Venezuela e Bolívia possuem a maior reserva de gás da América do Sul, enquanto os sauditas ainda possuem as maiores reservas de petróleo do planeta. Como os países mais poderosos do mundo são também os maiores consumidores de petróleo, estes têm ficado à mercê das oscilações do mercado .

Existe claramente nesses últimos anos um esforço da região sul americana de aumentar sua participação na economia internacional com o fornecimento de gás aos países desenvolvidos, aumentando também sua autonomia produtiva. Neste sentido, a cooperação da Venezuela com o Brasil é fundamental. Visto que, em tempos de crise

no preço internacional do Petróleo, desde 2003, aumentou a busca pela diversificação de biocombustíveis na América do Sul. A Venezuela por um lado, controla o setor de petróleo e de gás na região e vem se beneficiando com o aumento dos preços do petróleo. Por outro lado, como a Petrobrás tornou-se uma gigante multinacional da energia atuando em diversos países da América do Sul. Sem dúvida, a associação destas empresas aumentariam a capacidade de produção e distribuição para um mercado externo e também em franca expansão (a ver o crescimento da China como potência global).

A Venezuela torna-se bastante importante do ponto de vista estratégico para Mercosul, mas em especial para o Brasil, pois a presença de um outro grande país da região pode fortalecer a posição brasileira contra a oscilante posição Argentina que, durante o governo Menem, se mostrava atraída pela ALCA. Amado Cervo inclusive já havia indicado a Venezuela como o “plano B” do Brasil caso não se conseguisse negociar a contento a criação do Mercosul.¹⁸⁶

¹⁸⁶ CERVO, Amado Luiz O Eixo Venezuela-Brasil. Meridiano 47 no. 13, mês 7, ano 2001.

3.4 Brasil e Venezuela e a disputa pelo desenvolvimento regional

Ao assumir o poder para o seu terceiro mandato (2007-2013), Hugo Chávez afirmou “*o socialismo é a salvação para a Venezuela*”, defendendo a construção de uma Venezuela socialista. Simbolicamente, durante os atos solenes de posse do presidente, foi colocada uma coroa de flores no túmulo de Simon Bolívar (1783-1830), líder da independência dos países andinos em Caracas e primeiro defensor da integração latino-americana.¹⁸⁷ Para Chávez, tanto a defesa do socialismo como da integração latino-americana são meios para a ‘libertação’ da região do domínio norte-americano e para a promoção do desenvolvimento regional no século XXI.

Tornou-se uma singularidade do presidente venezuelano a defesa de um movimento revolucionário para a região latino-americana, que o mesmo, nomeou de *revolução bolivariana*, ou *socialismo para o século XXI*.

A vitória recente nas urnas, de partidos de centro-esquerda ou ‘progressistas’ no Brasil, na Argentina, no Peru, Chile, no Paraguai, Bolívia, Equador..., durante as últimas eleições, teria tornado a região mais coesa, e mais disposta à integração, especialmente pelo fracasso das políticas neoliberais nestes países.

Entretanto, existem dois modelos de desenvolvimento regional postos à mesa: O MERCOSUL e seu projeto inicial de construção de uma união aduaneira até a formação final de um Mercado Comum do Sul- com a formação de um bloco econômico fortalecido, capaz de competir com os demais blocos comerciais dos países desenvolvidos¹⁸⁸ e o projeto ALBA, defendido por Hugo Chávez, como uma

¹⁸⁷ Artigo: “Em posse, Chávez diz que socialismo é salvação para a Venezuela”. Disponível em : folhaonline,10/01/2007. www.folha.uol.com.br

¹⁸⁸ O Mercosul ainda prevê cooperação regional em desenvolvimento técnico, social , infra-estrutura, serviços e cultural entre os estados membros.

Alternativa Bolivariana para as Américas, com vistas a uma revolução socialista na região.

Chávez quando assumiu o poder na Venezuela, ainda em 1998, deparou-se com os efeitos negativos das políticas neoliberais do governo anterior. Neste sentido, retomou o controle da indústria petroleira, colocando-a nas mãos do Estado, e assim passou a exercer o controle dos recursos naturais da Venezuela. Através da extraordinária renda advinda da exportação do Petróleo, e de seus discursos populistas, Chávez passou então a financiar distintos projetos sociais na Venezuela.

Chávez organizou diferentes missões (*misiones*) divididas em distintos grupos que atendem a *políticas educativas, sociais, de saúde, qualidade de vida* e outras. E desde então, deseja exportar esse modelo de desenvolvimento social para o restante da região.

Chávez conseguiu erradicar o analfabetismo do país¹⁸⁹ e difunde outras missões com vistas a ampliar o acesso a educação em nível médio e universitário. Em termos de saúde, criou comitês de saúde (*comités de la salud*) como apoio de médicos cubanos, vindos especialmente para apoiar seu programa; também ampliou o número de casas na Venezuela e concedeu cidadania à milhares de venezuelanos excluídos com seu *Plan Nacional de Cedulación*.¹⁹⁰ Com este programa, Hugo Chávez iniciou o processo de identificação, o cadastramento e distribuição de carteiras de identidade para toda a população argentina, incluindo os indígenas (povos originários).

A questão principal que se levanta é se o projeto de desenvolvimento assumido pelo presidente venezuelano Hugo Chávez é compatível ou não com o MERCOSUL.

¹⁸⁹ A UNESCO declarou a Venezuela como país livre do Analfabetismo em 2005.

¹⁹⁰ LÓPEZ, Juan Torres (org). *Venezuela, a Contracorriente*. Los Orígenes y las claves de la revolución bolivariana . BARCELONA: Icaria,2006.

Ambos representam um projeto de desenvolvimento alternativo à dependência dos países do sul em relação aos países do norte, principalmente dos Estados Unidos, mas têm bases de apoio distintas. O MERCOSUL vigora no mundo globalizado, organizado em blocos, enquanto a ALBA prevê o fim do capitalismo na América Latina e a instauração do socialismo como sistema político.

Para Claudio Katz:” *começar a edificação do socialismo implicaria substituir a prevalência de um regime súbdito das leis do lucro por um outro, regulado para a satisfação das necessidades sociais. A partir do momento em que um modelo econômico e político – dirigido pela vontade majoritária da população assumisse tais características, teria começado a vigorar uma forma embrionária de socialismo.*”¹⁹¹

A Venezuela vive um dilema interno representado pela escolha entre o socialismo e o neo-desenvolvimentismo. Na primeira tendência, aprofunda-se o processo bolivariano das *missiones*, ampliam-se os programas de redução da pobreza e multiplicam-se as cooperativas. No segundo caso, do neo-desenvolvimentismo, preferido pelas camadas médias, rejeita-se a ortodoxia neoliberal, mas não se modifica o sistema capitalista vigente preservando a posição periférica da região em relação ao sistema internacional. Esta tendência inclina a Venezuela para o MERCOSUL.

A recente entrada da Venezuela no MERCOSUL e as contradições existentes com o comprometimento deste governo em relação à fragilidade institucional deste país, afastam a alternativa bolivariana sob a liderança de Hugo Chávez, como opção de desenvolvimento a ser exportada para toda a região.

As divergências entre a Venezuela e o Brasil ocorrem no nível de maior aproximação da potência hegemônica. Ironicamente, a Venezuela que sempre foi

¹⁹¹ KATZ, Claudio. América Latina :Socialismo ou neodesenvolvimentismo. Artigo disponível em: www.resistir.info/varios/socialismo_neodesarrollismo. Buenos Aires:28 de Novembro de 2006

importante importadora dos produtos norte-americanos e exportadora de petróleo para este país, tem se comportado a partir de seu chefe de Estado, contrária aos Estados Unidos, aproximando-se da ilha cubana de Fidel Castro e dos ideais socialistas.

Por outro lado, a opção pelo socialismo isolaria a região do Sistema Internacional vigente e do próprio processo de negociação comercial nas rodadas da OMC. A opção, por exemplo, impediria os países do MERCOSUL de assinar acordos bilaterais com outros países, incluindo os EUA, e a adesão a revolução socialista, com a aproximação do Bloco a Cuba, seria um fator desfavorável para as negociações bilaterais, por exemplo entre o Brasil e os EUA.

O MERCOSUL do neo-desenvolvimentismo é um projeto incompatível com o socialismo. Para o prof^o Claudio Katz da Universidade de Buenos Aires: *“ os teóricos favoráveis ao MERCOSUL neo-desenvolvimentista não nos oferecem qualquer nesga de socialismo. Apenas alvitram a construção de um empresariado regional, sem nada sugerirem a respeito do iniciar do projeto de emancipação no decurso do século XXI. (..) O esquema pró-desenvolvimentista é concebido com critérios gradualistas, etapas pré-estabelecidas e simples conexões entre o amadurecimento das forças produtivas e as transformações sociais.”* (KATZ, Claudio. 2006)

As estratégias a nível regional em termos de cooperação entre MERCOSUL e ALBA são opostas. O primeiro modelo contempla a constituição de um empresariado regional com vistas ao incremento da indústria nos países signatários do bloco de modo a produzir uma redução das assimetrias, com o crescimento da produtividade e melhor distribuição. O MERCOSUL não nega a realidade de uma economia globalizada, mas sugere para os próximos anos, maior inserção internacional da região sul-americana dentro de um contexto multipolar.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou a lógica de uma configuração de poder triangular sul-americano, onde o Brasil exerce a liderança natural do bloco como *'monster country'* da região - enquanto, Argentina e Venezuela, como potências menores, disputam com o Brasil uma hegemonia de potência, alternando cooperação e competição em determinados setores da economia, do desenvolvimento e da política externa.

A análise da geopolítica sublinhou a importância dos fatores geográficos para a compreensão do equilíbrio de poder regional definido entre as três principais potências da América do Sul. Verifica-se que a proeminência da economia do Brasil na América Latina, assim como seu diferencial em termos de desenvolvimento industrial e de recursos de poder, tem colocado este país como principal líder do processo de integração regional e como melhor país em termos de projeção externa e de defesa do multilateralismo.

A análise da composição da estrutura do poder subregional, sob perspectiva dos principais estados-membros do MERCOSUL, demonstrou em que medida Argentina e Venezuela ainda disputam ou não /cooperam ou não, com a potência brasileira e explica a necessidade da ampliação do eixo Brasília-Buenos Aires, para Brasília-Buenos Aires-Caracas , - a partir da necessidade de uma melhor inserção internacional destes países e da importante cooperação energética que estes ainda vislumbram alcançar.

Mesmo com a ampliação do bloco, ainda há por parte destas nações uma grande dificuldade de rejeitar seus interesses nacionais em prol do crescimento regional, visto que permanecem as desconfianças, sobretudo argentinas, de uma preponderância do Brasil no cenário sul-americano. A Venezuela, ainda que não tenha pretensões de

exercer uma hegemonia sul-americana, possui grande influência política, a partir da sua economia petroleira.

No capítulo específico sobre a Argentina constata-se que as oscilações recentes da economia deste país, sobretudo, após a crise econômica de 2001, levaram a uma vulnerabilidade externa do mesmo, que resulta na necessidade cada vez maior deste país, de se fazer representar no cenário internacional, via MERCOSUL, o que acabou reduzindo significativamente, neste momento, o exercício de sua hegemonia e de sua capacidade competitiva com o Brasil.

Por outro lado, três fatores importantes têm contribuído para o crescimento do diálogo entre essas três potências: a) o relançamento do MERCOSUL, tornando-se a via principal para a inserção internacional desses países (sob o ponto de vista econômico e político); e b) o desafio de resistir ao novo ajuste econômico dos países sul-americanos submetidos à globalização e as reformas propostas por Washington nos anos 1990; e c) o crescimento do comércio intraregional entre os três países.

Notou-se que a conduta da política externa assumida pelos estados da região sul-americana, sobretudo no jogo diplomático, definido por Raymond Aron, tem uma natureza que é ao mesmo tempo cooperativa e competitiva. Mas, no caso sul-americano, estas são complementares. Cooperativa, porque os processos de integração regional (MERCOSUL ou CASA) têm sido a melhor maneira, quizás a única possível de inserir tais países e suas economias no cenário internacional.

Já, o caráter competitivo das relações entre os Estados da América do Sul ainda deve-se a fatores específicos como:

a) a natureza do comportamento de conflito entre estados soberanos por uma hegemonia de poder ou potência na região

- b) pela concorrência de setores econômicos competitivos em relação ao acesso aos mercados norte-americano e europeu;
- c) pela elaboração de interesses nacionais específicos que muitas vezes impedem o processo cooperativo ou integrativo;
- d) por questões específicas de rivalidades históricas,
- e) por controle de fontes energéticas
- f) por um maior ou menor alinhamento destes países com os EUA.

Ainda que com o crescente rearmamento das forças armadas venezuelanas, sob medo de uma possível ameaça norte-americana, determinada pelas relações políticas hostis entre os dois países, a disputa pela hegemonia na região dificilmente envolverá conflitos armados.¹⁹² Para Christian Lohbauer, doutor em Ciência Política pela USP: “ *O Brasil é o único país capaz de reunir todos os vizinhos à mesma mesa, já que não tem nenhuma desavença com eles. É notável, senão trágico, que o mesmo não possa ser dito dos outros países.* ”¹⁹³ Neste sentido, este estudo defendeu que o Brasil tem maiores chances de liderar o processo integrativo e de promover a cooperação entre os países, sobretudo em momentos de crise.

Os fenômenos que se seguiram como a globalização e os processos de formação de blocos econômicos designaram um jogo político de confronto entre regiões e não apenas sobre os Estados independentes.

¹⁹² MIELNICZUK, Fabiano. Brasil, Venezuela e a Disputa pela Liderança Sul- Americana.- Artigo publicado no site Cenário Internacional em 01/03//2007, sob o endereço eletrônico: <http://www.cenariointernacional.com.br/ri/default2.asp?s=artigos2.asp&id=12>

¹⁹³ LOHBAUER, Christian. O papel do Brasil como líder sul Americano. Artigo publicado no Valor Econômico / Relatório nº016/2001 no dia 16/03/2001

A formação de blocos econômicos e regionais antagônicos reproduziram o sistema anárquico presente na relação entre os Estados dividindo-os em “*países do norte*” e “*países do sul*.” Brasil, Argentina e Venezuela sofreram os efeitos das medidas neoliberais em seus países e nas últimas eleições optaram por governos de centro-esquerda: Lula , Kirchner e Hugo Chávez que apresentaram distintas formas de resistência ao modelo neoliberal e que permitiram o revigoramento do MERCOSUL.

Viu-se que paralelamente ao modelo de resistência via MERCOSUL, há um plano de resistência venezuelano, com pretensões de eliminar o capitalismo e neoliberalismo e de promover uma revolução *bolivariana*, ou alcançar um novo tipo de socialismo, reduzindo assim a dependência deste país e também da região, da potência hegemônica, ou seja, dos EUA.

Entretanto, a defesa do MERCOSUL como viés do desenvolvimento sul-americano torna-se prioritário, visto que se comparado ao modelo venezuelano de desenvolvimento (ALBA), possui maiores chances de sucesso, já que conta com um tribunal de arbitragem, tem vistas ao desenvolvimento regional com a redução das assimetrias e principalmente, mantém a defesa da democracia e do multilateralismo no interior dos países signatários.

O Brasil, por razões históricas e por suas próprias condições continentais, na América do Sul, tem exercido o papel de líder desse jogo político sub-regional. A inserção internacional do Brasil conta com aspectos importantes, como a própria orientação e objetivos que estão definidos pela política externa brasileira, a partir de sua tradicional atuação *low-profile*, caracterizada essencialmente pelo diálogo, cooperação, negociação e pouca agressividade.

Conclui-se que através do MERCOSUL e de outros programas integracionistas desenvolvidos pelos o três países, com vistas ao crescimento regional com a promoção do desenvolvimento social, com a redução das assimetrias e com a cooperação energética será possível, em poucos anos, uma inserção regional sul-americana que seja mais competitiva e justa no mundo global que aí está.

BIBLIOGRAFIA

ABREU PAIVA, Marcelo de. Comércio Exterior: interesses do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. P.06

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma verdade Inconveniente (Ou por que o Brasil não cresce 5% ao ano...) . Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/067/67pra.htm>

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais e Política Externa do Brasil. História e Sociologia da diplomacia brasileira. Porto Alegre: UFRGS editora, 2004.

AMARAL, Roberto. As eleições de 2006 e as massas: uma emergência frustrada? IN: Comunicação & Política/ Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos – VOL.25,n.I (Janeiro-Abril 2007).

AMORIM NETO, Octavio. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. RJ: FGV, Konrad Adenauer, Stiftung ,2006.

ARGENTINA-BRASIL- Comercio, inversiones e integración Física. Hacia una nueva relación en la construcción de um espacio competitivo común. Embajada Argentina em Brasil – Junio 1996- (4ª edición).

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília :UNB, 1979.

BANSART, Andrés. Brasil-Venezuela: Integração Energética. FUNAG:IPRI, 1994.

BARROS, Alexandre. Brasil e seus vizinhos – Parcero o gatón? – Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, 03/05/2008.

BECKER, Bertha K. Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo. -2ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1994 .(Coleção Geografia)

BIELSCHOVSKY, Ricardo. Cinqüenta Anos de Cepal. Volume 2.RJ: Record, 2000.

BORJA: Sérgio. Teoria Geral dos Tratados- Mercosul A Luta pela União Latino-Americana. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001. P.77

BRUNO, carlos. CHUDNOVSKY, Daniel (org). ¿Por Qué Sucedió? Las Causas Económicas de la reciente Crisis Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

CABRAL, Severino. A Política externa do Brasil para o século XXI: Nova Agenda Mundial e Mundo Multipolar. 2005

CANDEAS. Alessandro Wanderley. Relações Brasil-Argentina. Uma análise dos avanços e recuos. Artigo publicado pelo Centro Argentino de Estudios Internacionales-Programa Integración Regional. Disponível em: www.cari.com.ar.

CANDEAS. Alessandro. Relações Brasil-Argentina. Uma análise dos Avanços e Recuos. Artigo consultado no site do Centro Argentino de Estudio Internacionales (CARI) do Programa de Integración Regional. Disponível em: www.cari.org.ar

CARMO. Márcia. Consenso de Buenos Aires é recebido com apatia. Artigo publicado pela BBC. Em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/10/031015_marciamp.shtml

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. & SILVA, César Roberto Leite. Economia Internacional. São Paulo: Editora Saraiva, 4ª edição, 2007

CERVO, Amado Luiz. Os paradigmas das relações Brasil-Argentina no Contexto da América do Sul. IN: Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.

CERVO, Amado Luiz O Eixo Venezuela-Brasil. Meridiano 47 no. 13, mês 7, ano 2001.

CIAPPONI, Nora (org). Venezuela: ¿La revolución por otros médios? 1ª Ed. Vicente López: Dialektik, Editora, 2006.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. Identidade, Desenvolvimento e Integração: Desafios para o Brasil e a América do Sul. IN: O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL: DESAFIOS NO SÉCULO XXI. Brasília: FUNAG-IPRI, 2006.(Coleção América do Sul).

DINIZ, Angela Maria Carrato: Identidade, Desenvolvimento e Integração: Desafios para o Brasil e a América do Sul no século XXI. Brasília: UNB, 2006

DUPAS, Gilberto. Vantagens da Venezuela no Mercosul. O Estado de São Paulo: 09/12/2005

FIGHERA, Delfina Trinca. A Venezuela e os desafios territoriais do presente. IN: SILVEIRA, Maria Laura (org). Continente em Chamas, globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FIORI, Jose Luis. Lembranças e esperanças. Artigo publicado no site do MRE brasileiro.

Disponível em: www.mre.gov.br

FLORES GALVÃO, Maria Candido. O Mercosul nos discursos do Governo Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2005

FUCCILLE. Luis Alexandre. Brasil e Venezuela no tabuleiro Geopolítico: Cooperação e Competição no subcontinente. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/LuizFuccille.pdf>.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana. A importância essencial da América do Sul. <http://www.cebela.org.br/CBartigosdet.asp?artigo=91>

GUIMARÃES. Samuel Pinheiro. Brasil e Venezuela: Esperanças e Determinação na Virada do Século. IN: GUIMARÃES. Samuel Pinheiro (org). BRASIL E VENEZUELA: Esperanças e determinação na virada do Século. Brasília: IPRI. FUNAG, 1995.(p.147-162)

GUIMARÃES. Samuel Pinheiro (org). BRASIL E VENEZUELA: Esperanças e determinação na virada do Século. Brasília: IPRI. FUNAG, 1995.

GUIMARÃES.Samuel Pinheiro. Desafios Brasileiros Na Era de Gigantes. Rio de Janeiro. Editora Contraponto,2005.

HIRST, Monica. A amizade Argentina-Brasil, 20 anos depois do Encontro de Foz do Iguazu. Artigo publicado no Jornal Clarín (28/11/2005) e disponível no site do Observatorio Politico Sul-Americano- Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ/UCAM

HIRST, Monica.Los Desafios de la Politica Sudamericana de Brasil. Nueva Sociedad.205,2006

HIRST.Monica e SOARES DE LIMA, Maria Regina. Contexto Internacional, Democracia e Política Externa. IN: POLÍTICA EXTERNA. Vol 11.nº2.São Paulo:Paz e Terra,2002.p.8

ILLARRAMENDI, Ramon. As relações entre a Venezuela e o Brasil: Uma reflexão sobre o futuro. IN: GUIMARÃES.Samuel Pinheiro (org). BRASIL E VENEZUELA: Esperanças e determinação na virada do Século.Brasília: IPRI. FUNAG, 1995

JUNIOR, Paulo Nogueira Batista. Brasil-Argentina e América do Sul IN: Estudos Avançados, 19: 2005

KATZ, Claudio. América Latina :Socialismo ou neodesenvolvimentismo. Artigo disponível em: www.resistir.info/varios/socialismo_neodesarrollismo. Buenos Aires:28 de Novembro de 2006

LAFER. Celso. A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira :passado, presente e futuro.São Paulo: Perspectiva,2001.

LIMA, Maria Regina. Hablas Español? O lugar da América do Sul na Política Externa Brasileira. Artigo publicado no Jornal do Brasil no dia 12/02/2005 e publicado no OPSA observatório político sul-americano.

LIMA, Maria Regina Soares de. A Política Externa Brasileira e os Interesses Nacionais. IN: REVISTA NUEVA SOCIEDAD Democracia y Política na América Latina,221. Disponível em: http://www.nuso.org/_sitePortugues/upload/opinion/SoaresdeLima.php,

LOHBAUER, Christian. O papel do Brasil como líder sul Americano. Artigo publicado no Valor Econômico / Relatório nº016/2001 no dia 16/03/2001

LÓPEZ, Juan Torres (org). Venezuela, a Contracorriente. Los Orígenes y las claves de la revolución bolivariana . BARCELONA: Icaria,2006.

MAGNOLI, Demetrio. socialismo e o caudilho/ Demetrio Magnoli IN: Revista Pangea 2007
Disponível em: www.clubedomundo.com.br/revistapangea.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida/LIMA, Marcos Costa **O Futuro do Mercosul: Os desafios da agenda interna e da liberalização hemisférica**. O Mercosul no Limiar do Século XXI. São Paulo: Cortez:Bs As(Argentina):CLACSO,2000

MIELNICZUK, Fabiano. Brasil, Venezuela e a Disputa pela Liderança Sul- Americana.- Artigo publicado no site Cenário Internacional em 01/03//2007, sob o endereço eletrônico: <http://www.cenariointernacional.com.br/ri/default2.asp?s=artigos2.asp&id=12>

MONIZ BANDEIRA .Luiz Alberto. Aspectos da crise nos países da América do Sul IN: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional- RJ 06 e 07 de julho de 2006- Brasília:FUNAG,2007.

MORAES, Nilson Alves de. América do Sul e Integração:Temas, Problemas e Opções. Notas de aula. (Texto debatido durante o encontro do dia 24 de abril de 2007 no CEBELA).

OLIC, Nelson Bacic& CANEPA, Beatriz.Geopolítica da América Latina.SP: Moderna, 2004.

ORSI, Vittorio. A Equação Energética do Subcontinente: A Venezuela e o MERCOSUL. IN:MERCOSUR-Um Atlas Cultural, Social e Econômico. RJ: Manrique Zago Ediciones, 1997.

PARADISO,Jose. Um Lugar no Mundo-A Argentina e a Busca de Identidade Internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEIXOTO, Antonio Carlos. As muitas Américas do Sul. Disponível em: www.gramsci.org, artigo publicado em novembro de 2006.

- PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira(1889-2002).RJ: Jorge Zahar, 2004
- PINTO, João Luiz Pereira.O processo de Integração Brasil- Argentina. IN: Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica. Brasília:Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.
- PRAZERES, Tatiana Lacerda. A Integração sul-americana: uma idéia fora do lugar? IN: O Brasil e a América do Sul.Desafios no Século XXI: Brasília:IPRI,2006.
- RUSSEL,Roberto e TOKATLIAN,Juan Gabriel. El lugar de Brasil en la Política exterior Argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica,2003.
- RUSSELL, Roberto.& TOKATLIAN, Juan Gabriel. Argentina, Brasil y EE.UU. El desafío de una esfera de cooperación – reflexiones e torno a nuevas estrategias para la política exterior argentina. IN Agenda Internacional - Visión desde el Sur. Año1.nº2,2003.
- SADER,Emir.QUE BRASIL É ESTE? Dilemas nacionais no século XXI. SÃO PAULO: editora Atual, 1999
- SAIN,M.F Democracia e Forças Armadas entre a subordinação militar e os “defeitos”civis.IN: D’ Araújo.M.C; CASTRO, C. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.** FGV: Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, Milton.Por uma Outra Globalização- do pensamento único à consciência universal.São Paulo: Record,2000.
- TRINCA, FIGHERA, D. Modernização, espaço e novos conteúdos do presente na Venezuela. Tese de doutorado em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.
- VALENTE, Leonardo. SANTORO, Mauricio.A diplomacia Midiática do governo Hugo Chávez. artigo disponível em : www.opsa.iuperj.com.br
- VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas.SP: Contexto,2005. P.10

VIOLA, Eduardo. Síntese Histórica do Mercosul. IN: Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.

VIZENTINI, PAULO Fagundes. O Descompasso entre as Nações. Rio de Janeiro: Record: 2004.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Reunidos, Kirchner e Chávez tratam da ampliação do bloco.
Artigo disponível em: <http://www.voltairenet.org/article131408.html>

WIGHT, Martin. Política do Poder. BRASÍLIA: IPRI Coleção Pensamento Político, 2007.

ZURITA, Alejandro Mendible. Venezuela e Brasil na Política Internacional. Artigo disponível no [observatório.iuperj.br](http://observatorio.iuperj.br)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)